



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO JOSÉ DA SILVA

**A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO - AESI NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: a educação sob o olhar da Ditadura
Civil-militar (1971-1974)**

Maceió

2020

JOÃO JOSÉ DA SILVA

**A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO - AESI NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: a educação sob o olhar da Ditadura
Civil-militar (1971-1974)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, da Universidade Federal de Alagoas.

Linha de Pesquisa: História e Política da Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Cristina do Prado.

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

S586p Silva, João José da.
A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade Federal de Alagoas: a educação sob o olhar da ditadura civil-militar (1971-1974) / João José da Silva.– 2020.
136 f. : il.

Orientadora: Edna Cristina do Prado.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 119-128.

Apêndices: f. 129-136.

1. Brasil – Política e governo – 1971-1974. 2. Assessoria Especial de Segurança e Informação – Controle. 3. Universidade Federal de Alagoas. 4. Ditadura civil-militar.
I. Título.

CDU: 378(813.5)”1971/1974:32



Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – AESI NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: A EDUCAÇÃO SOB OS OLHOS DA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1971-1974)

JOÃO JOSÉ DA SILVA

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de junho de 2020.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). EDNA CRISTINA DO PRADO (UFAL)

Orientador

Prof(a). Dr(a). INALDA MARIA DOS SANTOS (UFAL)

Examinador(a) Interno(a)

Prof(a). Dr(a). MARIA JOSÉ DE REZENDE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA)

Examinador(a) Externo(a)

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio e paciência; a todos que fazem a Universidade Federal de Alagoas, ambiente que me proporcionou um crescimento profissional e pessoal ímpar, especificamente aos professores, técnicos e todos os funcionários do CEDU pelo excelente trabalho na condução de uma pós-graduação tão importante para o desenvolvimento do Estado de Alagoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, alicerce da minha vida.

À minha esposa Tatiana e filho João Guilherme pela paciência, noites em claro e ausência durante a pesquisa.

À minha mãe Helena e ao meu pai José Domingos, *in memoriam*, por terem me apoiado durante todos os momentos da minha vida, principalmente nos estudos, e no desafio de sair do interior do estado para cursar uma graduação em uma Universidade Federal.

Aos irmãos André, Márcio, Jonas e Donizete.

Às professoras que fizeram parte da banca, Prof.^a Dr.^a. Inalda Maria dos Santos e Prof.^a Dr.^a. Maria José de Rezende (como examinadora externa), pelo compromisso e dedicação em pesquisa, tendo contribuído de forma significativa para o bom andamento e conclusão da pesquisa.

Em especial, à minha orientadora e amiga, Prof.^a Dra. Edna Cristina do Prado, sempre disponível e pelo apoio principalmente em momentos de insegurança, proporcionado o apoio necessário durante toda a pesquisa e desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Educação.

Aos servidores do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) pelo apoio indispensável para o andamento e conclusão da pesquisa. Em especial aos amigos Josilan, Rosana Sarita e Josias, ex-Diretor, Diretora e Diretor Adjunto do DRCA respectivamente, que contribuíram significativamente de forma profissional e pessoal.

À instituição Universidade Federal de Alagoas pela oportunidade de poder contribuir com sua História. Uma instituição que sempre foi e será considerada extensão da minha casa.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam - Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável.
Bertold Brecht

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo investigar a criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações – AESI instituída na Universidade Federal de Alagoas - UFAL em 14 de dezembro de 1971, no reitorado do professor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos. Seu recorte temporal compreende o período entre 1971 e 1974, anos de produção dos documentos encontrados. Para a realização da pesquisa adotou-se como opção teórico-metodológica uma abordagem qualitativa, por meio de revisão de literatura e análise crítica das fontes; para análise dos dados utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que permitiu, com base no referencial teórico e no *corpus*, a definição da categoria analítica Controle (FOUCAULT, 1994). A análise documental ocorreu em material impresso da AESI encontrado fortuitamente nos arquivos da UFAL no ano de 2016 por ocasião da reorganização do Arquivo Acadêmico. Tendo como referencial teórico Gramsci (1966), Foucault (1994), Priori et. al. (2012) e Motta (2014), os resultados mostraram que a ação da Assessoria buscou orientar o reitor e diretores de Faculdades, tanto na tomada de decisão, quanto no controle e manutenção do sistema ditatorial em um ambiente propício à disseminação de ideias contrárias ao governo, ideias tidas pelo governo como subversivas. O argumento de manutenção da ordem, da disciplina e de uma paz pública foi pautado na autoridade e no controle sobre a comunidade acadêmica, que com base em argumentos da moral e dos bons costumes buscou a dominação e permanência no poder. A ação de membros da comunidade acadêmica da UFAL em resposta às solicitações da AESI seguiu orientações sigilosas; ao servir aos interesses da Ditadura Civil-militar, convergiram para reprimir ideias contrárias ao governo, por meio de mecanismos secretos de controle dentro da universidade.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar, Controle, Universidade Federal de Alagoas.

ABSTRACT

This dissertation aimed to investigate the creation and performance of the Special Advisory on Security and Information - AESI instituted at the Federal University of Alagoas - UFAL on December 14, 1971, in the rectorate of Professor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos. Its temporal cutout includes the period between 1971 and 1974, years of production of the documentation found. Theoretical-methodological approach was adopted as a qualitative option for the research, through literature review and critical analysis of sources; Bardin's Content Analysis (2011) was used for data analysis, which allowed, based on the theoretical framework and the corpus, the definition of the analytical category Control (FOUCAULT, 1994). The documental analysis occurred in printed material from AESI found fortuitously in the archives of UFAL in the year 2016 at the time of the reorganization of the Academic Archives. Having as theoretical reference Gramsci (1966), Foucault (1994), Priori et. al. (2012) and Motta (2014), the results showed that the action of the Advisory Board sought to guide the dean and directors of Colleges, both in decision making and in the control and maintenance of the dictatorial system in an environment conducive to the dissemination of ideas contrary to the government, ideas considered by the government as subversive. The argument of maintaining order, discipline and public peace was based on authority and control over the academic community, which based on arguments of morality and good customs sought domination and permanence in power. The action of members of the academic community of UFAL in response to requests from AESI followed confidential guidelines; by serving the interests of the Civil-Military Dictatorship, they converged to repress ideas contrary to the government, through secret mechanisms of control within the university.

Keywords: Civil-Military Dictatorship, Control, Federal University of Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1- General Golbery do Couto e Silva, aposentado (Foto atual) | 27 |
| Figura 2 - Estrutura da DSI | 28 |
| Figura 3 - Fases da Análise de Conteúdo | 69 |
| Figura 4 - O jornal Diário de Natal relata o temor que a AESI/ASI causava | 76 |
| Figura 5 - Carimbo utilizado em documentos sigilosos | 93 |
| Figura 6 - Recibo utilizado para controle de documentos sigilosos | 94 |
| Figura 7 - Carimbo oficial AESI/UFAL | 97 |
| Figura 8 - Carimbo de responsabilização pelo sigilo | 98 |
| Figura 9 - Relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça | 111 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Crescimento do número de vagas no setor privado (1961-1980) | 50 |
| Quadro 1 - Desenvolvimento de Cursos de Pós-graduação | 54 |
| Quadro 2 - Número de bolsas de Pós-graduação | 53 |
| Quadro 3 - Quantidade de estudantes universitários | 53 |
| Quadro 4 - <i>Corpus</i> documental | 62 |
| Quadro 5 - Categoria de Análise | 70 |
| Quadro 6 - Organização da análise dos dados dos documentos | 71 |
| Quadro 7 - Organização para a análise da categoria controle | 129 |

LISTA DE SIGLAS

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CSI – Comunidades Setoriais de Informações
CIEEx – Centro de Informações do Exterior
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central de Estudantes
DEE – Diretório Estadual de Estudantes
DNE – Diretório Nacional de Estudantes
DSI – Divisão de Segurança e Informação
DOI – Destacamentos de Operação e Informações
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
LAI – Lei de Acesso à Informação
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
RU – Reforma Universitária
SNI – Serviço Nacional de Informação
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
U.AL – Universidade de Alagoas
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | GOLPE, DITADURA E REPRESSÃO NAS UNIVERSIDADES..... | 16 |
| 2.1 | Golpe Civil-militar..... | 17 |
| 2.2 | A Ditadura e o Serviço Nacional de Informações – SNI | 24 |
| 2.3 | Repressão: principalmente nas universidades | 33 |
| 3 | REFORMA EDUCACIONAL E MODERNIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DURANTE A DITADURA..... | 40 |
| 3.1 | Movimento estudantil e reforma universitária..... | 41 |
| 3.2 | Mudanças e transformações no ensino superior brasileiro | 48 |
| 3.3 | Origens da Universidade Federal de Alagoas | 54 |
| 4 | PERCURSO METODOLÓGICO | 59 |
| 4.1 | Organização da análise | 68 |
| 5 | A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA UFAL: O ENSINO SUPERIOR SOB OS OLHOS DITADURA (1971 - 1974)..... | 72 |
| 5.1 | As Assessorias Especiais de Segurança e Informações em outras instituições | 73 |
| 5.2 | Ideologia e Hegemonia em busca de aceitabilidade..... | 79 |
| 5.3 | A criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança da Informação – AESI/UFAL..... | 92 |
| 5.3.1 | Uma Assessoria para Controlar | 96 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 114 |
| 7 | REFERÊNCIAS | 119 |
| 8 | APÊNDICE | 129 |

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação, antes limitado, ganha uma normatização muito importante para a historiografia brasileira, pois com a entrada em vigor da Lei Nº 12.527, de 18/11/2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, tornou-se possível o acesso a documentos sobre as atividades dos antigos órgãos de informação e segurança. A referida lei proporcionou amplos debates e discussões sobre o regime civil e militar, possibilitando a busca pela análise e esclarecimento da ação do governo nas Universidades durante a Ditadura. Isso representou para os historiadores, estudantes e para interessados no tema a possibilidade de utilizarem documentos até então ocultos e indisponíveis à pesquisa.

Aliado ao interesse desde a graduação em História, agora aguçado pela referida lei, sempre houve o compromisso com uma pesquisa que contribuísse para uma educação transformadora, diferente daquela imposta pela ideologia dominante, que possibilitasse aos alunos a compreensão da realidade. Eis o ponto de partida do presente trabalho, qual seja, a análise de uma importante parte da história da Universidade Federal de Alagoas.

A presente pesquisa está ligada à linha de pesquisa História e Política da Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da UFAL. Objetivou-se, principalmente, desenvolver uma pesquisa que possibilitasse compreender a ação dos governos militares e sua influência na Universidade Federal de Alagoas, uma experiência autoritária que culminou na criação e instalação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) no âmbito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL; por sua vez, tivemos como objetivos específicos: a) verificar e problematizar o Golpe Civil-militar ocorrido no Brasil, refletindo sobre a importância e participação de civis na tomada do poder em 1964; b) problematizar a Reforma Universitária de 1968, proposta pelo então governo militar, desvelando os paradoxos do regime civil militar que implantou reformas de impacto duradouro no ensino superior, ao passo que estabeleceu formas de opressão e controle das classes notadas como “subversivas”; c) analisar os documentos que relatam as ações da AESI que desembocaram em investigações, perseguições aos agentes sociais (professores, estudantes e técnicos) no âmbito da UFAL, no período de 1971 a 1974, que compreende o período de atuação da AESI constante nos documentos encontrados; isto é, tal recorte ocorreu porque os documentos localizados apenas tratam desse intervalo de tempo (1971-1974), não sendo possível, nesta pesquisa, determinar o funcionamento da AESI/UFAL em outros períodos, devido à ausência de documentos; d) problematizar as interfaces das ações que levaram ao processo constituidor

da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) no âmbito da UFAL e ao processo de controle e vigilância, refletindo acerca das influências e interferências na vida acadêmica da instituição.

Como dito anteriormente, pesquisar e analisar de forma crítica a história da UFAL sempre foi um objetivo pessoal desde a graduação em História. A importância da UFAL não decorre apenas da realização de um sonho de graduação, mas também por possibilitar uma considerável formação profissional e social a este pesquisador, gerando um compromisso em dar um retorno à instituição.

A decisão pelo objeto da dissertação ocorreu quando foi encontrada uma pasta contendo documentos produzidos pela AESI/UFAL. A pasta contém poucos ofícios redigidos pelo antigo órgão de vigilância do governo durante a ditadura, a Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI. Os referidos documentos encontram-se em bom estado de conservação, legíveis e disponíveis para pesquisa¹. Entretanto, não se sabe, ainda, se a AESI/UFAL continuou funcionando após 1974, pois os documentos localizados tratam de suas ações entre 1971 e 1974, período que corresponde ao recorte temporal desta pesquisa.

Os documentos foram localizados fortuitamente no Arquivo Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas somente no ano de 2016, quando da reorganização do referido arquivo. Fortuitamente, pois não houve pretensão ou busca por documentos da AESI/UFAL, mas uma iniciativa, do então Diretor do Departamento de Registro e Controle Acadêmico DRCA Josilan Paulino Barbosa, a fim de estabelecer melhorias e efetivar uma reorganização do Arquivo Acadêmico.

A hipótese da presente pesquisa é que a Assessoria Especial de Segurança e Informações – AESI/UFAL buscou um controle da vivência escolar, impactando na vida de professores, estudantes e técnicos, ao representar o braço do Estado no interior da Universidade. A assessoria interferiu na comunidade acadêmica ao agir contra todos os considerados subversivos. Assim, surgiu a questão primordial da pesquisa: “Qual a influência da Ditadura Civil-militar no interior da Universidade Federal de Alagoas e em que medida isso interferiu em seu funcionamento”? A busca por essa resposta foi determinante para a escolha do objetivo do presente estudo, qual seja, investigar e compreender um momento de profundas investigações, perseguições e silenciamentos à comunidade acadêmica. E como um órgão instituído pela Ditadura atuou no interior da UFAL.

¹ Para obter acesso aos documentos, o pesquisador deverá entrar com requerimento junto à Ouvidoria/UFAL com base na Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, direcionado ao/à Diretor/a do Departamento de Registro e Controle Acadêmico DRCA/UFAL.

Para tanto, o trabalho está estruturado, para além desta introdução, em mais 4 seções. Na seção 2º, buscou-se analisar o contexto histórico em que as universidades estavam inseridas, refletindo sobre fatos importantes que antecederam o Golpe, até sua concretização em 1964. Analisando a conjuntura e o contexto histórico, buscou-se refletir sobre a participação de civis no Golpe de 1964, que o caracteriza como Golpe Civil-militar. A pesquisa também possibilitou analisar o período de instauração da Ditadura civil-militar e as consequências para o ensino superior no Brasil, pós 1964. A tomada do poder, segundo os militares, seria a fim de obter o regresso à democracia, entretanto, o que se observou foi uma ditadura que se desenvolveu e se estabeleceu durante mais de 20 anos, compreendidos entre 1964 a 1985. Um sistema que buscou reprimir e controlar as classes contrárias às ideias do governo.

Destarte, na seção 3º, analisaram-se algumas interfaces da Reforma Universitária de 1968, aliada às ações de repressão e controle da Ditadura, com base na legislação educacional, principalmente na Lei Nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, ações baseadas na repressão política e ideológica do corpo discente e docente das Universidades brasileiras. Neste sentido, verificou-se que a repressão teve apoio dentro das próprias universidades, pois alguns membros do corpo docente, administrativo agiram executando ordens e ações com base nos interesses do governo. Buscou-se, também, analisar os documentos internos da UFAL que revelaram qual a postura política assumida por seus membros face aos desmandos do governo militar. Em face disso, observa-se que essa reforma aliada aos atos institucionais baixados pelo governo e a constituição de 1967 abriram espaço para uma grande transformação do ensino superior, modificando a sua estrutura administrativa e política.

Por fim, no desenvolvimento da seção 4º, como parte dessa dissertação, buscou-se refletir acerca da criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança da Informação - AESI, com fulcro para a problematização de seu caráter controlador e cerceador das liberdades individuais e coletivas. Um órgão que foi instituído e atuou tendo em vista o controle da comunidade acadêmica, contando com a participação de membros da comunidade acadêmica.

A reflexão possibilitou observar como membros da comunidade acadêmica, principalmente o dirigente da universidade e Diretores de unidades, foram coniventes com a Ditadura, contribuindo com o sistema de informações, ao responder às solicitações de uma assessoria criada como órgão de controle dentro da UFAL.

1 GOLPE, DITADURA E REPRESSÃO NAS UNIVERSIDADES

Para discutir sobre o processo de cerceamento das liberdades, da ação do governo militar por meio da Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI, no âmbito das Universidades, especificamente na Universidade Federal de Alagoas, fez-se necessário uma análise do percurso histórico referente ao Golpe de 1964 e a postura adotada por civis e militares para impedir o avanço de ideias de esquerda, de ideias comunistas. Assim, tomaram-se como referências algumas ações de repressão e argumentos pautados principalmente na moral e críticas ao movimento comunista², argumentos esses proferidos de forma intencional para disseminar ideias de Direita e conseguir o apoio da sociedade brasileira.

O processo histórico que marcou a república brasileira principalmente nos anos de 1964 a 1985 tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores brasileiros. Assim, Motta (2014), Reis (2014) e Fico (2001) destacam-se quando o assunto consiste em Golpe e Ditadura no Brasil. A oportunidade de estudar o tema aumentou principalmente após divulgação dos trabalhos relativos aos tempos lúgubres de ditadura, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Uma Comissão criada por meio da Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, tendo por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Vale salientar que em Alagoas não há estudo específico sobre a AESI/UFAL, caracterizando o ineditismo da pesquisa.

Assim, buscou-se nesta primeira seção, levantar e discutir alguns pontos sobre a ação do governo, enfocando, sobretudo, nas ações de repressão, censura, informação e contrainformação executados pela Ditadura. Buscou-se estabelecer uma análise do contexto histórico em que as universidades estavam inseridas, ou seja, o período em que os militares assumiram o governo e suas consequências para o ensino superior no Brasil.

A tomada do poder, segundo os militares, seria em defesa de uma suposta democracia. Entretanto, o que se viu, foram anos difíceis, de uma Ditadura em que foram estabelecidos diversos meios para o controle das classes tidas como “subversivas”, quando inúmeras pessoas foram investigadas, perseguidas, presas, torturadas e mortas³.

² Para aprofundar a leitura sobre o anticomunismo, recomenda-se a leitura de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006. Importante também sua obra: Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

³ Segundo o Relatório do Ministério Público Federal (2017, p. 80), “[...] a partir de 1971, o Centro de Informações do Exército - CIE organizou locais clandestinos de tortura para onde eram levados os dissidentes a serem convertidos ou mortos”.

Para compreendermos os motivos pelos quais as universidades foram consideradas um amplo espaço do pensamento crítico, tendo recebido considerável atenção dos responsáveis pela manutenção do regime civil-militar (FERNANDES, 1976), foi preciso analisar um sistema de ideias e valores sobre a democracia, que segundo Rezende (2013) foi instituído como uma estratégia psicossocial a fim de neutralizar ideias contrárias ao regime, agindo e influenciando instituições como a família, a escola, a universidade, os meios de comunicação de massa, os sindicatos, a igreja e a empresa privada.

Como o objeto de estudo são as ações, procedimentos e práticas de um órgão que atuou em uma universidade brasileira durante a Ditadura civil-militar, para compreender como essas ações executadas pela AESI cercearam as liberdades no interior da UFAL, deve-se analisar a forma de sociabilidade que se desenvolveu a partir de 1964. Para tanto, a presente seção estrutura-se em três subdivisões: uma análise do Golpe Civil-militar e as forças favoráveis a ele; as universidades como local propício ao pensamento crítico e, portanto, combatido pelo governo e, por fim, os motivos pelos quais ampla parcela da sociedade brasileira apoiou o Golpe e sua permanência durante anos, uma aceitabilidade que só foi possível devido à ação estratégica dos militares.

2.1 Golpe Civil-militar

O Golpe de 1964 como ficou conhecido, segundo Romanelli (1978), apoiou-se no discurso de que uma intervenção militar era necessária para restabelecer a ordem, afastar a ameaça comunista colocar o país no rumo do desenvolvimento econômico. Neste sentido, para obter o desenvolvimento, o Brasil deveria tomar uma direção:

[...] ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964. (ROMANELLI, 1978, p.193)

Para compreender essa opção feita pelas lideranças, tornou-se necessário realizar uma análise da conjuntura do Golpe de 1964. Neste sentido, evidenciou-se que militares e parte da sociedade civil viram na fragilidade do Governo Jango, uma oportunidade de frear a crescente abertura democrática, o que não significa que, segundo Silva (1994), não agiriam contra outros governos mais fortes e organizados politicamente. Para evitar o Golpe seria

indispensável um governo mais forte, entretanto “[...] isso não seria possível no Brasil de então, como não o é ainda em nossos dias” (SILVA, 1994, p, 78).

Na presente análise, buscou-se refletir sobre a utilização de determinada nomenclatura, se militar ou civil-militar, para caracterizar o modelo implantado em 1964. Alguns pontos devem ser esclarecidos, pois assim demanda o objeto de pesquisa. Segundo Reis (2014), observou-se um comprometimento de parte da sociedade civil com o novo regime, implantando-se em 1964 um modelo caracterizado como Ditadura Civil-militar. Esse termo, que permeia toda a pesquisa, indica que a ação de alguns militares e membros estratégicos da sociedade civil, e até a ação (e omissão) de funcionários durante o regime foi crucial para instituir e manter a Ditadura no Brasil.

Nessa linha, sempre que houvesse uma morte em razão das torturas ou execuções sumárias, os médicos-legistas eram acionados para dar uma “aparência” de legalidade às mortes dos “terroristas”. Não apenas omitiam sistematicamente as notórias torturas sofridas pelos presos, como também inseriam informações falsas nos laudos necroscópicos, de maneira a ocultar a verdadeira causa mortis. Por diversas vezes, os médicos contribuíram, conscientemente, para o plano de dar aparência de veracidade à versão de “resistência”, quando, em verdade, tinham plena consciência de que se tratava de execução sumária das vítimas. Naquela época, já se via a triste prática de legitimar o “auto de resistência seguida de morte”, com a participação ativa dos legistas. Isso permitia que a engrenagem criminosa do Estado continuasse “girando” e assegurava, ainda, que o sistema ocultasse as torturas sistematicamente praticadas. (BRASIL, 2017, p.118)

Ainda sobre a conjuntura que precedeu ao Golpe de 1964, observou-se, segundo Silva (1994), que o Governo de João Goulart (conhecido como Jango) propiciou às massas populares a oportunidade de expressão, de ter voz, o que não se verificou em nenhum outro período da nossa História. A insatisfação, inconformismo e os seus anseios de mudança e melhoria nas condições de vida foram expressadas pelo povo. Em suma, “[...] a esperança habitou o coração do povo naquele período” (SILVA, 1994, p. 77). Em contraposição, parte da sociedade, que defendia o Golpe, apoiou a derrubada do governo, pois, segundo Reis (2014), o foco do poder não estava na política, mas na economia, fazendo com que o complexo financeiro-empresarial e parte da sociedade civil participassem ativamente da instauração do Golpe no Brasil.

Reis (2014) observa que o Golpe não foi apenas militar, mas houve apoio de parte da população civil. Desta forma, com a definição de Golpe como “civil-militar”, caracteriza-se o envolvimento de parte da sociedade civil, envolvimento esse primordial para deposição de João Goulart, mesmo que, mais tarde, algumas pessoas não concordassem com ações do governo militar. Independentemente de caracterizar o Golpe como militar, ou civil-militar

observe-se que não existe golpe a favor do povo, e a ação de determinados setores da sociedade brasileira não apaga ou diminui a ação militar e sua responsabilidade na deposição do presidente Jango.

Muitos estudiosos (MOTTA, 2014; DREIFUSS, 1981; FICO, 2001) defendem que houve apoio de parte da população civil, definindo o Golpe como “Civil-militar”, pois se verificou o envolvimento de parte da sociedade civil, na deposição do então presidente João Goulart. A postura de civis e militares foi importante para a efetivação do Golpe de 1964, na medida em que impediram o avanço de ideias defendidas pelo movimento comunista, por meio de argumentos intencionais para disseminar ideias de direita e conseguir o apoio da sociedade brasileira. É importante destacar que o processo não pode nem deve ser analisado como algo que visava atender aos setores dominantes. Vários civis, membros das classes intermediárias e grandes empresas se beneficiavam da lógica ditatorial. Neste sentido, Baldocchi (2018) salienta a empresa Volkswagen, durante a Ditadura aproveitou-se do Regime, que estabeleceu o controle salarial, o controle dos sindicatos e a suspensão dos direitos trabalhistas, agindo de forma a facilitar a prisão de funcionários, desenvolvendo ações de informação ao disponibilizar nomes de ativistas.

Segundo Chaves e Arguelhes (2014. p. 136), “[...] o olhar lançado pelo pesquisador [...] deve aproximar-se e afastar-se do objeto. Tal movimento pendular auxilia a desdobrar o objeto de estudo, sem perder de vista os eixos sincrônico e diacrônico. Neste sentido, para uma análise mais pormenorizada, deve-se observar como a instauração do Golpe Civil-militar ocorreu em pleno tempo de Guerra Fria⁴, em que havia uma divisão Estados Unidos da América X União Soviética. A América estava sob influência dos Estados Unidos e o Velho Mundo, em disputa.

Em uma das mais célebres frases de definição do contexto político internacional inaugurado após a Segunda Guerra Mundial, Raymond Aron afirmou que se tratava de um momento em que “a guerra era improvável e a paz impossível”. Com essa assertiva, o filósofo francês passou a dar o tom dos discursos historiográficos hegemônicos que se fariam (e continuam a se fazer) sobre o que se convencionou chamar de Guerra Fria. Procurou-se então construir esse momento histórico como um conflito entre ideologias conflitantes e/ou um momento de bipolaridade no sistema internacional permeado por disputas pelo poder hegemônico (ARRAES, 2015, p. 26)

⁴Para aprofundar o estudo sobre a Guerra Fria recomenda-se a leitura do trabalho: Chaves, A; Arguelhes, D. Guerra Fria: uma leitura da formação de aspectos conceituais. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 134-159, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/30069/18236>>. Acesso em: 07 set. 2019.

Com a Revolução ocorrida em 1959 em Cuba, o governo cubano buscou diversificar as relações políticas e econômicas, tornando o país livre da dependência em relação aos Estados Unidos. Assim, segundo Ferreira e Gomes (2015), houve grande preocupação dos EUA contra governos progressistas, pois além de atentarem contra os interesses das elites econômicas, representavam uma iminente “ameaça comunista”⁵ que deveria ser combatida⁶. Segundo Cavalcanti (2015, p. 14), para compreender o termo ameaça comunista, “[...] é importante compreender o papel do medo como aglutinador de tensões e detonador de ações políticas que podem parecer à primeira vista inexplicáveis ou exageradas”

No caso do Brasil, o então presidente Jango encontrava dificuldades para obtenção do apoio parlamentar que fosse suficiente para aprovar seus projetos de reforma política e econômica. Nesse sentido, Napolitano (2014) defende que a saída encontrada pelo presidente João Goulart foi a de promover diversas mobilizações populares, pressionando o Congresso Nacional, ao gerar manifestações públicas por todo o Brasil. Para Alves (1984), construiu-se na América Latina a teoria da ameaça indireta do comunismo. Assim, preocupado com os movimentos sociais, o regime difundiu a ideia de ameaça de subversão interna e de guerra revolucionária.

O panorama mundial que antecede o Golpe de 1964 deve ser considerado, pois influenciou diretamente no apoio de parte da sociedade civil e na tomada do poder pelos militares. Assim, a análise do governo João Goulart e do Golpe civil-militar cresceu de forma significativa, e autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2014) e José Vieira da Cruz (2012) trouxeram grande contribuição para o entendimento da vigilância realizada pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informação no Ensino Superior. Assim, defende-se que o descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente organização da sociedade civil engendrou o Golpe que depôs o governo de Jango.

Segundo Motta (2019), a participação de militares e civis é notada na deposição de João Goulart, mas não somente; a permanência dos militares no poder durante tanto tempo, foi possível porque os defensores do Golpe disseminaram um certo receio de que o Brasil caminhasse em direção ao Comunismo. Em outras palavras, Motta (2019) destaca que existia uma estratégia de divulgar o medo do comunismo, destacando certas mudanças sociais que

⁵ Sobre o termo ameaça comunista é importante uma análise mais aprofundada da obra: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 25.

⁶ Sobre o período que antecede ao Golpe Civil-Militar é importante a leitura do trabalho: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Neste trabalho, Ferreira e Gomes abordam tensões políticas propulsoras da crise, que culminou com a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, o que permite inferir que o discurso de ameaça comunista foi relevante para a efetivação do Golpe e da Ditadura Civil-militar.

incomodavam a opinião conservadora. É justamente esse medo e insegurança que pode estimular muitas pessoas a aceitarem intervenções autoritárias (DOMENICI, 2019).

Países capitalistas, como os EUA, tentavam evitar que o socialismo se desenvolvesse em outros países, como ocorreu em Cuba, afetando o poder e prestígio daqueles países do bloco capitalista. Assim, conforme Germano (1992), uma ofensiva anticomunista fez ressurgir os valores da Guerra Fria, contribuindo para um combate à experiência cubana que atraía a admiração de oprimidos de vários países e levando os EUA a se empenhar para evitar que algo semelhante surgisse em outros países, das Américas.

Para tentar evitar que algo similar a Cuba acontecesse no Brasil, os militares, com apoio de vários setores tradicionais da sociedade brasileira, depuseram o então presidente da república João Goulart, pois ele, com as Reformas de Base, poderia colocar em risco os interesses do empresariado, classe média e alta, uma vez que, dentre as propostas, encontrava-se a reforma agrária que afetaria diretamente o direito à propriedade privada.

Fico e Motta (2004, 2014) demonstram que diversas ações de militares e de parte da sociedade civil contribuíram para disseminar uma imagem negativa do presidente Jango. Assim, suas pesquisas levaram-nos a discordar das teses conspiratórias sobre a deposição de João Goulart e a defender que o Golpe foi encabeçado por lideranças das forças armadas, sem um planejamento.

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a “desestabilização civil” foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada (FICO, 2004, p. 35).

Fico (2004) diferencia conspiração de desestabilização. Segundo ele houve sim, uma desestabilização do governo e, por conseguinte, o Golpe. Uma desestabilização que foi, segundo Schwarcz e Starling (2015), gerada por órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em agosto de 1961, por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e por oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Ainda segundo os autores, o IPES agiu contra Goulart, ocupando-se com: a preparação e execução de um orquestrado esforço de desestabilização do governo; o custeio de uma campanha de propaganda anticomunista, financiando manifestações públicas antigovernistas; o apoio, no âmbito financeiro, a grupos e associações de oposição ou de extrema-direita.

A presente análise defende, conforme Napolitano (2014), que em 1964 houve um

Golpe de Estado, golpe este derivado da participação e ação conjunta de civis e militares, conservadores e antirreformista, gerado pela cisão, na sociedade brasileira, entre modernização e reformas sociais. Assim, representantes de vários “[...] segmentos sociais expressivos receberam bem o golpe e deram sustentação aos expurgos, mostrando pouco apreço pelas instituições e pelos direitos civis. Para tais setores, certamente, o novo regime foi considerado legítimo ou, ao menos, aceitável” (MOTTA, 2014, p. 20).

Quanto à participação da sociedade civil durante o regime, Napolitano (2014) não defende a perspectiva de “Ditadura Civil-militar”, mesmo reconhecendo a participação da sociedade no processo de tomada do poder. Assim, para o historiador, convergiu-se para um regime militar, em que a direita civil foi excluída, ou seja, o poder de decisão não estava na sociedade civil, mas nos militares, assim pode-se considerar o Golpe como Civil-militar, mas não Ditadura civil-militar.

Não se pretende minimizar a participação e responsabilidade de militares durante a Ditadura, até porque, segundo Napolitano (2014), o poder de decisão sempre esteve sob guarda dos militares, mas sim, observar como foram as ações de civis que participaram do sistema de informações do governo no interior da Universidade. Tal aspecto será mais aprofundado na seção 4 da presente dissertação, constatando-se a participação de membros da sociedade civil, mais precisamente servidores com cargos de chefia; civis que participaram do processo de disponibilização de informações por estarem em posições privilegiadas. Esta ideia busca definir tal situação a partir do termo “civil-militar” adjetivando tanto o Golpe de 1964 quanto a Ditadura que se seguiu. É neste sentido que Reis (2012) enfatiza a importância de reconhecer a participação da sociedade civil na ditadura, chegando a fazer uma autocrítica de textos de sua autoria escritos anteriormente, em que se emprega a noção de Ditadura Militar. Vale salientar a participação da sociedade civil não apenas no Golpe, mas na instauração da Ditadura. Dentre apoiadores e partícipes, observou-se o envolvimento de membros da igreja católica e protestante durante o Golpe Civil-militar. Segundo Silva (2017, p. 33) alguns líderes evangélicos apoiaram o Golpe Civil-militar e “[...] após 1964, alcançaram importantes cargos nos órgãos públicos dos governos ditatoriais. Entre 1964 e 1974, momento mais duro e violento da ditadura, os evangélicos presbiterianos apoiaram publicamente e sem constrangimento o regime”. Silva (Ibid, p 26), destaca que após o Golpe, enquanto a igreja protestante continuou apoiando os militares, a “[...] Igreja Católica se voltou contra e assumiu um papel de destaque na luta contra a repressão, tortura e na defesa dos direitos humanos”.

Também o historiador e cientista político uruguaio Dreifuss (1981) salienta que é possível observar que a destituição de João Goulart se deveu à ação conjunta entre civis e

militares e não houve apenas um Golpe das Forças Armadas. Quanto à Ditadura, o autor defende que apesar desta ser considerada “[...] “militar” por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável” (DREIFUSS, 1981, p. 417).

É muito importante analisar a estruturação e funcionamento da rede de vigilância, que, segundo Motta (2014) atuou no interior das universidades, pois o governo esquematizou um serviço de investigação, instituindo, de fato, uma estrutura planejada e com uma lógica de funcionamento. Um serviço estruturado com um grande poder investigativo e influenciador, que estabeleceu um monitoramento e controle político e social.

A análise da ação dos militares no período de repressão, vigilância e punições nas universidades deve levar em consideração o papel da Escola Superior de Guerra (ESG), que foi fundada em 1949, mas ficou marcada principalmente pela sua participação ativa nos anos da ditadura no Brasil. Segundo Bueno (2014), ESG buscava colher o máximo de informações sobre as organizações políticas consideradas subversivas, com a finalidade de compreender as formas de propaganda do comunismo.

No Brasil, a introdução de uma ideologia de contenção do comunismo e da subversão, aliada ao histórico autoritário e intervencionista do Estado, culminou no estabelecimento de um Estado de Segurança Nacional, na institucionalização de princípios e práticas repressivas e na violação de direitos fundamentais de cidadãos brasileiros (STEPHAN, 2016, p. 538)

Durante o Regime Civil-militar, buscava-se obter informações afim de agir contra ideias subversivas capazes de promover a adesão de pessoas propensas à insatisfação com o governo. Dreifuss (1981, p. 79) aponta que a ESG foi responsável por adotar preceitos:

[...] maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de Segurança nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.

A ESG é considerada um centro de excelência em inteligência de defesa do país, sendo criada para ser um centro formador do pensamento conservador e de direita no país, mas foi durante a ditadura que desempenhou ações no tocante à doutrina de segurança nacional, doutrina esta utilizada para justificar a repressão aos movimentos sociais.

Neste sentido, observa-se que uma das primeiras medidas dos militares, depois que

tomaram o poder, foi viabilizar a estruturação e criação de um órgão voltado à vigilância, ao monitoramento e controle daqueles que buscavam outros caminhos, não se conformando com o Golpe. Assim, para repelir o inimigo justificavam-se atitudes antidemocráticas. Aliás, a democracia, para a ESG, “[..] se resumia a decretos e a existência de uma constituição. O povo, como ator e legitimador da ordem política democrática, era uma peça irrelevante no campo das decisões que envolviam as aspirações e os objetivos nacionais. (LIMA FILHO, 2011, p 109).

Segundo Delgado (2009), as manifestações sociais ocorridas no governo de João Goulart, como ligas camponesas, movimento estudantil e organizações sindicais, cresceram e tiveram forte poder de pressão. Fatores como esses levaram a uma enorme instabilidade do governo, que acabou dificultando sua permanência ao passo que parte da sociedade civil apoiava o Golpe.

Um Golpe instaurado em 1964, um acontecimento que não pode, nem deve ser esquecido, não somente por conta da repressão, censura e violência por parte do governo ditador, mas, principalmente, pela enorme suspeição⁷, que gerou o medo. Entretanto, pessoas se posicionaram de forma contrária ao Golpe, participaram de movimentos, houve resistência.

2.2 A Ditadura e o Serviço Nacional de Informações – SNI

Como forma de obter um monitoramento, controle político e social o governo militar passou a criar órgãos de vigilância. Neste sentido, uma das primeiras medidas dos militares, depois que tomaram o poder, foi estruturar a criação de um órgão voltado ao controle daqueles que foram contrários ao Golpe. Assim, três meses depois do Golpe, pela Lei 4.341, de 13 de junho de 1964, foi implementado pelo então governo, o Serviço Nacional de Informação (SNI). (BRASIL, 1964)

A permanência dos militares durante anos resultou em diversas ações de monitoramento e controle político e social, que foi potencializado com a vigência do Ato

⁷ Segundo Fico (2012, p. 180): “pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo.[...] interpretações dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de ‘técnicas de suspeição’, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para ‘provar’ que alguém era culpado de “subversão”.

Institucional nº 5, quando militares passaram a criar órgãos de vigilância e censura. Segundo Rezende (2013), o citado dispositivo significava a implantação do estado de terror, sob justificativa de continuidade e do aprimoramento da ordem institucional. Por meio do AI-5, o executivo passou a ter amplos poderes para intervir em todas as esferas da sociedade, inclusive nas Universidades.

Para compreendermos o que foi o Ato Institucional nº 5, mais conhecido como AI-5, devemos considerar suas consequências, principalmente para o ensino superior brasileiro. O AI-5 foi um decreto que entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Artur da Costa e Silva. Um ato que reforçou o autoritarismo e o cerceamento das liberdades, promovendo o medo em estudantes, professores e técnicos, permitindo a manutenção do governo no poder.

Com base neste Ato, diversas penalidades foram impostas: suspensão dos direitos políticos, penalizando, por exemplo, com a suspensão do direito de votar e de ser votado em eleições sindicais; a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; aplicação de medidas de segurança, que representaram um ataque à democracia e à liberdade, como vigilância e proibição de frequentar determinados lugares.

Importante salientar que os Atos Institucionais aumentaram a repressão, a censura e a vigilância, pois no início dos anos 70 foram criadas as AESI, órgãos que, por meio do amplo acesso às informações, destacaram-se como forte aliado a favor da Ditadura. O real motivo de se estabelecer uma ampla vigilância, censura e controle sobre os chamados subversivos⁸, consistia em combater o comunismo. Neste sentido, Fico (2008) observa que os EUA ofereceram apoio aos militares antes e durante o Golpe civil-militar, viabilizando meios para repelir ideias de esquerda.

Assim, Gramsci (2012), aponta que o Estado viabiliza condições propícias à expansão máxima do capital, obedecendo ao sistema hierárquico do capitalismo internacional e submetendo-se aos interesses do grande capital estrangeiro. A busca pelo controle dos “subversivos”, por meio da criação das AESI nas Universidades, expõe o papel do estado, que não apenas impõe a dominação, mas dá legitimidade. Segundo Gramsci (2000, p. 331) o Estado é “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe

⁸ Um “subversivo” não era apenas transformado em inimigo, mas em “perigo”. Assim, o Estado deveria evitar e combater essa figura, sendo passível à prisão, à rejeição e até mesmo à morte. Ver: HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Combatendo a “Peste Vermelha”: A construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-1/1548772191_a6ef36e8d6810d1e9702237e25caf0ff.pdf. Acesso em 10 set. 2019.

dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”.

Para os militares as medidas antidemocráticas foram implementadas atendendo aos anseios do povo e o Ato Institucional de 13 de dezembro de 1968 era democrático. Entretanto, segundo Rezende (2013), esse argumento de manutenção da ordem, da disciplina e de uma paz pública pautada na autoridade e num alto grau de controle sobre a sociedade, representa um “golpe dentro do golpe”. Para eles, esta era a única alternativa, pois os movimentos contrários ao governo eram um risco ao regime.

Não se pretende adentrar na discussão sobre do termo “Regime”. Entretanto, deve-se esclarecer que este termo utilizado na presente pesquisa se apresenta como mais abrangente do que época ou período. Para Hartog (1996), regime não se refere a uma especificidade do tempo linear, diferenciando-se da noção de época ou período. Para o autor, regime toca o nível da experiência dos modos de enquadramento do tempo pelo pensamento, pelo discurso e pelo viver cotidiano, sendo, portanto, mais amplo.

Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear (de que frequentemente se ganha consciência após o fato e bem depois ela pode ser usada como um recurso de periodização). Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. (HARTOG, 1996, p. 2)

Ao estabelecer o regime, umas das primeiras medidas, foi estruturar a criação de um órgão voltado à vigilância, ao monitoramento e controle político e social daqueles que buscavam outros caminhos, não se conformando com o Golpe. Assim, três meses depois do Golpe, o Serviço Nacional de Informação (SNI) foi implementado pelo então governo.

[...] Fundou-o o general Golbery do Couto e Silva. Dez anos antes ele defendera na escola Superior de guerra a criação de um “Serviço de Informações, centralizado, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agente e órgãos de busca de toda espécie. Dezesete anos depois de tê-lo criado viria a chamá-lo de monstro (GASPARI, 2002, p. 153).

Um órgão criado pelo governo militar que serviu tanto para a coleta e análise de informações como para reprimir e controlar pessoas consideradas contrárias ao governo, com base nessas informações. O sistema de controle e repressão começava pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pois foi um órgão de coleta de informações e de inteligência que

funcionava como um organismo responsável por estratégias e como o núcleo principal de uma rede de informações, agindo em diversos setores da sociedade brasileira.

Neste sentido, Almeida (2016) salienta que o SNI associava suas finalidades à propaganda, doutrinação, espionagem e delação. Assim, ao defender na Escola Superior de Guerra - ESG a criação de um Serviço de Informações que agisse de forma centralizada e que fosse bem dotado de meios e recursos, Golbery do Couto e Silva (hoje aposentado) foi determinante para a criação do órgão, que ele definia como “Ministério do Silêncio”, para justificar a recusa de declarações à imprensa.

Figura 1 – General Golbery do Couto e Silva, falecido em 18 de setembro de 1987, aos 76 anos.



Fonte: Folha de São Paulo, 2019.

O Ministério de Serviço de Segurança Nacional, na verdade, pode ser chamado de superministério, pois foi implantado em todos os ministérios, além de empresas estatais, autarquias e fundações, com um propósito bem claro: vigiar e controlar atividades dos “subversivos”.

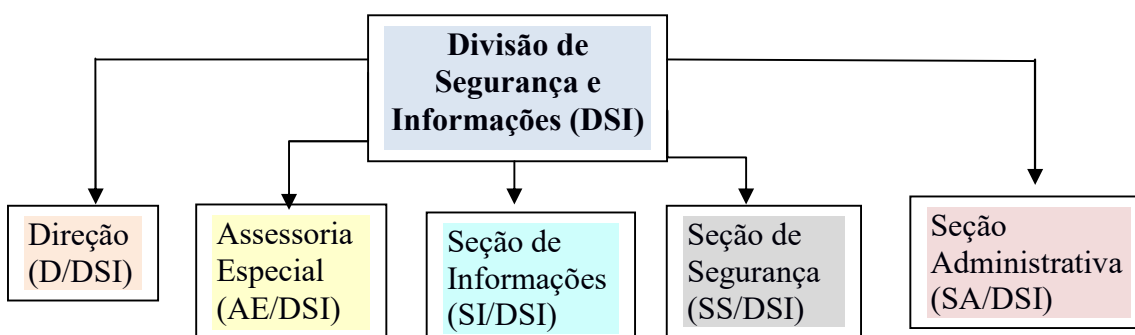
O SNI só tem um cliente: o presidente da República. Ele só informava ao presidente da República, a mais ninguém. Então, qualquer agência que quisesse uma informação do SNI lutaria com grande dificuldade, porque ele não se prontificava a informar nada. Mas recebia de todos. Criou uma estrutura nos diversos ministérios civis, com as Divisões de Segurança e Informações – as DSI –, que lhes remetiam as informações em canal direto, com cópia para o ministro da pasta, porque são subordinadas ao ministro. Então, a estrutura de informações do SNI era baseada nas DSI e nos agentes que contratava, ou nos informantes etc. E isso constituía uma rede muito extensa, porque havia agências exclusivas do SNI em todas as capitais. E recebia também informações do CIE, da Marinha e da Aeronáutica. Isso era o SNI, uma estrutura à parte. (BRASIL, 2014, p. 118)

O SNI foi implementado por meio da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964 e mais tarde se tornaria um órgão central de controle da Ditadura, um órgão que não desempenhava apenas um papel de coletar informações, mas vigiar setores da sociedade considerados ameaça nacional, informando sobre as ações de estudantes, professores e funcionários públicos. Um órgão que, segundo Gaspari (2002 p. 168), “[...] nasceu fazendo em segredo tudo aquilo que a presidência desejava que fosse bem-feito”. Suas atribuições consistiam em: articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que relevantes à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado, sendo subordinado diretamente ao Presidente da República, coletando dados para colocar à sua disposição (BRASIL, 1964).

Por outro lado, as chamadas Divisões de Segurança e Informação (DSI), passaram a atuar no interior dos órgãos governamentais, inclusive nos ministérios civis como órgãos de segurança e informação, implantados em inúmeros órgãos da estrutura estatal. Como órgãos subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e Encarregados de assessorá-los em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações Setoriais.

O Decreto Nº 62.803, de 03 de junho de 1968 aprovou o primeiro Regulamento das Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis. Em uma análise do regulamento, em seu Artigo 2º, que versa sobre sua competência, constatou-se que a DSI do Ministério da Educação (MEC) agiu em cooperação, no sentido de prestar todas as informações que fossem solicitadas pelo Serviço Nacional de Informações⁹.

Figura 2 – Estrutura da DSI



Fonte: Adaptado do Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. Ano 2019.

⁹ Para aprofundar a análise sobre as DSI, sugere-se ler o seu Regulamento, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62803-3-junho-1968-404006-regulamento-pe.doc>. Acesso em 30 out. 2019.

As Divisões de Segurança e Informações - DSI foram criadas pelo Decreto Nº 60.940, de 4 de julho de 1967 e atuaram nos ministérios civis. Assim, em cada órgão ou entidade importante da administração pública havia uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), no caso da UFAL chamada de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Portanto, no âmbito de um ministério civil havia uma DSI e várias ASI e/ou AESI¹⁰. Segundo Fico (2001), a DSI/MEC tinha como tarefa principal vigiar e monitorar a comunidade universitária, principalmente o movimento estudantil, pois fazia parte do “Sistema de Informação”.

O SNI, por sua vez, desenvolvia algumas ações de censura postal, grampos telefônicos e investigações. Um órgão criado para dotar o governo de informações a fim de combater a “subversão”. A estrutura do Serviço Nacional de Informações foi estabelecida por meio do Plano Nacional de Informações (PNI), aprovado pelo Decreto no 66.732, de 16 de junho de 1970, com a finalidade de apoiar, com base em informações coletadas, o desenvolvimento da Política Nacional de Desenvolvimento e da Política Nacional de Segurança.

Importante trabalho desenvolveu a Comissão Estadual da Verdade (CEV) Rubens Paiva, ao defender os princípios democráticos cerceados pelo Golpe de 1964. A comissão, por meio de relatório¹¹, documentou as graves violações aos direitos humanos, ocorridas durante o Regime Civil-militar. Sua atividade é indispensável, pois representa resistência para alcançar direitos no presente, sendo o primeiro relatório de uma Comissão Nacional da Verdade, sobre os crimes da Ditadura, concluído após o Golpe que derrubou o presidente João Goulart.

Na busca pelo esclarecimento de fatos ocorridos durante a Ditadura, destaca-se o papel da Comissão Nacional da Verdade e do Projeto Memórias Reveladas para a historiografia brasileira. Entretanto, seus trabalhos não existiriam se não houvesse uma política pública de valorização do patrimônio documental e o resgate histórico das lutas políticas ocorridas durante a Ditadura. Assim, o papel da CNV na atualidade e da população em geral é indispensável para combater os silenciamentos, afinal em um país democrático não se pode reprimir e selecionar o que se pode falar ou não.

¹⁰Informações complementares sobre a DSI também disponíveis em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/ministerio-da-justica-divisao-de-seguranca-e-informacoes-dsi>. Acesso em 30 out. 2019.

¹¹Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Relatório - Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política. Verdade Aberta, 12 de março de 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_Cadeias-de-comando-a-formacao-da-estrutura-nacional-de-repressao-politica.pdf> Acesso em: 10 set. 2019.

[...] espera-se que a Comissão Nacional da Verdade atinja o seu principal objetivo, que, dada a sua importância, está inscrito no seu próprio nome: a verdade. A meta mais importante de uma Comissão da Verdade é descobrir, esclarecer e reconhecer os abusos cometidos no passado. A “história silenciada” e a cultura que “deste assunto não se fala” pode estar com os dias contados: basta o esforço da CNV, das instituições estatais e, inclusive, da população (OLIVEIRA, 2018 p. 18)

Vale salientar que, no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) somente foi criada pela Presidenta Dilma Rousseff, com base na Lei nº 12.5282, de 18 de novembro de 2011, ou seja, quase trinta anos depois do fim da Ditadura no Brasil. Foi apenas em 2011 que o País tomou uma providência [...] “diante da condenação que sofreu pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante a ditadura civil-militar no País (1964-1985)” (DALTOÉ, 2016, p. 2).

Segundo Santos e Castiglioni (2019 p. 280) “O caso Gomes Lund e Outros, foi um dos mais importantes para a justiça de transição no Brasil, pois reconheceu que a Lei de Anistia não era suficiente para encerrar um período transacional, que foi fortemente marcado por violações aos direitos humanos”.

Assim, analisando o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, verificou-se que o SNI foi regulamentado, primeiramente, por meio do Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964, o qual previa uma estrutura dotada de uma chefia civil ou militar, de confiança do presidente da República, assistentes e um gabinete com status de ministério, além de uma agência central no Distrito Federal e agências regionais.

Além disso, a referida Comissão realizou um estudo sobre a estruturação do sistema de vigilância, que foi composto pelos seguintes destacamentos: Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); Centro Nacional de Informações da Marinha (Cenimar); Centro de Informações do Exterior (CIEx); Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e seus Destacamentos de Operação e Informações (DOI); Comunidades Setoriais de Informações (CSI); Divisões de Segurança e Informação (DSI)¹² dos ministérios civis e suas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI).

As Divisões de Segurança e Informações (DSI) foram organizadas pelo Decreto 60.940, de 04 de julho de 1967. Em cada ministério civil e em seus órgãos havia uma DSI,

¹² Seu diretor era escolhido pela Escola Superior de Guerra, entre cidadãos civis diplomados ou oficiais superiores da reserva das Forças Armadas, de preferência com curso de comando e Estado-Maior ou equivalente. Sua nomeação pelo presidente dependia de indicação do ministro de Estado e de prévia aprovação de seu nome pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Sobre o assunto ler: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Volume I, tomo I, capítulo 4 – Brasília: CNV, 2014.

ligada ao gabinete do Ministro, formando uma estrutura setorial de informação. Em maio de 1970, as DSI passaram à subordinação do SNI, fato reforçado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, que determinou que as DSI integrassem o Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação – SISNI (BRASIL, 2014).

O SNI, por meio das antigas Assessorias Especiais de Segurança e Informação - AESI, funcionava como um braço do governo nas universidades. Assim, todos os órgãos públicos ligados ao SNI deveriam manter seus próprios arquivos¹³, um arquivo secreto que, no caso da UFAL, foi formado por documentos produzidos pela AESI.

Neste contexto, deve-se observar a importância desses órgãos na busca dos objetivos do governo. A identificação e análise destas agências produtoras de informação e dos interesses que elas representam são indispensáveis para a leitura adequada da conjuntura. Assim, é importante destacar que:

[...] os órgãos de inteligência trabalham com sentido de “guerra” na produção de informação e contra-informação, onde o que interessa é o objetivo que o órgão persegue e não a existência do fato, onde predomina a manipulação e não sua veracidade. (BETINHO, 1984, p. 37)

As atribuições da chefia do SNI consistiam em:

[...] estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas. Outras atribuições eram: criar e extinguir agências; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; classificar assuntos como “secretos” e “ultrasecretos”, de acordo com o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional. (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p. 117)

Com a criação das Assessorias Especiais de Segurança da Informação, o governo militar acentuou o controle e a censura nas Universidades que foram amplamente vigiadas devido ao seu caráter formador do pensamento crítico (PEREIRA, 2014). A vigilância foi potencializada principalmente sobre a comunidade universitária, pois as Universidades eram tidas como espaço de grande potencial subversivo. O controle nas Universidades combateu principalmente o Movimento Estudantil (ME); a liberdade de ensino foi cerceada, e a utilização de livros dentro das universidades, limitada. A estruturação e funcionamento do SNI potencializaram a vigilância a milhares de brasileiros, um órgão criado para expandir o acúmulo de informações acerca das ações subversivas e manter o presidente bem informado.

¹³Informação obtida no Jornal Folha de São Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/monstro-sni-se-espalhou-por-249-ministerios-e-orgaos.shtml>. Acesso em: 26 out 2019.

O Decreto-Lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici, era tido pelos militares como uma forma de proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade e para combater alguns meios de comunicação que, segundo o governo, obedeciam a um plano subversivo, que colocava em risco a segurança nacional. O Decreto entrou em vigor porque os militares alegavam que havia uma generalização da divulgação de livros que ofendiam frontalmente à moral comum. Em seu Art. 1º dispôs que: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970).

O que se observou foi que a vigilância ao Ensino Superior foi intensificada devido ao receio que o governo tinha do desenvolvimento de qualquer ideia que pudesse se contrapor aos seus interesses, ou seja, o governo via no espaço universitário um terreno propício ao desenvolvimento de ideias consideradas subversivas, perseguindo todos aqueles que se opunham ao Regime. Cabe lembrar que, de acordo com Motta (2006), o argumento anticomunista foi o fator principal defendido pelos militares para justificar a tomada do governo.

O combate à figura do “inimigo interno” foi realizado por uma estrutura composta por diversos órgãos com funções de planejamento, coordenação e assessoria a fim de atuar na busca de informações para agir contra qualquer tipo de movimento contrário ao regime ditatorial. A regra era combater o inimigo e se manter no poder. Neste sentido, importante papel teve o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)¹⁴, expressão máxima de violação de direitos humanos, originando-se na Operação Bandeirante (Oban)¹⁵, uma operação violenta para manter no poder as forças da Ditadura, criada com a missão de identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos.

Por meio de estratégias bem planejadas, com base em uma gama de informações, os militares agiam de forma silenciosa. O aparato repressivo possibilitou estabelecer a vigilância e o controle nas universidades, determinando o bloqueio da livre circulação de ideias. Assim,

¹⁴Um órgão conhecido como uma central de tortura e assassinato de pessoas contrárias ao regime. Pelo DOI-Codi do 2º Exército (São Paulo) passaram mais de 6.700 presos, onde pelo menos 50 foram assassinados entre 1969 e 1975. Memorial da democracia. DOI-CODI, a máquina de torturar e matar. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>. Acesso em: 21 set. 2019.

¹⁵Foi criada em 1º de julho de 1969, fez parte da estrutura do 2º Exército, em São Paulo e atuou na repressão à guerrilha urbana, tornando-se um dos órgãos mais violentos da Ditadura. Memórias Reveladas. Exposições. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/exposicoes/64-galeria-de-exposicoes/na-teia-do-regime-militar-o-sni-e-os-orgaos-de-informacao-e-repressao-no-brasil-1964-1985/102-a-repressao>. Acesso em 13 set. 2019.

o sistema democrático foi atacado com o desenvolvimento de um Sistema de Segurança Nacional que tinha como principal objetivo neutralizar as ações de sindicatos, movimento estudantil, professores, enfim, pessoas consideradas subversivas.

A atuação do governo, por meio de um sistema de vigilância, censura e repressão lançou uma série de ataques ao sistema democrático brasileiro, ataques às classes contrárias às ideias do governo, às ideias de esquerda¹⁶. Assim, com a instituição da ditadura no Brasil a democracia sofreu um golpe, dando espaço a um sistema de controle das classes consideradas subversivas. Para entender como as informações eram coletadas e utilizadas para fins de controle da classe contrária ao governo é necessário compreendermos a estruturação desse sistema de vigilância que coletava informações e permitiram a criação de um aparato repressor nunca antes visto.

O objetivo central do SNI consistia em paramentar o poder central de informações que lhes permitissem a tomada de decisão. Entretanto, o que verificamos foi o desenvolvimento de um sistema tão complexo que se tornou capaz de executar ações que vigilância e repressão de qualquer pessoa que ousasse pensar contrário às ideias do governo.

A atuação dos órgãos de informações do governo militar se apresenta como um campo instigante para pesquisadores e historiadores, na medida em que buscam os motivos dessa atuação ter sido tão constante, capaz de dotar o governo de informações, contrainformação e reprimindo a liberdade de expressão.

Em suma, a preocupação do governo central em manter formas de controle dentro das Universidades resultou na criação de ferramentas que lhes permitissem a investigação e o controle daqueles considerados subversivos. A criação do Serviço Nacional de Informação - SNI¹⁷, no período da Ditadura civil-militar, tem como um dos seus focos o ensino superior brasileiro, atuando por meio das Assessorias Especiais de Segurança e Informação - AESI.

2.3 Repressão: principalmente nas universidades

¹⁶Ideias à esquerda foram proibidas no Brasil durante a Ditadura por adotarem uma postura anti-capitalista, socialista, ideias de uma nova sociedade liderada pelos trabalhadores, sem exploração econômica.

¹⁷ Para maiores informações sobre a criação do SNI, ver FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; da mesma forma, recomenda-se o trabalho do mesmo autor: Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

O foco da vigilância estava principalmente sobre estudantes universitários, desde o início da Ditadura, pois estes eram tidos como detentores de grande potencial subversivo. Foi neste sentido que a União Nacional dos Estudantes - UNE foi extinta, por meio da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 4.464/64, e muitos estudantes passaram a militar na clandestinidade (VERÇOSA, 2011). O foco nas Universidades se deu porque, segundo Teixeira (1988), estas fazem, com efeito, a vida marchar; nenhuma outra instituição é tão útil, insubstituível e indispensável como ela.

Para combater a ameaça da esquerda, um modelo de vigilância constante seria imprescindível no âmbito das universidades. O sistema de vigilância deveria disponibilizar ao governo central informações sobre todos que estivessem envolvidos ou expressassem pensamentos de esquerda, como também orientar os reitores como proceder em caso de constatação de subversão. Isso porque as Universidades:

[...] representam espaço privilegiado para observar os entrecruzes das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar (MOTTA, 2014, p. 16)

As forças participantes da disputa política e econômica eram derivadas dos interesses antagônicos do movimento de estudantes, militantes em geral e militares que consideravam a ameaça iminente de uma propagação das ideias de esquerda. Neste sentido, o aumento da participação política e social da população se configurou como um dos motivos para a instauração da Ditadura.

O receio de instauração do comunismo resultava em ações de alerta e prevenção, princípios que, segundo Cavalcanti (2015), foram norteadores dos discursos de combate ao comunismo até março de 1964. “Uma estratégia político discursiva utilizada também nos períodos de campanha eleitoral a fim de evitar que os candidatos filiados ao comunismo vencessem as disputas políticas”. (CAVALCANTI, 2015, p13)

A intervenção militar, influenciada pelas elites econômicas e pelas empresas de comunicação, gerou tensões, repressão e censura. Apoiado por interesses regionais e globais, o governo ditador buscou combater todo tipo de subversão, principalmente contra o movimento estudantil organizado pela UNE, contra professores e servidores suspeitos. O Movimento Estudantil - ME não era bem visto pelos militares, mesmo antes do Golpe

acontecer. O mesmo já era observado e foi posto na ilegalidade, por meio da Lei 4.464/1964¹⁸.

O movimento estudantil já havia assumido um posicionamento político contrário àquele que tomara o poder, os estudantes ganharam uma atenção especial do governo militar, sendo aprovada, em novembro de 64, a Lei Suplicy de Lacerda, que submetia todas as instâncias de representação estudantil ao Ministério da Educação e considerava ilegais aqueles de maior destaque, como a UNE e as unidades estudantis estaduais, que foram obrigadas a atuar na disfarce e na clandestinidade. (VERÇOSA, 2011, p. 71)

A referida lei dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes, que seriam entidades tuteladas pelas universidades, com representações locais como: Diretório Acadêmico (D.A.); Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal; o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal, fragmentando o movimento. Os movimentos estudantis, a partir de 1965, realizaram protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime militar, culminando nas grandes passeatas de 1968. (PELEGRINI, 1998)

Na linha de frente por uma universidade mais desenvolvida, com mais vagas, conforme Germano (2000), estava o movimento estudantil, que foi, por sua vez, o que mais reagiu ao Golpe Civil-militar. Isso porque estes enxergaram mais a possibilidade de mudar a sociedade brasileira, visto que o país era palco de forte repressão contra ideias consideradas subversivas. Porém, o governo militar almejava desarticular movimentos e ideias de oposição.

A atuação da sociedade civil durante a ditadura foi crucial para a manutenção desta. Assim, a burguesia, temendo a crescente comunista, buscou aliar-se aos militares para combater a ascensão de movimentos estudantis, de movimentos sociais. Com isso, segundo Motta (2014), o governo militar criou, no início dos anos 70, assessorias capazes de dotar o poder central de informações para frear o crescimento de ideias contrárias ao governo. Assim, houve o combate a toda e qualquer ideia progressista e contrária ao estado de exceção, ou seja, qualquer defesa de direitos de expressão, organização e manifestação tinha de ser, segundo a lógica ditatorial, banida.

Diversos mecanismos foram utilizados para controlar as pessoas contrárias às ideias do governo. Assim, houve o cerceamento do direito de expressão, organização e

¹⁸ BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4464.htm. Acesso em: 21/09/2019.

manifestação, que deveriam atender à lógica ditatorial. Para este fim, editaram-se dispositivos como a Lei de Segurança Nacional, que:

preservava a abolição do habeas corpus, estabelecia medidas punitivas como a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento do país, e criava uma verdadeira prisão cautelar para o crime contra a segurança nacional, pois o suspeito poderia ser preso por até 60 dias, independentemente de haver flagrante delito ou de ordem expressa de um juiz. Além disso ficaria incomunicável por dez dias, o que facilitava a prática da tortura (MARTINS, 1986, p. 67-68).

Toda e qualquer ideia progressista e contrária ao estado de exceção foram combatidas, principalmente o Movimento Estudantil (ME). Segundo Priori et al. (2012, p. 208), quando os “[...] partidos políticos de esquerda estavam proscritos, os sindicatos estavam sofrendo uma forte intervenção estatal e os movimentos sociais, como um todo, eram vigiados e controlados pelos órgãos de repressão, foram os estudantes que mais se destacaram na luta contra a ditadura”.

O objetivo do governo era desmobilizar movimentos contrários ao governo e combater sua representatividade, principalmente o movimento estudantil nacional. Assim, muitos estudantes passaram a militar na clandestinidade (SCHINEMANN, 2015, p. 77).

Embora na clandestinidade, foi realizado o XXIX Congresso, na cidade de Valinhos, São Paulo, em um convento de padres. Nesse Congresso, elaborou-se uma Carta Política da UNE, na qual se fazia uma análise da situação internacional e nacional e estabelecia-se um programa de mobilizações, de denúncias contra a ditadura e contra as imposições dos militares.

Além do controle dos movimentos sociais a Ditadura civil-militar preocupou-se em estabelecer um aparato de inteligência e controle de órgãos estatísticos. Neste sentido é indispensável, para uma boa leitura da conjuntura, a compreensão do papel do Estado durante o período de estudo. Betinho (1984) salienta que o Estado age de forma privilegiada, pois possui órgãos de pesquisas que podem ser manipulados, uma vez que atendem às necessidades do Estado. Essa manipulação é capaz de produzir informações a fim de justificar uma ação do governo. Um órgão importante de pesquisas no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, “[...] foi atingido por essa manipulação que lançou uma onda de descrédito sobre as estatísticas básicas do país” (BETINHO, 1984. p. 37).

A censura postal, grampos telefônicos e investigações eram ações desempenhadas como regra durante a Ditadura civil-militar. Além disso, o controle de livros foi acentuado ainda mais com a publicação do AI-5. Isso ocorreu porque o referido Ato Institucional concedeu amplos poderes ao governo. Assim, verificou-se a suspensão dos direitos políticos, importando simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado (BRASIL, 1968).

A proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política buscou atingir movimentos nas universidades, principalmente o estudantil. Segundo Martins e Czernisz (2017, p.1076) o período de ditadura militar foi onde houve destaque do movimento estudantil, pois foi um “[...] período que se caracterizou como época de grande repressão aos que eram contra esse modelo de governo, fazendo com que houvesse repressão, perseguição política, assassinatos e privação dos direitos constitucionais”.

Segundo Motta (2014), o circuito editorial sofreu forte perseguição, livros foram apreendidos, editores e livreiros sofreram perseguições; o medo foi disseminado, fazendo com que os leitores de obras consideradas subversivas passassem a escondê-las, e até mesmo queimar livros. Para Reimão (2011), a censura a livros passou por diferentes estágios durante o regime, proibindo diversas obras e livros.

Referente à hostilidade do regime, verificou-se que, no âmbito da produção de material impresso, o mundo editorial foi amplamente reprimido e cerceado da distribuição e venda dos livros em livrarias e editoras. Com isso, notou-se a perseguição em larga escala a editores e a disseminação do medo entre estes. Essa situação de hostilidade estava presente por toda parte no dia a dia dos brasileiros, afetando não apenas pessoas comunistas, mas progressistas também. Sobre a ação de militares durante a Ditadura, verificou-se que a hostilidade “[...] às forças progressistas foram definidoras de suas investidas, durante todo o regime militar, para construir um ideário de democracia, no qual sobressaía a insistência na necessidade de criar, desenvolver e preservar o que eles denominavam responsabilidade democrática (REZENDE, 2013, p. 66).

Essa perseguição contínua a determinados setores, por outro lado, criou uma atmosfera positiva para que novos empreendimentos do mundo impresso pudessem surgir e enfrentar o regime de forma um pouco mais eficaz. Parafraseando Maués (2013), o controle à imprensa gerou a imprensa alternativa, o controle à edição de livros favoreceu o surgimento de editoras de oposição.

Além disso, o Decreto-Lei nº 1.077 que entrou em vigor em 26 de janeiro de 1970, buscou controlar a publicação e circulação de livros considerados contrários à moral e aos bons costumes. Para os militares, o Decreto era uma forma de proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e combater alguns meios de comunicação que,

segundo o governo, obedeciam a um plano subversivo.

Durante a Ditadura civil-militar, as práticas democráticas foram sumariamente suprimidas, ficando o poder concentrado tão somente nas mãos do poder Executivo. Com isso, notou-se a perseguição em larga escala dos editores e a disseminação do medo entre estes. Neste sentido, muitas livrarias recusavam títulos com conteúdo de oposição à ditadura, com medo de sofrer atentados (FREITAS, 2014).

Em ambientes como as universidades, o governo tinha uma atenção especial, pois estas eram consideradas espaços propícios para difundir doutrinas revolucionárias e recrutar pessoas para a esquerda. Um ambiente favorável ao pensamento crítico e posturas consideradas de esquerda, ideias contra o pensamento do governo.

Assim, as Assessorias Especiais de Segurança e Informação fizeram parte desse sistema de vigilância, orientando Reitores nas tomadas de decisões com base em dados coletados. Neste sentido, a Ditadura ainda se empenhava no controle de livros considerados subversivos, livros que, muitas vezes, eram avaliados por seu título, ou seja, se os censores achassem que seu título representava risco ao governo, estes eram proibidos, cabendo à AESI a fiscalização e controle desses livros (OLIVEIRA, 2003; REIMÃO, 2011).

Os militares buscavam justificar as formas de controle estabelecidas em todo o Brasil, principalmente nas universidades, com base em um argumento anticomunista. Entretanto, em entrevista à Agência de Jornalismo Investigativo, Pública¹⁹, Fausto (2019) enfatiza que não havia uma ameaça imediata de implantação de um regime comunista. O país estava dividido e em contexto de plena Guerra Fria, no qual havia se instituído em Cuba uma revolução socialista autoritária. Sendo assim, é nesse contexto que se compreende a preocupação de setores militares em evitar uma suposta instauração do comunismo.

O fato é que a permanência dos militares do governo durou mais de 20 anos. Se houvesse uma certeza de que era preciso enfrentar os comunistas, mesmo assim deveriam preservar as instituições democráticas. Isso não foi o que aconteceu, pois segundo Cruz (2015), as universidades foram vigiadas, sendo passíveis de constante vigilância os estudantes, professores e técnicos.

Segundo Alves (1984), para o regime todos são considerados suspeitos em potencial, portanto devem ser controlados, perseguidos e eliminados. Assim, surge uma preocupação com o desenvolvimento do pensamento comunista, fazendo com que o governo se

¹⁹ DOMENICI, Thiago. Entrevista de Boris Fausto sobre o golpe de 64: “É impossível negar os fatos”. 29 de março de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>. Acesso em 10 set. 2019.

preocupasse com a coleta de informações. Afinal, essa se tornou uma função essencial para a defesa do país e planejamento da segurança nacional, o que gerou ações revolucionárias, que passaram a ser desenvolvidas de forma secreta, o que fez com que toda a população se tornasse suspeita.

É preciso atentar para a ação do governo no interior das universidades, por meio de um sistema de vigilância, censura e repressão, que lançou uma série de ataques ao sistema democrático brasileiro. O acesso aos documentos sobre os antigos órgãos de informações permite uma análise de ações e acontecimentos que não devem e nem podem ser esquecidos.

A reforma do sistema de ensino superior brasileiro foi realizada considerando a subordinação política e econômica, edificando, no Brasil, um projeto de universidade, conforme o modelo do mundo capitalista – o norte-americano (CUNHA, 1988). Mesmo o governo implementando um modelo conforme os interesses capitalistas, deve-se destacar que houve resistência. Estudantes reivindicavam reformas no ensino superior e provocaram certa pressão contra a política de governo dos militares, realizando protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime (PELEGRINI, 1998). Neste sentido, o ato de resistir e lutar em defesa do Ensino Superior se apresentou de forma salutar.

Assim, na próxima seção, analisam-se as reformas e mudanças ocorridas no ensino superior. Reformas e mudanças que ocorreram em um período de pressão dos movimentos sociais e setores de oposição. Com a finalidade de resolver a pressão e uma crise universitária, o governo impôs mudanças no sistema de ensino superior brasileiro. Essas mudanças só foram possíveis porque, segundo Motta (2014) houve resistência de estudantes e de setores progressistas das universidades, que lutavam por mudanças. Algumas mudanças ocorreram, mas de modo autoritário.

3 REFORMA EDUCACIONAL E MODERNIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DURANTE A DITADURA

Uma vez compreendido o Golpe civil-militar, a sistemática de ação do governo na busca de informações e contrainformações, por meio do Serviço Nacional de Informação (SNI), a implementação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e como a repressão foi acentuada nas universidades, buscou-se na seção 3 analisar as mudanças e o desenvolvimento das universidades no Brasil e algumas interfaces da Reforma Universitária de 1968, que tiveram como foco o ensino superior por meio de dispositivos como a Lei nº 5.540/1968. Um desenvolvimento e uma modernização das universidades que foram, segundo Cunha (2007), tentativas de subordinar a universidade à empresa capitalista, ao capital.

Em face disso, observa-se que a Reforma Universitária (RU) aliada aos atos institucionais baixados pelo governo e a Constituição de 1967 foram primordiais para as mudanças ocorridas no ensino superior, na década de 1970. Mudanças essas que passaram pela estrutura administrativa e política, pois quando os militares tomaram o poder, a educação também foi moldada de acordo com as necessidades do governo, ou seja, legitimar suas ações.

As principais leis e decretos que regulamentaram as universidades brasileiras durante a Ditadura civil-militar foram: 1) Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, que dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes, a chamada Lei Suplicy de Lacerda; 2) a Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965 – estabeleceu o Estatuto do Magistério Superior; 3) o Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais; 4 - o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulou a organização da representação estudantil; 5 – o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18/11/1966, estabelecendo entre outras mudanças, a criação dos Departamentos como subunidades das Universidades; 6 - a Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, que modificava dispositivos da Lei nº 4.881-A, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério Superior; 7 - a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (VERAS, 2014)²⁰.

²⁰ O estudo especificamente sobre o ensino superior brasileiro durante a Ditadura Civil-Militar pode ser mais bem desenvolvido por meio da leitura de: VERAS, Dimas Brasileiro. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). Disponível em:

A reforma de 1968, dentre outras mudanças, extinguiu as cátedras, em favor da estrutura departamental e do sistema de crédito semestral; modificou o regime de trabalho para o de tempo integral e dedicação exclusiva; segmentou a graduação em dois ciclos – o básico e o profissional; promoveu o ensino e a pesquisa por meio das pós-graduações (BRASIL, 1968). Além disso, também criou o Fundo Nacional de Educação (FNDE) por meio da Lei nº 5.537/1968 e financiou a criação de novas faculdades públicas e privadas.

É importante analisar como a Ditadura buscou legitimar suas ações e medidas por meio da construção de um discurso de democracia, a fim de legitimar as ações do governo e estabelecer valores difundidos pelo regime. Neste sentido, é importante salientar que a Reforma Universitária (RU) de 1968 foi executada considerando a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)²¹ e que o ensino superior era considerado importante para o desenvolvimento econômico e modernização do país.

Neste sentido, buscou-se analisar como a transformação do ensino seguiu os interesses do governo, limitando a autonomia universitária. Essa limitação da autonomia das universidades brasileiras ocorreu por meio da reconfiguração do modelo de universidade imposto pela Ditadura, que buscou implementar o modelo norte-americano (CARVALHO; LUZ, 2016).

3.1 Movimento estudantil e reforma universitária

O advento do Golpe em 1964, por um lado, procurou cercear as manifestações transformadoras, mas por outro provocou o aumento da pressão pela reforma universitária. A luta dos estudantes pela reforma universitária ganhou as ruas, impulsionado pela bandeira “mais verbas e mais vagas” e culminou, em 1968, com a ocupação das principais universidades brasileiras, um movimento de estudantes universitários e professores que gerou consequências políticas e iniciativas repressivas (CUNHA, 2014).

As mudanças implantadas no ensino superior provocaram certa pressão dos movimentos estudantis que, a partir de 1965, realizaram protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime militar, culminando nas grandes passeatas de 1968. Sob essa questão, Pelegrini (1998), sinaliza que nos primórdios dos anos de 1960, a UNE

<http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/176/145>. Acesso em: 25 set. 2019.

²¹ Segundo Bueno (2014), A DSN foi formada por um conjunto de elementos que fundamentaram sua efetivação: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. Foi baseada numa construção ideológica de ameaça interna e externa que precisava ser combatida, agindo de forma a deturpar o marxismo e difamar o socialismo e socialistas.

realizou três Seminários visando difundir as pretensões do governo militar, face às mudanças que pretendia implementar acerca do ensino superior no Brasil.

Segundo Colombo (2013), ainda em 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1953, realizou em Salvador o Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, cujas conclusões foram condensadas na chamada “Declaração da Bahia”²². Durante o Seminário o movimento estudantil destacou como diretrizes básicas da reforma universitária os seguintes pontos: a) democratização da educação em todos os níveis; b) abertura da universidade ao povo, por meio da extensão universitária e dos serviços comunitários; c) articulação com os órgãos governamentais.

Os Seminários colocavam em pauta a discussão sobre a então LDB recentemente aprovada que criava dispositivo que poderia levar o governo central a privatizar o ensino superior em todo o país. Pois, se tratava de uma tentativa do então governo diminuir as “responsabilidades do Estado para com os encargos do ensino público e a privatização da educação” (PELEGRINI, 1998, p.32).

Em um cenário de lutas e mobilizações, o governo viu a necessidade de ajustar o sistema de ensino. Assim, o Conselho Federal de Educação (CFE), instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, assumiria a direção da política oficial do ensino superior, estratégia que seria reforçada após 1964. Segundo Cunha (2014) uma das providências tomadas pelo governo para manter o controle da situação foi a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar um projeto de reforma universitária.

É importante atentar que os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), correspondentes às bases da educação consolidadas na estrutura do ensino primário, médio e superior tinham sido revogados, e o projeto de reforma universitária (Lei n.5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: a demanda de alguns jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar a ação da universidade; e a demanda dos grupos ligados ao regime civil-militar, que buscavam vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização de acordo com o capitalismo internacional (CUNHA, 2014).

²²O acesso à declaração pode ser feito em: Declaração da Bahia - I Seminário Nacional de Reforma Universitária, UNE, 1961 (reproduzido do livro A UNE em Tempos de Autoritarismo, de M.L. Fávero). Disponível em: <https://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

Assim, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária buscou atender à primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra²³ que foi substituída pelo departamento. As instituições universitárias foram consideradas como forma preferencial de organização do ensino superior, fazendo menção ao termo autonomia universitária cujas características e atribuições foram definidas e especificadas. Por outro lado, o grupo procurou atender à segunda demanda, “[...] instituindo o regime de créditos, matrícula por disciplina, cursos de curta duração, organização fundacional e a racionalização da estrutura e funcionamento” (SAVIANI, 2010, p. 9).

As conclusões do grupo geraram divergências, pois segundo o relatório, o governo deveria atentar para os três níveis de ensino, ou seja, deveria haver um crescimento equilibrado, com ensino primário e médio estendidos a toda a população e o ensino superior para uma classe seleta da população, “[...] os que quisessem e pudessem” (CUNHA, 2014, p. 8).

Refletindo sobre a reforma, constatou-se que esta buscou propor mais liberdade às Universidades, pois estabeleceu que estas deveriam gozar de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus estatutos (BRASIL, 1968). Todavia, de acordo com Carvalho e Luz (2016), apesar de se fazer presente nas principais reformas educacionais do País, a autonomia universitária²⁴ ainda não se apresentava como uma realidade no interior das instituições universitárias, resultando na luta continuada pela sua concretização. Assim, “[...] se a autonomia universitária é concebida como condição necessária para garantir as razões de ser de uma universidade, não se pode permitir que ela seja considerada uma concessão, mas sim uma conquista de um longo processo de luta” (CARVALHO; LUZ, 2016, p 122).

Para o estudo da Autonomia Universitária durante a Ditadura, considerou-se a Lei Nº 5.540, de 28 de novembro 1968. A referida lei, que entrou em vigor no governo de Artur da Costa e Silva, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Em seu Art. 3º assim definiu: “as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na

²³Cátedra corresponde à disciplina (ou à cadeira) ministrada por um professor que tenha preenchido determinados requisitos para partilhar conhecimentos e que tenha alcançado o posto mais alto na docência. (AURÉLIO, 2015).

²⁴ Importante salientar que, segundo Ranieri (2018) o conceito de Autonomia Universitária é dinâmico, ou seja, pode variar dependendo do tempo e da localidade, sendo influenciada por questões históricas, políticas e jurídicas. Além disso, tratando-se de Autonomia Universitária deve-se considerar as “[...] prerrogativas de autogoverno atribuídas às universidades nas áreas didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para que melhor desempenhem atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade (RANIERI, 2018, p. 947) .

forma da lei e dos seus estatutos” (BRASIL 1968). Não se pretende aprofundar a análise da Autonomia Universitária no período da Ditadura Civil-militar, entretanto verificou-se que, “[...] apesar de anunciar a autonomia universitária, a lei não estabeleceu as condições de sua efetivação, o que contribui com os impasses em relação ao planejamento e à gestão da estrutura universitária (LIRA, 2012, p. 4).

Assim, é necessário realizar uma reflexão porque, segundo Rezende (2001), a Ditadura buscou legitimar suas ações e medidas por meio da construção de um suposto ideário de democracia, estabelecendo uma busca pela legitimidade e reconhecimento, pela maioria dos segmentos sociais, ao estabelecer valores difundidos pelo Regime militar.

Valores esses, segundo Germano (1993), alinhados a uma educação compatível com as necessidades do mercado. Uma legitimação que não considerou a participação da comunidade universitária no processo de reforma. Neste sentido:

[...] a autonomia universitária é um elemento negligenciado nas discussões e reformas realizadas durante a ditadura militar, pois há uma forte atuação do Estado para impor suas determinações políticas e ideológicas na vida acadêmica da universidade no país, com imposição de princípios e, ainda, o controle perante às determinações impostas, sem diálogo e participação da comunidade universitária (CARVALHO; LUZ, 2016, p. 120)

Como a Reforma Universitária foi executada num contexto em que o ensino superior passa a ter um papel de destaque no desenvolvimento econômico do país, a transmissão e produção de conhecimento também deveria seguir os interesses do governo. Neste sentido, a transformação do ensino superior contrasta com o próprio texto constitucional, afirmando que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1968).

Para analisar de forma crítica as ações do governo na implementação de reformas e mudanças no ensino superior, deve-se considerar que durante esses eventos já estavam em vigor, conforme Silva (1994) os instrumentos necessários para as arbitrarias ações do governo. Isto é, já estavam em vigor: o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das Universidades, que em seu Art. 1º dispôs:

comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material

subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

A fim de controlar o Movimento Estudantil, o governo, ao criar referido Decreto-Lei, impediu estudantes, professores e funcionários de se organizarem politicamente em oposição ao governo nas universidades. Segundo Almada (2014, p. 247), isso mobilizou estudantes “[...] pela revogação da reforma universitária e do DL-477, e, ainda, contra o fechamento de centros e diretórios acadêmicos, e a perseguição dos militantes políticos de oposição”.

O governo instituiu penas para quem contrariasse o referido Decreto-Lei. Sobre as penalidades impostas, o Art. 1º, § 1º dispõe que se a pessoa fosse membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino era punido com pena de demissão ou dispensa e proibido de ser nomeado, admitido ou contratado pelo prazo de cinco anos. Caso fosse aluno, com a pena era de desligamento e proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por até três (3) anos (BRASIL, 1969).

A Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional também poderiam ser acionadas para repelir a figura do “inimigo interno” que, [...] “poderia encontrar-se sorrateiramente infiltrado nas instituições públicas e privadas” (SILVA, 1994, p 117). De acordo com Lima (2005), a Ditadura, como regime de exceção, deixou cicatrizes de autoritarismo na sociedade brasileira e dificultou uma possível construção da autonomia das universidades. Uma autonomia que é necessária para garantir a qualidade do ensino, a gestão democrática, o regime jurídico único e um plano de carreira para o magistério público, além abranger a gratuidade do ensino público, acesso universal e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SCHWARTZMAN, 1988).

O autoritarismo, característico da Ditadura Civil-militar, resultou em mudanças e limitações impostas pelo governo, ao passo que gerou duras punições a professores, funcionários e alunos, cujas ações fossem consideradas subversivas. Assim, não se pode pensar em autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade quando há limitação e punição aos indivíduos contrários às idéias do governo. Segundo Fávero (2000, p. 43), a “[...] limitação é fortemente reforçada por atos de exceção baixados pelo governo militar, sobretudo por meio do AI nº 5 de 13/12/68 e do Decreto-lei 477 de 1969”.

Análise cuidadosa da Lei nº 5.540/68 e legislação complementar mostra que, ao mesmo tempo que é reconhecido o princípio da autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela a limita. Essa limitação é fortemente marcada por atos de exceção baixados no governo militar, como: o Ato

Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto-lei nº 477, outorgado em 26 de fevereiro de 1969, com base no § 1º do AI-5. Da leitura desse dispositivo depreendemos que deveriam ser punidos severamente professores, funcionários e alunos cujas ações fossem consideradas subversivas. Complementando as determinações desse Decreto-lei, outras medidas foram emitidas pelo Governo pelas Portarias Ministeriais nºs 149-A, de 28 de março de 1969, e a 3.524, de 3 de outubro de 1970. Tais medidas contribuíram ainda mais para o processo de paralisia dos membros das instituições universitárias, abrindo espaço para ações de caráter persecutório de dirigentes universitários em relação a seus subordinados. (FÁVERO, 2004, p 206)

A autonomia foi negligenciada quando o governo baixou esses atos de exceção, ou seja, foram nesses dispositivos que ela foi ignorada, pois foram estabelecidas infrações disciplinares e punições aos membros da comunidade acadêmica. Segundo Carvalho e Luz (2016), esse controle da autonomia ocorreu devido ao receio de haver falta de disciplina e de autoridade nas universidades. A autonomia universitária foi ignorada porque não houve, nas reformas realizadas pela Ditadura Civil-militar, uma preocupação em promover a liberdade política e ideológica na vida acadêmica, pelo contrário, “[...] durante a ditadura militar, as universidades brasileiras vivenciaram um período de cerceamento de sua autonomia, que já era restrita e limitada” (Ibid, p. 119).

A Lei n. 5.540/68, aprovada em 28 de novembro de 1968 alterou o Ensino Superior, ao passo que a Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971 reformulou os ensinos primário e médio, modificando sua denominação para ensino de primeiro e de segundo grau. Segundo Pereira (2014), para os defensores da Ditadura civil-militar, a educação não deveria incentivar o pensamento crítico, pois isto colocaria em risco os planos traçados pela Escola Superior de Guerra (ESG). Assim, o regime deveria realizar algumas interferências como estratégia para veicular a ideologia defendida pelo Regime Militar.

Não significa que anteriormente à Reforma Universitária, as instituições de ensino superior não sofressem intervenções direta ou indiretamente do governo. O fato é que o Regime civil-militar interferiu de forma bem mais acentuada do que anteriormente, pois a partir da reforma, este obteve meios mais eficientes para controlar manifestações contrárias ao regime. Aliás, segundo Antunes et al. (2011), mesmo antes, reitores, professores e alunos já viam sendo demitidos e/ou presos, mas foi com a reforma de 1968 que a repressão aumentou potencialmente.

Essa perseguição contra opositores não ocorreu somente após a reforma. Alves (1984) salienta que durante a Ditadura Civil-militar havia um conflito que pode ser considerado revolucionário, pois não envolvia necessariamente o uso da força, mas abrangia toda iniciativa capaz de desafiar políticas de Estado. Esse conflito não se limitava às fronteiras

territoriais, surgindo o conceito de “fronteiras ideológicas” em oposição ao de fronteiras territoriais. Assim, “[...] na guerra revolucionária, a guerra ideológica substitui a guerra convencional entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país” (ALVES, 1984, p. 37).

O objetivo consistia em “[...] controlar e reprimir as opiniões e os pensamentos dos cidadãos, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário (FONSECA, 1993, p. 25). Esse controle limitou a autonomia universitária. Segundo Carvalho; Luz (2016), as mudanças executadas pela ditadura afetaram o perfil da universidade brasileira, pois procuravam combater a crítica.

Além disso, o governo buscou efetivar uma produção do conhecimento sem vínculo com os “[...] interesses do Estado e a difusão da cultura em detrimento de uma educação como legitimadora da concepção de ensino e de escola como capital a serviço do desenvolvimento econômico, tornando-se as instituições local de treinamento” (CARVALHO; LUZ, 2016, p 120).

Aprovada a lei pelo Congresso, os dispositivos decorrentes da demanda que não se representavam os interesses do regime instaurado com o Golpe de 1964, principalmente aqueles referentes ao exercício da autonomia universitária, foram vetados pelo presidente da República. Assim, segundo Cunha (2007), no âmbito político-pedagógico, a estrutura da reforma recebeu influência exercida pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e outros fóruns, como também ao “[...] idealismo alemão e à sua concepção dual de universidade: liberal/autoritária” (CUNHA, 2007, p. 98).

A seguir, analisam-se as transformações no Ensino Superior, implementadas pelo governo durante a Ditadura civil-militar, no intuito de observar as pretensões deste em estabelecer meios para sua permanência no poder.

Essa permanência da Ditadura no poder durante mais de 20 anos (1964-1985) deixa evidente que os militares desenvolveram “[...] estratégias nas diversas esferas da vida social buscando destacar que havia amplos pontos de ligação entre o conjunto de valores que norteavam aquele regime e os valores da sociedade em geral (REZENDE, 2013, p. 361).

Essa reflexão esclarece como algumas mudanças foram primordiais para justificar a Ditadura e ao mesmo tempo acompanhadas de limitações, pois:

[...] a modernização das universidades, sendo que elas, por força de dispositivos legais, tiveram que reformular seus estatutos para se adequarem às novas orientações impostas. A reforma universitária consolida-se com a Lei 5540/68, que, “ao mesmo

tempo que reconhece o princípio de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela o limita”. (FÁVERO, 2000, p. 43)

No processo de modernização das universidades não havia preocupação com o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Aliás, de acordo com Gonçalves (2015), em uma reflexão sobre a importância da universidade é preciso lembrar que a prática educativa e a política de formação devem obedecer ao princípio da autonomia. Para isso, deve haver autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira²⁵. Como não houve, de fato, uma autonomia universitária, não houve, segundo, Veras (2014), a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, durante a Ditadura, ou foi praticada precariamente.

3.2 Mudanças e transformações no ensino superior brasileiro

Após o Golpe Civil-militar, o governo adotou uma série de medidas para se manter no poder. Isso ocorreu porque, segundo Pereira (2014), parte da sociedade mesmo tendo apoiado o Golpe de 1964 questionou o poder instituído, devido às ações arbitrárias dos chefes militares. Assim, uma série de greves, manifestações estudantis²⁶ e críticas começaram a ser veiculadas por meio de jornais, rádio e TV, o que foi prontamente combatido pelo governo, “[...] que se utilizava de Atos Institucionais para legitimar tais ações” (PEREIRA, 2014, p. 6).

O investimento do governo em mudanças e na própria Reforma Universitária - RU propunha sua modernização, ao passo que instituiu um sistema que foi responsável pelo controle, vigilância e diversas ações repressivas. Neste sentido, o

[...] controle e vigilância sobre as universidades será aqui considerado como a outra faceta para a política modernizadora das instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo em que a ditadura investia nas universidades e propunha sua modernização a partir da reforma universitária, também investiu em um sistema que permitisse a vigilância sobre todos os pormenores do cotidiano das instituições. Claro que a política autoritária no que toca à comunidade universitária não dizia respeito apenas a ações de informação, mas também a diversas ações repressivas, principalmente direcionadas ao movimento estudantil. (SILVA, 2017, p. 115-116)

Teria sido melhor para o país se as forças democráticas tivessem conseguido evitar o Golpe de 1964, mas isso não foi possível, resultando na execução de uma reforma do sistema

²⁵ Segundo Deligdisch (2014), para haver Autonomia Universitária Didático-Científica é necessário que haja a livre escolha do objeto de estudo, ou seja, deve haver liberdade na forma de ensinar e pesquisar e na seleção do que a Universidade entende como relevante para fins de ensino, pesquisa e extensão.

²⁶ Segundo Santos (2009) durante a década de 60, o Movimento Estudantil foi o que maiores manifestações realizou, adquirindo força contra a Ditadura, mas também passou por um período de refluxo e reorganização após os protestos de 1968.

universitário pelos militares e seus aliados civis, uma reestruturação que “[...] implicou uma modernização autoritária e repressiva” (MOTTA, 2014, p. 352).

De acordo com excerto de Motta, a compreensão das políticas universitárias da Ditadura civil-militar nos ofereceu a oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados nos propósitos do governo central em instituir formas de repressão ao estabelecer o controle da comunidade acadêmica. A reestruturação buscou conter e desarticular o movimento estudantil no âmbito das universidades, num período em que os militares tinham na educação uma arma importante na transmissão da ideologia proposta pela Escola Superior de Guerra calcada nos princípios de Segurança Nacional. Uma educação, semelhante àquela instituída na Ditadura Vargas (1937-1945)²⁷, estabelecida como “[...] aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar” (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 14-15).

Durante o governo militar, ao passo que ocorreram mudanças no ensino superior, buscou-se realizar o que se chamou de “limpeza” ideológica, que levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. Dessa maneira, destaca-se que durante a Ditadura, as práticas democráticas foram sumariamente suprimidas, ficando o poder concentrado tão somente nas mãos do poder Executivo.

Essa repressão e controle mediante violência acentuaram o medo, potencializado pela perseguição no âmbito universitário. Com isso,

[...] ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o Ensino (GERMANO, 1994, p. 133)

A Ditadura agia reprimindo e justificando, pois segundo Gramsci (1944) a dominação ideológica é igual à subordinação intelectual, ou seja, quem domina a ideologia, domina e

²⁷ Segundo Prado (1982, p 40), o presidente Vargas, referia-se à política educacional como “[...] o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento de nossa estrutura moral e econômica”. Havia uma preocupação com a uniformização do pensamento e das instituições.

influencia a educação e as instituições ligadas a ela. Neste sentido, o Conselho Federal de Educação, a fim de atender algumas reivindicações de estudantes e expandir o ensino superior, autorizou a abertura de escolas isoladas privadas. Uma medida que contrariou não só as reivindicações estudantis, mas o próprio texto aprovado pela reforma.

Com efeito, não foi atendido o disposto no artigo 2º da Lei 5.540/1968 que estabelecia como regra a organização universitária admitindo, como exceção, os estabelecimentos isolados; de fato, estes se converteram na regra da expansão do ensino superior. A criação de Universidades é muito importante para o desenvolvimento. Essa criação com base na federalização trás junto todas as tradições. Ou seja, [...] “na expansão desordenada alcançada a partir da reunião de escolas e faculdades, também são assimiladas as velhas tradições político-pedagógicas” (VERAS, 2014, p. 102).

Almejando o desenvolvimento das universidades, a intenção de dirigentes de instituições públicas de ensino superior e de seu corpo docente foi de buscar uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia, passando a reivindicar a expansão das vagas das universidades públicas. Uma pressão de demanda que levou à expansão do ensino superior no período que compreende entre 1964 e 1974, pois nesse período o número total de matrículas saltou de 142.386 em 1964 para 937.593 em 1974.

Tabela 1 - Crescimento do número de vagas no setor privado (1961-1980).

| Ano | Total de Matrículas | % de Crescimento | Matrículas Instituições Privadas | % das Matrículas privadas sobre o total |
|------|---------------------|------------------|----------------------------------|---|
| 1961 | 98.892 | 6 | 43.560 | 44,0 |
| 1962 | 107.299 | 9 | 43.275 | 40,3 |
| 1963 | 124.214 | 16 | 47.428 | 38,2 |
| 1964 | 142.386 | 15 | 54.721 | 38,4 |
| 1965 | 155.781 | 9 | 68.194 | 43,8 |
| 1966 | 180.109 | 16 | 81.667 | 45,3 |
| 1967 | 212.882 | 18 | 91.608 | 43,0 |
| 1968 | 278.295 | 31 | 124.496 | 44,7 |
| 1969 | 342.886 | 23 | 157.826 | 46,0 |
| 1970 | 425.478 | 24 | 214.865 | 50,5 |
| 1971 | 561.397 | 32 | 309.134 | 55,1 |
| 1972 | 688.382 | 23 | 409.971 | 59,6 |
| 1973 | 772.800 | 12 | 472.721 | 61,2 |
| 1974 | 937.593 | 21 | 596.565 | 63,6 |
| 1975 | 1.072.548 | 14 | 662.323 | 61,8 |
| 1976 | 1.044.472 | – | 648.862 | 62,1 |
| 1977 | 1.137.070 | 9 | 708.554 | 62,3 |
| 1978 | 1.267.559 | 11 | 779.592 | 61,5 |
| 1979 | 1.298.331 | 2 | 808.253 | 62,3 |
| 1980 | 1.345.000 | 4 | 852.000 | 63,3 |

Fonte: SAMPAIO, 1991.

A tabela acima demonstra a evolução do número de universitários em instituições privadas de 1961 a 1980. Segundo Sampaio (1991), a oferta de vagas na iniciativa privada foi responsável pelo crescente número de matrículas no Ensino Superior, pois em 1964 eram apenas 54.721, passando para 596.565 em 1974. Já no ano 1969 havia 342.886 matrículas no

Ensino Superior, das quais 157.826 estavam no Ensino Superior Privado. Em suma, o setor privado, em 1974, era responsável por 63,6% do número total de matrículas no Ensino Superior. Uma universidade de qualidade deve aliar o ensino à pesquisa; isso elevou os custos, abrindo espaço para o crescimento do setor privado, ao passo que restringiu a capacidade de expansão do ensino superior público (MARTINS, 2002).

Além disso, a reforma universitária de 1968, dentre outras mudanças:

a) aboliu a cátedra; b) instituiu o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa; c) criou o sistema de institutos básicos; d) estabeleceu a organização do currículo em duas etapas – o básico e o de formação profissionalizante; e) alterou o vestibular, decretando o sistema de crédito e a semestralidade; f) estabeleceu o duplo sistema de democratização – um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por currículo; g) integrou escolas e institutos na estrutura universitária; h) institucionalizou a pesquisa; i) centralizou a tomada de decisão em nível dos órgãos de administração federal. (SAMPAIO, 2000, p.58-59)

O Ensino Superior durante a Ditadura civil-militar sofreu um processo de repressão, suspeita e intensa vigilância. Sampaio (2000) destaca que houve um fracasso no modelo adotado em 1968, pois não preservou o caráter democrático das universidades, ao contrário cerceou os ideais de democratização da universidade. Entretanto, Mendonça (2000) salienta que o processo de transformação das universidades seria inevitável devido à pressão exercida pela classe média para ampliação da oferta de vagas, ou pela própria necessidade do projeto de modernização econômica que se pretendia efetivar no país.

Assim, o governo buscou uma reestruturação física das universidades, pois viam nelas potencial para auxiliar no projeto de desenvolvimento do país, “[...] considerando-a como espaço fundamental para a síntese entre o econômico e o social e para a formação da elite intelectual que sustentaria o avanço científico e tecnológico nacional” (PELEGRINE, BAPTISTA, 2013, p. 5)

Por meio da Reforma Universitária de 1968, o governo buscou estabelecer o aumento de vagas por meio de uma política de aumento na oferta dos chamados cursos de curta duração. Cursos que, segundo Cunha (2014), seriam ofertados em parceria com outras instituições, principalmente escolas técnicas federais, ou seja, não precisavam ser ofertadas exclusivamente no interior das universidades.

Rezende (2013) salienta que o argumento da democracia presente nas diversas estratégias da Ditadura (militar, psicossocial, política e econômica) foi muito importante no processo de criação de uma consciência favorável ao Regime civil-militar.

Segundo Santos (2009), os acordos MEC-USAID²⁸ objetivavam enquadrar o ensino superior brasileiro nos moldes norte-americanos. Seriam parcerias que estabeleciam, a partir das práticas de cooperação técnica, assistência financeira e outros serviços terceirizados, uma reforma educacional preocupada em defender a eficiência e a produtividade.

[...] Os acordos MEC-USAID e a lei de Reforma Universitária que tiveram curso no período inicial do regime militar que se instalou no país em 1964 são exemplos disso. Não foram resultantes de ameaças ou de iniciativas bélicas por parte dos Estados Unidos, mas especialmente por consequência da docilidade e tentativa do Brasil de equiparar-se ao colosso do Norte, ainda que a custa de nossa soberania. (FRANZON, 2015, p. 1)

Sem o uso de armas, mas de forma a garantir o apoio da população brasileira, os acordos firmados foram no sentido de estabelecer, nas universidades brasileiras, um modelo de organização e gestão universitária com base em fundações e financiamento público-privado, em detrimento do serviço público, um modelo embasado em critérios de competência e produtividade, um modelo meritocrático de promoção na carreira, não levando em consideração a progressão por tempo de serviço (VERAS, 2014).

Quanto à carreira do magistério superior, segundo Veras (2014), o problema da liberdade de cátedra e da autonomia acadêmica é questionado, sugerindo-se a liberdade limitada por critérios de produtividade, da mesma forma a estabilidade profissional, deve ser imitada conforme os interesses da instituição e do desempenho do professor. Neste sentido, a universidade, da forma que foi tratada na ditadura revela sua subordinação “[...] ao capitalismo em seu matiz taylorista: organização e avaliação a partir da produtividade, organização racional do trabalho e das linhas de produção” (VERAS, 2014, p.98).

Sobre a política de modernização do ensino superior, Motta (2014) disponibilizou alguns dados que permitiram a elaboração dos quadros abaixo:

Quadro 1 - Desenvolvimento de Cursos de Pós-graduação

| ANO | Quantidade de cursos de pós-graduação |
|------|---------------------------------------|
| 1964 | 23 |
| 1974 | 400 |

²⁸ Segundo Cunha e Alves (2014, p. 1), “[...] os acordos MEC-Usaid foram um conjunto de ações pactuadas na década de 1960, convergindo para um programa abrangente, com o intuito de modernizar o Sistema de Ensino Brasileiro, incluindo as universidades. Planejando um novo Sistema embasado na experiência norte-americana na área educacional.

Fonte: Adaptado de Motta (2014a, p. 57)

Segundo Rezende (2013, p. 102) a aproximação dos governos militares com o povo se deu, tanto “[...] através de medidas objetivas quanto subjetivas”. No quadro acima observou-se que houve aumento do número de cursos de Pós-graduação, ao passo que o quadro nº 2 apresenta o aumento de 9.000 bolsas de pós-graduação financiadas pela Capes e CNPq. Mudanças como estas, sob o argumento de modernizar e expandir as instituições públicas, como as universidades, serviram para “[...] convencer a todos de que o regime estaria buscando uma nova fórmula de democracia de acordo com as conveniências das condições sociais existentes naquele momento (REZENDE, 2013, p. 102).

Quadro 2 - Número de bolsas de pós-graduação

| ANO | Bolsas das agências federais (Capes e CNPq) |
|------|---|
| 1964 | 1.000 |
| 1976 | 10.000 |

Fonte: Adaptado de Motta (2014a, p. 57)

O quadro nº 3 apresenta o aumento do número e estudantes universitários no período de 1964 a 1979. Segundo os dados, verifica-se um aumento de 1.160.000 estudantes universitários. Os dados foram escolhidos devido à importância que eles apresentaram para a pesquisa. Além disso, o recorte temporal ocorreu por considerar que os eventos destacados demonstram o interesse da Ditadura em justificar-se por meio de mudanças no ensino superior. Assim, não se pretende aprofundar a análise, entretanto os dados se mostraram indispensáveis para compreender como a Ditadura buscou promover mudanças e transformações no Ensino Superior brasileiro, desde “[...] que articulado aos seus pressupostos” (EHRlich, 2017, p. 33).

Quadro 3 Quantidade de estudantes universitários

| ANO | Nº de estudantes universitários |
|------|---------------------------------|
| 1964 | 140.000 |
| 1979 | 1.300.000 |

Fonte: Adaptado de Motta (2014a, p. 57)

A Reforma Universitária, tanto pleiteada pelos movimentos estudantis, não contemplou um projeto de universidade preocupada com uma educação emancipadora, nem tampouco buscou a preservação os princípios democráticos. Segundo Fonseca (1993), o que houve foi um ideário da educação baseado também no desenvolvimento econômico, mediante o controle da Segurança. Logo o aumento do número de vagas se apresentou como forma de obter a aceitabilidade do Regime (REZENDE, 2013).

Com base em Ramos (2014, p. 9), observou-se que as ações do Estado foram no sentido de estabelecer a manutenção de um Estado capitalista. Assim, “[...] as relações entre o grande capital e o Estado ditatorial brasileiro [...] podem desnudar as relações entre o capitalismo nacional e internacional e o governo dos militares.

Segundo Rezende (2013, p. 101) a forma como os militares agiam buscava legitimar o regime, trabalhando suposições democráticas de forma subjetiva. Assim, “[...] era visível, durante toda a ditadura, uma significativa homogeneidade no interior dos pronunciamentos, atos e ações dos militares”. Uma análise mais aprofundada sobre as pretensões de legitimidade será vista na próxima seção, refletindo como a Ditadura civil-militar buscou construir sua aceitabilidade por meio da ação da Assessoria Especial de Segurança da Informação na Universidade Federal de Alagoas.

3.3 Origens da Universidade Federal de Alagoas

Dentre as mudanças no Ensino Superior, há o surgimento da Primeira Universidade Pública de Alagoas. Antes dar início à análise, buscou-se conhecer a história da UFAL, criada em um momento crescente do número de Instituições Federais de Ensino, por meio da federalização. Um levantamento realizado por Cunha (1983) revela que o número de universidades existentes no Brasil passou de 5 (cinco), em 1945, para 37 (trinta e sete), em 1964, ao passo que as instituições isoladas de ensino aumentaram de 293 para 564.

As universidades continuavam a nascer do processo de agregação e federalização desses institutos isolados, como é o caso da Universidade Federal de Alagoas. Aliás, a maioria das universidades federais foi criada a partir do processo de federalização das faculdades estaduais ou particulares (MENDONÇA, 2000).

O estado de Alagoas tem na fundação da UFAL um acontecimento marcante em sua história. A criação da Universidade, efetivada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então

presidente Juscelino Kubitschek, por meio da Lei nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, com a junção das Faculdades de Direito (1931), Medicina (1950), Filosofia (1950), Ciências Econômicas (1954) e Engenharia (1951), Faculdade de Odontologia de Alagoas (1955) e Faculdade de Odontologia de Maceió (1957). Assim, o processo de formação da universidade, designada preliminarmente como Universidade de Alagoas - U. AL²⁹. nasceu apoiada nas já existentes faculdades.

Sua criação ocorreu em um período em que a federalização estava restrita a um grupo de cidades e Estados do país. Adotando a educação como um dos grupos do plano de metas do governo, que tinha como lema “cinquenta anos em cinco”, o presidente pretendia expandir um modelo de universidade moderna no Brasil. É sob este aspecto que seria adotado um novo formato, de campus ou Cidade Universitária, propondo um sistema integrado de conhecimento, que adotaria os pressupostos arquitetônicos do Movimento Moderno em sua representação.

A Universidade de Alagoas - U. AL., como foi denominada no ato de sua federalização, teve como primeiro reitor o Professor Aristóteles Calazans Simões que atuaria num modelo de gestão sem a contribuição de pró-reitores e já previa os desafios de gerir a instituição. O gestor esteve à frente da Universidade em um momento em que os reitores das instituições superiores enfrentavam dificuldades, pois estavam sofrendo pressões por parte dos grupos estudantis, além de serem reprimidos politicamente pelo regime militar que muitas vezes realizavam cortes de verbas.

Segundo Verçosa (1997), o projeto de se constituir uma Universidade Federal em Alagoas surgiu em 1960. Algumas Escolas de Ensino Superior enfrentavam sérias dificuldades financeiras e viam na federalização uma forma de sair da crítica situação. A Faculdade de Medicina de Alagoas era um exemplo de instituição que buscava nesse processo uma alternativa, quem compactuava desse propósito era o Dr. Aristóteles Calazans Simões, um grande articulador político e primeiro Reitor da Universidade.

Depois de várias tentativas de federalizar a Faculdade de Medicina num movimento liderado pelo médico A. C. Simões, na última delas, em 1960, descobriu-se que era possível fazer aprovar um projeto criando uma universidade pública em Alagoas, em vez de se tentar federalizar apenas uma faculdade.

A partir dessa ideia, os diretores de cinco das oito escolas superiores em funcionamento no estado, além de autoridades públicas, assinaram um memorial redigido pelo

²⁹ A universidade Federal de Alagoas, como é atualmente conhecida, foi criada pela Lei nº 3.867, de 25 de janeiro, sendo chamada inicialmente de Universidade de Alagoas – U.AL.

estudante Adalberto Câmara e endereçado ao presidente Juscelino Kubitschek, no dia 11 de agosto de 1960, no Salão Nobre da Faculdade de Medicina de Alagoas. Era a reivindicação de criação de uma universidade em Alagoas.

A década de 1960 foi um marco na história do estado com a criação de uma Universidade Pública em Alagoas, agrupando as diversas faculdades que funcionavam isoladamente na capital. A criação da UFAL tem sua origem na mobilização em prol da federalização de faculdades, realizada em 1957 e liderada pelo então diretor da Faculdade de Medicina de Alagoas, Aristóteles Calazans Simões, o que acarretaria na união dos principais representantes das escolas superiores da cidade em torno da causa de uma universidade. O pedido foi encaminhado para Brasília e atendido por meio da Lei nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek (BRASIL, 1961).

Na visão do primeiro gestor, uma das principais necessidades seria a ampliação da infraestrutura, ou seja, o principal investimento da mais jovem universidade brasileira deveria ser em infraestrutura. O investimento seria preciso e indispensável, pois a Instituição começara sua história por meio da junção das faculdades citadas anteriormente, ainda funcionando de forma isolada e independente.

Para proceder ao desenvolvimento da UFAL, o então reitor Aristóteles Calazans Simões tinha um plano de criar uma cidade universitária, e isso ficou bem claro quando, ao assumir o reitorado em outubro de 1961, informou ao então Primeiro Ministro Tancredo Neves que seu principal objetivo à frente do governo da Universidade seria lutar para que esta tivesse um campus, pois o reitor acreditava no poder transformador e modernizador da cidade universitária.

De acordo com Verçosa (2011, p. 61):

Os "céticos de todos os tempos", os "descrentes de todos os matizes", os "eternos pessimistas", presentes até mesmo no seio da mocidade esperançosa, seria a confissão de que sua política encontrava resistência surda, que cabia a ele dobrar com seu discurso. Mas sua insistência era também uma reação à posição dos que discordavam mais claramente da forma como ele levava sua política de construções.

Os desafios na gestão do primeiro reitor eram pontuais. As dificuldades financeiras se tornaram o grande empecilho ao desenvolvimento da universidade, pois o governo não dava uma contribuição financeira que atendesse aos anseios da realidade da instituição, pois naquele momento não havia, por parte do governo, uma preocupação ou compromisso com as universidades brasileiras. Essa dificuldade permeou o primeiro reitorado da UFAL, que por

meio de ofícios solicitou apoio no sentido de ampliar o número de vagas e recursos para construção de um Campus.

A UFAL, uma instituição que se mantém como principal responsável pelo desenvolvimento e formação acadêmica do povo alagoano, ao produzir concomitantemente ensino, pesquisa e extensão, encontrou dificuldades com infraestrutura, financeira e administrativa. Uma instituição que nascera dispersa, por meio da junção de faculdades isoladas, a partir de 1967 inicia suas obras de implantação do Campus Universitário (AZEVEDO, 1982).

Uma nova organização didática da universidade foi estabelecida com a “Reforma Universitária” ocorrida entre os anos de 1965 e 1966, sendo oficializada em Alagoas por meio do Decreto-Lei de 1967 e passando a reger a construção da “Cidade Universitária” (AZEVEDO, 1982). Batizado em 1971 em homenagem ao primeiro reitor da UFAL, o Campus A. C. Simões, seguiria modelo proposto na década de 1960 para a UFSM, cujo projeto arquitetônico e urbanístico havia sido criado pelos arquitetos cariocas Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti (SCHLEE, 2003).

A proposta dos arquitetos previa um campus organizado em torno de um eixo estruturador que se desenvolvia em linha reta, do pórtico de acesso principal até a grande praça cívica, com as demais unidades distribuídas paralelamente ao eixo e agrupadas segundos setores acadêmicos (SCHLEE, 2003). O campus se configurava como uma cidade parque, isolado do centro urbano e organizado funcionalmente.

Segundo Azevedo (1982), a construção da Cidade Universitária foi estabelecida no bairro Tabuleiro do Martins, em terreno de 210 hectares, a 14 km ao norte do centro de Maceió, à margem da BR-101. A Universidade passou a se organizar em oito institutos de formação básica e faculdades. Assim, a construção deveria seguir um plano didático, aprovado em 1967, com a construção dos prédios por etapa. Foram criados os Institutos de Ciências Exatas, Letras e Artes, Filosofia e Ciências Humanas, Geociências e Ciências Biológicas, mantidas as Faculdades de Direito, Medicina e Odontologia. Foram mudados os nomes da Escola de Engenharia, passando a se chamar Faculdade de Engenharia, e da Faculdade de Ciências Econômicas, que passou para Faculdade de Economia e Administração. No total, seriam 9 (nove) prédios construídos, mais o Hospital Universitário, funcionamento parcialmente.

Sobre a criação da Universidade Federal de Alagoas, em um trecho do discurso proferido durante um jantar no Iate Clube Pajuçara, o professor A. C. Simões afirma:

Talvez, meus amigos, não se haja ainda aquilatado, na exata e justa medida, o valor e a importância que para nós todos, que nascemos ou vivemos nas Alagoas, representa a criação de nossa Universidade. Provavelmente só o faremos com precisão e justiça dentro de mais algum tempo, quando com mais força e evidência se fizerem sentir os efeitos dela decorrentes. Só então iremos aperceber-nos da transcendental e incalculável importância desse acontecimento. [...] Num estado pequeno e pobre como as Alagoas, a instituição de uma Universidade em seu seio, trará, não tenhamos dúvida, verdadeira revolução não somente sociocultural, mas ainda verdadeira revolução econômico-financeira. (UFAL, 1991, p. 24)

A UFAL se tornou a esperança de um povo que busca na educação a superação de problemas de ordem econômico/social. A contribuição da Universidade transcende ao caráter educacional, permitindo que Ensino, Pesquisa e Extensão proporcionem uma mudança da realidade do Estado, tornando possível e facilitando a acesso à educação superior.

Após a reflexão sobre a história da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e antes de iniciar a seção da análise categorial, buscou-se, na próxima seção, definir o percurso metodológico, ou seja, os caminhos percorridos na presente pesquisa.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Na presente seção apresentamos os pressupostos metodológicos norteadores da pesquisa e os instrumentos utilizados para a coleta e interpretação das informações contidas no *corpus* da pesquisa, além dos caminhos percorridos na escolha de recursos para a coleta de dados. Uma metodologia distante de correntes que defendem que, com um arsenal metodológico, é possível gerar um acesso objetivo ao passado; esse não foi o objetivo.

Segundo Skidmore (1988), após a tomada do poder, tornou-se necessário adequar todas as instâncias nacionais aos interesses dos militares, legitimando o governo e não correndo o risco de ser deposto. Assim, foram criados meios que restringiram os direitos civis e políticos da população a fim de reprimir pensamentos contrário, a oposição. Ao analisar as ações do governo durante o período em estudo, Skidmore (1988), observa que é difícil estudar um sistema político autoritário; neste tipo de regime, o pesquisador encontra mais dificuldades que um sistema aberto, pois “[...] a censura e a repressão distorcem os fatos e a negociação política é feita em grande parte às ocultas. Por isso as fontes escritas não refletem plenamente o choque de interesses, quer regionais, setoriais, de classes ou institucionais” (SKIDMORE, 1988, p.12).

O que se pretendeu com esta pesquisa foi uma análise crítica da atuação das forças da Ditadura no interior na Universidade Federal de Alagoas. Conforme Teixeira (2003, p. 181) a pesquisa é atividade básica da ciência, podendo ser conceituada como o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. E seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de distintos procedimentos metodológicos”.

Além disso, Teixeira (2003) salienta que, em pesquisa, é impossível conceituar ciência de forma objetiva e precisa, pois esta pressupõe diferentes bases filosóficas e ideológicas e diversas técnicas e referências metodológicas. Ainda segundo Guerra (2012, p. 36) “[...] a experiência ensina-nos que não há olhares ingênuos e que os investigadores só veem aquilo que estão preparados para ver”.

Os procedimentos técnicos utilizados no trabalho pautaram-se na análise bibliográfica e documental. Segundo Gil (2009), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo, a explicação de um problema a partir de referências teóricas já publicadas, formada principalmente por livros, monografias, teses e publicações periódicas, como jornais e revistas. Ainda segundo o

autor, a mesma possibilita o conhecimento e a análise de contribuições culturais ou científicas a cerca de um determinado assunto, possibilitando uma cobertura mais abrangente de uma série de fenômenos.

Por outro lado, para Gil (2009), a pesquisa documental, apesar de ser semelhante à pesquisa bibliográfica, difere-se pela natureza das fontes, pois esta vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico como: documentos de arquivos, atas, relatórios, boletins, jornais, gravações, pareceres, fotografias, etc. Além disso, a pesquisa documental se apresenta como importante metodologia, pois “documento é história” (EVANGELISTA, 2008, p 3). Não se pretende aprofundar o estudo sobre a preservação do patrimônio documental³⁰ ou cultural e as formas de registro do passado que geram uma identidade, mas salientar que o documento/registo é importante, pois permite pensar a história. O documento é história porque registra ações e omissões ao longo de sua produção e utilização em diversas sociedades e civilizações; além disso, é importante para a humanidade, pois segundo Indolfo (2007) serve para comprovação de direitos e para o exercício do poder, como também para o registro da memória.

Assim, trabalhando com documentos e a fim de obter uma análise dos dados coletados acerca da atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI, instituída com o objetivo de dotar o poder central de tantas informações quanto fossem possíveis para minimizar e até mesmo extinguir qualquer “ameaça” da esquerda, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, tendo como suporte teórico-metodológico as contribuições de Bardin (2011). Neste sentido, o trabalho com documentos se apresenta como um desafio ao pesquisador, pois “[...] se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta” (EVANGELISTA, 2008. p. 5).

Para compreensão do período de criação e a atuação da referida assessoria, foi realizada uma análise conjuntural, visando verificar o objetivo do poder central. Segundo Souza (2014, p. 7) “[...] todas pessoas fazem análise de conjunturas, ainda que não de uma maneira elaborada e complexa como a que exige uma reflexão sobre a sociedade. A análise da conjuntura é importante, pois consiste em [...] “uma mistura de conhecimento e descoberta, é

³⁰ Para aprofundar o estudo sobre preservação do patrimônio documental, sugere-se a leitura da obra: MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em 02 jul. 2020.

uma leitura especial da realidade que se faz sempre em função de alguma realidade ou interesse” (SOUZA, 2014, p. 8).

Bardin (2011) dispõe que a Análise de Conteúdo consiste em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados ou inferência e interpretação. Assim, a Análise de Conteúdo [...] “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2011 p. 37).

Um conjunto de técnicas que possibilitaram utilizar fontes primárias para realização do presente estudo, pois possibilitou uma análise de diversos tipos de comunicações. Uma técnica utilizada para estudar e analisar comunicações, visando a uma melhor compreensão de seu teor, que permite considerar não apenas “conteúdos manifestos”, mas também “conteúdos latentes” de uma mensagem ou discurso. Classificar elementos em categorias “[...] impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2011, p. 148).

O ofício do pesquisador não é tarefa fácil. Não importa apenas a relevância científica ou social do tema, antes de se lançar à pesquisa, o pesquisador deve seguir um método que atenda aos anseios do seu objeto. Neste sentido, Goldenberg (1998) salienta que em uma pesquisa só podemos definir o caminho quando sabemos aonde queremos chegar.

Vale salientar que, de acordo com o objetivo da pesquisa, buscou-se um caminho que possibilitasse o levantamento dos dados e a interpretação desses, uma opção metodológica que não se limite a uma abordagem quantitativa ou qualitativa. Segundo Bardin (2011, p. 15): [...] “a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido em qualquer mensagem”.

No sentido de problematizar a criação da AESI na UFAL e sua atuação, realizamos uma reflexão com base em revisão bibliográfica existente acerca da temática, ou seja, obras que descortinam as interfaces, os conflitos e as tensões políticas envolvendo os agentes que se encontravam no âmbito da universidade, mas também aqueles que se encontravam na administração central.

Em princípio, buscou-se analisar o período do Golpe e da Ditadura, como tratamento descritivo que constitui uma fase prévia do procedimento (BARDIN, 2011). Assim, os

trabalhos produzidos por Fico (2001, 2004), Motta (2014), Maués (2013) e Verçosa (2011) serviram de base no percurso da pesquisa.

Notadamente, tais autores possibilitam uma análise de diferentes pontos de vistas acerca da temática em tela. Na medida em que executamos uma análise bibliográfica e fizemos uma análise dos documentos, a Análise de Conteúdo (AC) foi utilizada para a organização dos dados, isso porque Bardin (2011) salienta a diversidade de fontes que pode ser analisada por meio da AC, inclusive as comunicações. Assim, “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser inscrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 2011, p. 38).

Por meio da AC, foi definida a categoria Controle (FOUCAULT, 1994), base do processo de análise, o que permitiu a classificação de elementos de significação. Essa organização categórica auxiliou a análise. Com isso, foi possível a realização de inferências sobre as mensagens contidas nos documentos, o que nos permitiu uma interpretação dos dados.

A inferência, como salienta Bardin (2011) permite a passagem da descrição à interpretação, por meio da atribuição de sentido às características do material recolhido. A metodologia utilizada na presente pesquisa estruturou-se nas seguintes etapas: definição de categorias ou categorização; descrição dos resultados e análise.

A pesquisa embasou-se em Leis e Decretos e em Ofícios emitidos e recebidos pela AESI/UFAL, no período de 1971 a 1974 que se encontram arquivados no âmbito da Universidade Federal de Alagoas, especificamente no Arquivo Acadêmico, assim como a análise do documentário elaborado pela Universidade, coordenado pelo ex-Reitor João Azevedo, em 1982. Para facilitar análise, o quadro 4 apresenta o conteúdo de tais documentos e a forma como foram catalogados:

Quadro 4 - *Corpus* documental

| Nome | Tipo | Conteúdo | Ano |
|-------------|-------------|--|------------|
| Doc. 1 | Informação | Em face da importância atual do assunto em epígrafe,/ esta Divisão lembra a Vossa Magnificência o abaixo exposto: 1 – ultimamente, estudantes dos mais variados cursos vêm promovendo encontros, regionais ou nacionais: congressos, conferências, simpósios, seminários e outras formas de reuniões. 2 – Frequentemente esses encontros | 1972 |

| | | | |
|--------|---|---|------|
| | | acabam servindo aos interesses da subversão, quando já não são por ela organizados. [...] a representação discente se exerce pelos estudantes nos órgãos colegiados e comissões instituídas de acordo como os estatutos e regimentos respectivos, quanto a assuntos de caráter universitário, cabendo ao DCE OU D.A apenas a parte assistencial, cultural ou recreativa. [...] Foram revogadas expressamente o Decreto-Lei nº 4.105/42 e a Lei 4.464/64, que dispunham, respectivamente, sobre as/ Uniões Estudantis e Nacional de Estudantes. [...] Tendo em vista o que dispõe a legislação [...] consideram-se legais todos os tipos de encontros estudantis, cuja promoção esteja em desacordo com espírito dessas determinações legais e de outras que regulamentam o assunto. | |
| Doc. 2 | Ofício Circular nº 3 de 1973/AESI/UFAL | [...] “verificar junto ao corpo docente dessa unidade a existência de professor portador de diploma expedido pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumunda, lecionando nesse estabelecimento de ensino. | 1973 |
| Doc. 3 | Ofício Circular nº 5 AESI/UFAL/1973 | 1 Qual a atuação do Diretório Acadêmico dessa Unidade./seus interesses e reivindicações atuais e tendências políticas se houver? 2 se tem havido ou está previsto algum congresso, simpósio, encontro, etc., de estudantes? Quais as entidades promotoras e personalidades que se farão presente. | 1973 |
| Doc. 4 | Ofício circular nº 11 de 1972 | [...] “esta assessoria está encaminhando uma cópia da relação das publicações proibidas pelo Ministério da Justiça e solicita [...] remeter a esta AESI, os exemplares que por ventura existam na biblioteca dessa unidade”. | 1972 |
| Doc. 5 | Anexo do Ofício circular nº 11 de 1972 | “Relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça” | 1972 |
| Doc. 6 | Ofício circular nº 14 de 1972/AESI/UFAL | Indicar um funcionário do corpo docente ou administrativo que possa assessora-lo no manuseio de tais documentos. Tal indicação deverá ser feita o quanto antes./ desde que, o funcionário indicado recebera posteriormente instruções/ especiais à segurança Nacional, tal indicação deverá ser feita sem conhecimento prévio da pessoa indicada, ficando a confirmação mediante confirmação dessa assessoria | 1972 |
| Doc. 7 | Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL | [...] informar os dados de qualificação completo dos candidatos ao Congresso em Caracas, bem como daqueles que, porventura, tenham participado do Congresso no Chile. Informar também detalhes: financiamento da participação./ interesses dos candidatos. | 1972 |
| Doc. 8 | Informação nº | A seguir estão algumas palavras que são | 1972 |

| | | | |
|---------|---|--|------|
| | 17/1972 | próprias da literatura do movimento subversivo-terrorista, que deverão ser evitadas em qualquer documento oficial, oficioso e até particular: Expropriar, expropriação, preso político, delinquente político, justiça, justiça, guerrilheiro, revolucionário, repressão, forças repressivas, alienar, alienação, conscientizar, conscientização, liberação, liberar, proletariado, imperialismo. | |
| Doc. 9 | Documento nº 15/73/AESI/UFAL | [...] dentre os termos citados, alguns não podem deixar de ser usados, pois pertencem à linguagem jurídica consagrada pela nomenclatura jurídica universal, como expropriado, no sentido de desapropriar, e alienar, no sentido de venda etc.” | 1973 |
| Doc. 10 | Documento nº 109/73 de 07 de maio de 1973. | “o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, desta Faculdade, não vem se mostrando interessado pela política estudantil, desde o começo do presente ano letivo, a não ser a atuação manifesta nos últimos Jogos Universitários”. | 1973 |
| Doc. 11 | Memorando Circular nº 01/72 – AESI/UFAL. | Solicito sua cooperação no sentido de manter o Diretório Acadêmico dessa Unidade em contato constante [...] para num processo educativo elevado, despertar aquele órgão para as finalidades previstas no art. 1º do Dec.Lei 228/67 [...] se isso for adequadamente desenvolvido, evitará dissabores para Administração, que se verá, nos casos de manifestações perturbadoras coletivas ou desrespeitosas / através da imprensa, forçada a conter a onda utilizando os recursos punitivos da Lei | 1972 |
| Doc. 12 | Documento nº 109/73 de 07 de maio de 1973. | Complementando as informações solicitadas, esclareço que [...] estou aguardando oportunidade para dar ciência, em caráter confidencial, ao interessado, sobre a impossibilidade de sua Admissão como Auxiliar de Ensino | 1973 |
| Doc. 13 | Memorando Circular nº 01/72 – AESI/UFAL | É, pois, minha firme intenção promover o mais possível, com as forças afetivas e de maturidade emocional, a comunidade universitária [...] Só quando esgotados tais recursos ou seja minha atitude , aos poucos, interpretada como debilidade ou demagogia pelos perturbadores irrecuperáveis é que me sentirei compelido a adotar medidas enérgicas[...]”. | 1972 |
| Doc. 14 | Art. 11. do Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. | É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. | 1967 |

| | | | |
|---------|------------------------------------|---|------|
| Doc. 15 | Ofício 15/72 | Reportando-nos à indisciplina por parte de uma turma do 1º ano ciclo profissional da Faculdade de Engenharia desta universidade, da qual todas as unidades têm conhecimento, estamos/ enviando à V. Sa., para conhecimento os dispositivos legais que podem coibir a subversão e a indisciplina estudantil, conforme o caso: Estatuto e/ou Regimento; Lei Nº 5250/67 (Lei da Imprensa); Decreto-Lei nº 288/67; Lei 5.540/68; Parecer nº 62/69, do CPE; Decreto-Lei nº 464/69; Parecer nº 371/70, do CPE; Decreto-Lei nº 477/69 (com sua regulamentação); Decreto-Lei nº 898/69 (LSN) | 1972 |
| Doc. 16 | Ofício 225/72 | Em relação à circular n. 11/72, de 21 de julho do corrente ano, informo que, após cuidadosa busca na biblioteca desta Faculdade, não foi encontrada nenhuma das obras indicadas na relação anexada àquela circular, e consideradas proibidas pelo Ministério da Justiça. | 1972 |
| Doc. 17 | Ofício 63/74 | Solicito a V. Sa. providencias no sentido de encaminhar a essa assessoria, filiação, data e local de nascimento dos candidatos inscritos na seleção para Auxiliares de Ensino do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração desse Centro. | 1974 |
| Doc. 18 | Ofício circular 11/73 | Se há conhecimento de registro de fatos de conduta social, que infelizmente tenham tido caráter de inconveniência, por parte de autoridades no âmbito educacional. | 1973 |
| Doc. 19 | Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL | Na semana de 28/08 a 02/09 desse ano, realizou-se em / Santiago – CHILE, o X Congresso Latino-americano de Sociologia. Será realizado em Caracas-Venezuela, entre 20 e 23 de/ novembro próximo vindouro, o XXII Congresso Internacional de Sociologia [...]. O XXII Congresso Internacional de Sociologia, explorará / possivelmente, os temas mais marcantes do X Congresso / Latino-americano de Sociologia, de cunho nitidamente esquerdista, realizado três meses antes no Chile. [...] informar os dados de qualificação completo dos candidatos ao Congresso em Caracas, bem como daqueles que, porventura, tenham participado do Congresso no Chile. Informar também detalhes: financiamento da participação, interesses dos candidatos. | 1972 |
| Doc. 20 | Despacho do Procurador Geral | Na espécie, trata-se de candidato aprovado na seleção para auxiliar de Ensino de uma das unidades da UFAL e que, segundo a Assessoria Especial de Segurança e Informações, foi demitido do Serviço Público Federal, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, em 30/09/64, publicado no D.O de 01/10/64, com fundamento no § 1º do artigo 7º do Ato | 1972 |

| | | | |
|---------|---|---|------|
| | | Institucional de Nº 1, de 09 de abril de 1964. O escopo do Governo Federal Revolucionário é o de, com maior segurança, isolar a área de ensino e pesquisa dos resíduos da subversão e corrupção que, dantes, encontrou campo propício à proliferação. Obviamente, por estes motivos, entendo desaconselhável, de momento, o ingresso na Universidade Federal de Alagoas. No entanto, Vossa Magnificência, superiormente, decidirá. | |
| Doc. 21 | Ofício Circular 13/72 | 1. Solicito de V. Sa., seja enviado a esta Assessoria de Segurança e Informações, o levantamento das punições impostas por essa unidade de ensino aos seus alunos no corrente ano letivo. 2. Outrossim, solicito ainda, que tal levantamento seja acompanhado da respectiva cópia da portaria, a qual cita/ o motivo da punição. 3. Informo ainda, que doravante, todas as punições impostas ao corpo docente, discente e administrativo, deverão ser enviadas imediatamente a esta AESI. | 1972 |
| Doc. 22 | Documento Confidencial 15/73 | Informo que, a respeito dessa solicitação, apenas o aluno [...] matriculado na área III, Curso de Economia, foi punido com dez (10) dias de suspensão, conforme documento 1 e 2, anexos. | 1973 |
| Doc. 23 | Documento nº 109/73 de 07 de maio de 1973. | Tomei ciência das indicações de textos feitos pela circular em referência, os quais deverão ser aplicados em casos de indisciplina de estudantes. | 1972 |
| Doc. 24 | Nota Oficial da Gazeta de Alagoas de 03 de setembro de 1972 | As Entidades abaixo discriminadas tornam público e exigem providências para as irregularidades que estão ocorrendo na Cadeira de Resistência dos Materiais-Grafestática do 1º ano de Engenharia Civil (Ciclo Profissional), acarretando sérios prejuízos aos alunos quanto à sua formação técnico-profissional e indo de encontro aos princípios básicos da pedagogia moderna que regem a filosofia educacional, ao tempo que se solidarizam com as justas reivindicações dos mesmos. | 1972 |
| Doc. 25 | Memorando Circular nº 01/72;AESI/UFAL | a) Qual a origem de tal publicação. b) Se identificada, deve o responsável, ser advertido que não é aceitável publicação em nome de órgão representativos, sem aquiescência da direção da unidade. c) Reunir o diretório da sua Faculdade, para que o órgão/ não se iniscua em assuntos da competência de outras unidades, fugindo aos objetivos do Art. 1º do Dec. 228/67. [...] e) Informar quais os alunos responsáveis por tal publicação. | 1972 |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2020.

A comunicação entre a AESI/UFAL e os setores da universidade ocorreu durante 1971 a 1974, por meio de ofícios³¹, que eram redigidos buscando uma vigilância constante da comunidade acadêmica. Para o caso da dissertação, a pesquisa desenvolveu-se com um *corpus* guardado em uma pasta denominada “Assessoria Especial de Segurança e Informação” produzidos entre 1971 e 1974, não sendo possível afirmar, na presente pesquisa, se este foi o tempo total de vigência da referida assessoria. Os documentos foram emitidos solicitando informações e recebendo informações sobre a comunidade acadêmica, principalmente sobre os estudantes.

É importante salientar que cópias desses documentos estão arquivadas e disponíveis para pesquisa, no Arquivo do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas, tendo o pesquisador, portanto, a devida autorização para utilizá-los. Não se buscou estabelecer um saber imutável, tampouco inconteste. Na presente dissertação, a utilização dos documentos seguiu o critério de “desconstrução” dos textos a fim de compreender como os documentos foram produzidos, compreendendo [...] “os limites dentro dos quais foi construído. Composto por contradições, um texto não é restrito a uma única, harmoniosa leitura. Pelo contrário, torna-se plural, aberto a re-leituras (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 433).

Os caminhos percorridos na presente pesquisa reforçam e ampliam o enfoque da pesquisa. Passamos pela revisão da literatura existente; coleta de documentos em diversos arquivos da Universidade; a Análise de Conteúdo nos permitiu a inclusão de categorias pertinentes, confrontando-se os resultados obtidos com a teoria que dá suporte à investigação, a chamada triangulação. Neste sentido, Minayo (1996) nos orienta que em um trabalho de investigação, a análise de dados obtidos, provenientes da pesquisa documental, é efetuada por meio de triangulação de dados e de fontes.

A análise dos documentos e a execução de inferências permitiram ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois como pesquisadores o que deve nos interessar é o conteúdo latente, ou seja, o sentido que se encontra subentendido, indo além daquilo que se assimila de imediato.

A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de

³¹ Pasta AESI, Assessoria Especial de Segurança e Informação, localizada no Arquivo Acadêmico-DRCA/UFAL.

significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (BARDIN, 2011, p. 47,48)

A pesquisa é um processo que torna o profissional capaz de adquirir ou produzir um conhecimento “novo”, utilizando-se de um método. Assim, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da análise e interpretação de 15 (quinze) documentos históricos (arquivados pela universidade) que revelam como se deu a criação e atuação da AESI na UFAL, assim como suas consequências para a educação superior em Alagoas durante o período de 1971 a 1974.

Para refletirmos sobre um determinado objeto de pesquisa é necessário que o conhecimento seja ressignificado ao se confrontar com as experiências vividas pelo sujeito, com as circunstâncias históricas que as geraram no meio social. Ressalta-se ainda que, que não existe neutralidade científica (MENEZES, 1978 p, 17).

A idéia de ciência como atividade neutra é, portanto, contraditória em si mesma, pois que significa atribuir-lhe o valor de neutralidade como uma atitude de preferência a outras possíveis. Desse modo, sustentar a "neutralidade da ciência" representa de fato uma forma de ocultação ideológica de seu caráter histórico e de seu compromisso com interesses sociais dominantes.

4.1 Organização da análise

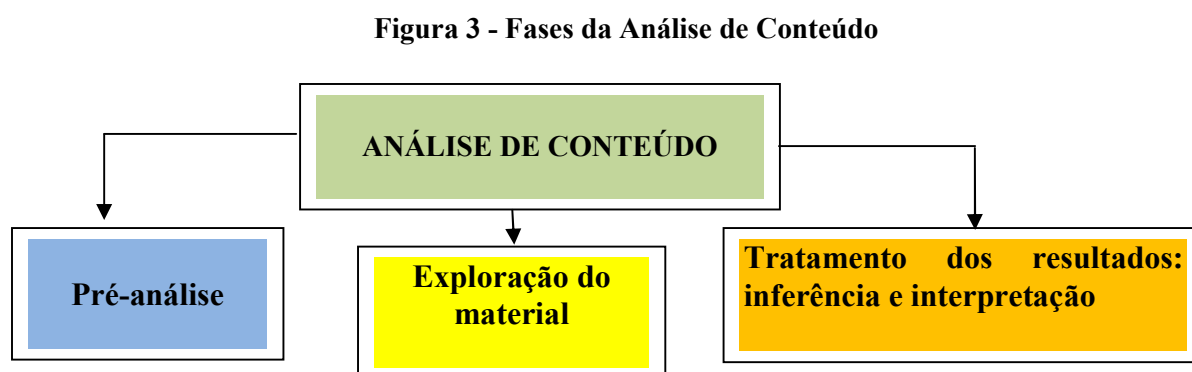
A presente dissertação visa contribuir para o aprofundamento teórico sobre o tema, gerando uma produção acadêmica que descortine uma memória da universidade ainda silenciada. Com base em uma documentação inédita, a pesquisa possibilitou uma análise da ação da Ditadura no campo do ensino, além de permitir uma reflexão sobre como os procedimentos investigativos buscaram silenciar e desarticular as forças contrárias ao regime dentro da universidade.

Para a elaboração do trabalho, utilizaram-se técnicas consideradas indispensáveis à investigação. A Análise de Conteúdo, a análise bibliográfica e revisão de literatura serviram de base para a elaboração da seção 5 denominada: A Assessoria Especial de Segurança da Informação na UFAL: o ensino superior sob os olhos ditadura (1971 -1974).

A análise referente à criação e atuação da AESI/UFAL se deteve, de fato, ao Corpus Documental. Procurou-se desenvolver as principais reflexões para a compreensão do objeto de pesquisa, em busca de respostas sobre a constituição da Assessoria e suas ações de coleta informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, interferência na nomeação de servidores, controle de viagens de docentes e discentes para eventos científicos

e censura a livros.

Antes de dar início à análise da extinta AESI/UFAL, é relevante expor algumas etapas do método de análise, qual seja a Análise de Conteúdo (AC). Conforme Bardin (2011), o conjunto de técnicas constitui-se de três fases consideradas fundamentais, conforme o esquema apresentado na Figura abaixo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.



Fonte: Adaptado de Bardin (2011)

Na primeira fase, ou pré-análise, foi feita preparação do material por meio de quadro-síntese, com base nos trechos dos documentos selecionados e no referencial teórico, a fim de sistematizar as ideias iniciais.

Conforme Bardin (2011), a escolha dos documentos consiste na definição do *corpus* de análise. Assim, considerando as regras de seleção do *corpus*, que consiste no conjunto de todos os documentos selecionados para análise durante a coleta de informações, a preparação do material constitui-se como uma fase intermediária (BARDIN, 2011). É importante destacar que as observações, realizadas pelo pesquisador, foram embasadas nos textos contidos nos documentos, documentos esses que compreendem: ofício circular, mandado de busca, Leis e Decreto/Lei, a fim de verificar a criação e atuação da AESI/UFAL. Como já dito, o recorte da pesquisa deveu-se às datas desses documentos, compreendidos no lapso temporal de 1971 a 1974. Não foram localizados documentos de outros períodos/anos.

Na segunda fase, ou exploração do material, foi definida a categoria. Para isso, foram considerados os recortes dos textos, utilizando-os como unidades de registros, possibilitando a classificação e agregação das informações em categoria, conforme quadro 5, denominado Categoria de análise. O mesmo foi desenvolvido após análise do *corpus* e com base no referencial teórico, a fim de definir o conceito norteador desenvolvido durante a pesquisa.

Quadro 5 - Categoria de análise

| Categoria | Conceito norteador |
|------------------|--|
| Controle | É adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível (FOUCAULT, 1975). |
| | Havia uma Repressão preventiva, que consistia na execução de vigilância e controle diário, o que gerou uma comunidade de informações (MAGALHÃES, 1997). |

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Sobre as categorias, Bardin (2011) dispõe que estas podem ser criadas *a priori* ou *a posteriori*, ou seja, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados. Apesar das categorias poderem ser definidas *a priori*, ou seja, construída a partir de um fundamento teórico, a categoria emergiu após análise dos documentos, ou seja, a partir da coleta e reflexão criteriosa de trechos selecionados pelo pesquisador, amparado no referencial teórico, permitindo verificar a ação da AESI/UFAL. Assim, no caso da presente pesquisa, a categoria emergiu *a posteriori* porque os argumentos de validade foram construídos gradativamente.

Vale salientar que, segundo Silva e Fossá (2015, p. 8), “[...] não existem “regras” tanto para a nomeação das categorias, quanto para a determinação do número de categorias, essas questões ficam contingentes a quantidade do *corpus* de dados coletados anteriormente”.

A terceira fase do processo de Análise do Conteúdo, denominada tratamento dos resultados – a inferência e interpretação foi realizada com base nos dados extraídos dos documentos, nos quais o pesquisador buscou interpretar e ir além do conteúdo manifesto. O que interessou para a pesquisa foi o conteúdo não apenas expresso, mas também o que se encontrava por trás do imediatamente compreendido (BARDIN, 2011).

Para realização da análise, desenvolveu-se um quadro, com base no exemplo abaixo, a fim de organizar os dados contidos nos documentos e analisar aspectos relevantes sobre o objeto investigado.

Quadro 6 - Organização da análise dos dados dos documentos

| Tipologia | Dado relevante | Categoria | Referencial teórico | Inferências do pesquisador |
|---|--|---|--|---|
| Tipo de documento onde se encontra o dado | Buscar dentre os documentos pesquisados os que são significantes ao objeto investigado | Nomear as categorias criadas a partir da análise dos documentos | Embasamento teórico que respaldará a análise | Compreensão do pesquisador diante da problemática suscitada após a análise preliminar dos dados |

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

A organização dos dados referentes à categoria Controle ocorreu com base no quadro 7³², que mostra onde os dados se encontram, os trechos retirados dos documentos, o teórico que serviu de base para a análise e as inferências do pesquisador.

O percurso metodológico possibilitou aprofundar a compreensão do objeto investigado e constatar a importância de estabelecer boas técnicas de coleta de dados. Os dados obtidos por meio do quadro gerado a partir da utilização da Análise de Conteúdo são analisados na próxima seção, à luz do referencial teórico.

³² O quadro encontra-se no Apêndice.

5 A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA UFAL: O ENSINO SUPERIOR SOB OS OLHOS DITADURA (1971 - 1974)

Apesar de haver pesquisas sobre Assessorias em algumas Universidades brasileiras, cabe destacar a escassez bibliográfica sobre a criação e atuação da AESI/UFAL, o que dificultou sobremaneira a pesquisa; neste sentido, cabe ao pesquisador recorrer a outros recursos. No caso do presente estudo, as fontes primárias (documentos do antigo órgão de vigilâncias da UFAL) apenas foram localizadas recentemente em 2016, quando da reorganização do Arquivo Acadêmico da UFAL, na gestão do então Diretor Josilan Paulino Barbosa. Assim, é importante salientar que há estudos sobre as Assessorias em outras universidades e órgãos da administração pública, mas sobre a AESI/UFAL o estudo é inédito.

O período da Ditadura no Brasil é bastante estudado, mas em Alagoas a presente pesquisa se apresenta como estudo inédito, quanto à AESI/UFAL. Segundos Cruz et al. (2008) o tema da repressão, representou, entre 2000 e 2008, um total de 39 estudos, dos quais 6 se voltaram mais especificamente para analisar o problema da tortura. A possibilidade de estudar o período da Ditadura no Brasil, atualmente, vem despertando a atenção de inúmeros pesquisadores. Isso foi comprovado em pesquisa à plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES³³.

A pesquisa possibilitou verificar que houve um quantitativo de 3956 estudos realizados entre os anos de 1987 e 2017 que abordaram o tema Ditadura, assim distribuídos: Doutorado (999), Mestrado (2884), Mestrado Profissional (63), Profissionalizante (10). O ano com mais pesquisas sobre a Ditadura foi 2016, quando foram realizadas 402 pesquisas, no Brasil. Na Universidade Federal de Alagoas o estudo mais recente sobre a Ditadura foi defendido em 22/08/2017, por Magno Francisco da Silva, do Curso de História, intitulado Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a Ditadura Militar (1966-1973).

A tese de doutoramento de Jorge Eduardo de Oliveira, produzida em 2017, traz a discussão sobre poder e racionalização em organizações de Ensino. Dentre outros pontos importantes, analisa o Estatuto da UFAL, abordando o fim do departamento e a criação de unidades acadêmicas na UFAL. Esse trabalho e a presente dissertação são importantes, na

³³ Pesquisa realizada em 21 de abril de 2020 no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

medida em que contribuem com a história da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e com a educação alagoana, trazendo análises sobre o desenvolvimento e organização do ensino superior.

Quando os estudos são sobre ideologia, encontram-se os que refletem sobre a ideologia dos militares e dos intelectuais, que representaram uma quantidade significativa. “Compõe-se de 36 títulos, dos quais 25 se situam nesta última classificação sub temática” (CRUZ et al., 2008, p 4).

5.1 As Assessorias Especiais de Segurança e Informações em outras instituições

O historiador Marc Bloch (2001) adverte sobre o tratamento com o passado. Neste cerne, o pesquisador deve estar atento, pois se tem o acesso a um conhecimento “indireto” do passado, contendo uma parte de verdade. Assim, não se pode pensar que o documento é absolutamente verdadeiro, pois nenhum testemunho do passado está isento de erro ou mentira.

Analisar a ação do governo por meio de AESI representa o objetivo fundamental da presente análise. Entretanto, os fatos devem ser analisados e questionados, ou seja, problematizados. A verdadeira necessidade de questionar os fatos, segundo Bloch (2001), significa que, não basta o autor ter os documentos para realizar uma pesquisa, é indispensável que o pesquisador saiba fazê-los falar, interrogando-os a fim de extrair os pontos que não se encontram tão evidentes.

O pesquisador deve estabelecer um olhar crítico para o passado, não se contentando com a “verdade posta”, mas procurando compreender ações dos sujeitos históricos e as motivações que produziram os fatos. Neste sentido, buscando uma reflexão acerca do registro dessas ações, deve-se buscar, por meio de uma análise crítica das fontes e de um referencial teórico, analisar e compreender o objeto.

Sobre as Assessorias, Motta (2008, p. 46) esclarece que “[...] essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestes, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações”. Entretanto, essas assessorias já cumpriam, e muito bem, seu papel, pois a comunidade universitária, diante da vigilância constante, não podia expor ideias ou participar de movimentos contrários ao governo.

Segundo Motta (2014), elas foram denominadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), mas após reformulação, que ocorreu em 1975, passaram a se chamar Assessorias de Segurança e Informação (ASI). Vale salientar que essas Assessorias fizeram

parte de um sistema de inteligência e vigilância, e sua atuação esteve alinhada à Ditadura, estando subordinadas aos interesses desta e auxiliando na manutenção do governo golpista. A utilização de ferramentas e meios de opressão contra o pensamento crítico e a liberdade de expressão possibilitou a permanência durante 20 anos no poder.

Pensando a educação pretendida pela Ditadura, observou-se que o Estado, ao incentivar reformas estruturais, ao passo que proibiu a liberdade de expressão dentro das universidades, atendendo aos interesses da classe dominante, evitou o desenvolvimento de uma proposta de ensino que incentivasse o pensamento crítico.

Uma educação que, conforme Frigotto (2003), é pensada pela classe dominante para os dominados (trabalhadores) como aquela que tem a finalidade de habilitá-los tecnicamente para o trabalho, para obter a subordinação destes à reprodução das demandas do capital. Mantendo, assim, dentre outros aspectos, o monopólio aos recursos naturais e aumentando ainda mais as desigualdades sociais. Assim, as assessorias auxiliaram na manutenção de um Estado capitalista, utilizando um método opressor e violento, que visou combater subversivos para garantir a sobrevivência deste sistema, em detrimento do comunismo.

O discurso de combate aos subversivos buscava justificar a intervenção como principal elemento condutor das narrativas. Assim, de diferentes maneiras, os órgãos de informação e segurança e parte da imprensa narraram constantemente o risco de ideias subversivas como estratégia política para justificar o Golpe (CAVALCANTI, 2015).

De acordo com Motta (2006), o argumento anticomunista foi primordial para o governo militar tomar o poder. Mas não somente, buscava-se combater, além do comunismo, toda e qualquer ideia contrária ao governo; isso foi estabelecido pelos militares para justificar a tomada do governo e para permanecer no poder. Neste sentido, a socióloga e economista Tânia Bacelar afirmou em entrevista concedida à Revista Democracia Viva, em 2010, ter trabalhado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e que quando solteira, seu pai fora chamado para atender uma cliente que era esposa de um general designado para a direção da referida instituição. Na ocasião o general afirmou que falaram que ele iria encontrar um local repleto de comunistas, mas encontrou “um antro de idealistas³⁴” (ARAÚJO, 2010, p. 24).

A vigilância estava por toda parte. A gente sentia o clima lá dentro, tinha um SNI, tudo o que a gente fazia era fiscalizado. Muita gente de referência saiu.

³⁴ Segundo Lessa e Tonet (2004), o Idealismo afirma a prioridade da ideia sobre a matéria. Para saber mais sobre o idealismo, assim como sua contradição ao materialismo, recomenda-se a leitura de: LESSA, Sergio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2004. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em: 05 jul 2020.

A preocupação com o desenvolvimento de ideias contrárias ao governo gerou mecanismo de repressão e controle, dentre eles uma assessoria envolvida na coleta de informações, com o objetivo de vigiar, reprimir e controlar a comunidade acadêmica, seja professor, estudante ou técnico; uma assessoria a serviço da ditadura, contra a comunidade acadêmica. Assim, “[...] o anticomunismo assimilou esta característica à luz da imprensa, como uma estratégia “ardilosa para conseguir mais adeptos” (SOUSA, SILVA, 2011, p. 47).

A pesquisa possibilitou verificar a constituição de assessorias em outras universidades e órgãos. Motta (2008, p. 35), destaca que:

No âmbito das Universidades, as AESI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações. Poucos dias após a aprovação do Plano a DSI do MEC mandou ofício circular às Universidades acompanhado da documentação relativa à criação das AESI, em que recomendava nomeação do chefe responsável em prazo de 10 dias.

Estudar a ação da assessoria no interior das universidades envolve pontos obscuros, mistérios e silêncios, que se apresentam como um desafio ao pesquisador. O estudo do processo histórico, que marcou a trajetória da Universidade Federal de Alagoas, ocorreu a fim de verificar como essas ações buscaram cercear as liberdades no interior da UFAL. Antes de estabelecer o estudo da AESI/UFAL, verificou-se a constituição de assessorias em outras universidades e órgãos.

O objetivo aqui não foi fazer uma análise minuciosa de cada assessoria, mas verificar a existência das mesmas em outras instituições. Em princípio, verificou-se que houve constituição de AESI/ASI na Universidade Federal do Pará – UFPA. A documentação da AESI/ASI/UFPA foi encaminhada ao Arquivo Nacional em 2007. Isso ocorreu em atendimento ao ofício-circular n. 187/2007/GM-MEC, e de acordo com o aviso n. 313/CCIVIL, de 11 de abril de 2007 da Casa Civil da Presidência da República, momento em que a UFPA encaminhou documentação referente ao controle político na referida universidade. Os documentos de vigilância e repressão enviados pela UFPA foram produzidos pela Reitoria e pela Escola de Serviço Social durante o período do Regime Civil-militar, atestando a atuação do órgão de segurança e informações dentro e fora da Universidade (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

Houve instituição de Assessoria também da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Segundo Motta (2014), havia uma tentativa de evitar o conflito, mas o fato de haver uma Assessoria instituída na universidade provocava o receio da comunidade acadêmica, ou seja, a sigla ASI/AESI causava temor nos universitários.

Figura 4 - O jornal Diário de Natal relata o temor que a AESI/ASI causava



Fonte: Comissão da Verdade - UFRN, 2013.

Em matéria datada de 04 de outubro de 1979, o jornal Diário de Natal, veiculou informações sobre como membros da UFRN relataram que a presença da Assessoria atemorizava professores e alunos, pois era um órgão repressor e provocador de intrigas. Note-se que ainda em 1979, líderes estudantis afirmaram que a ASI/UFRN ainda existia e que embora o reitor tivesse assegurado que a Assessoria de Segurança e Informação não seria instrumento de controle de estudantes, não viam necessidade de manter um órgão com a finalidade de fiscalizar cada passo de estudantes.

Segundo Oliveira (2014) também houve constituição de assessoria no Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), quando o governo, logo após o Golpe, buscou modificar o corpo administrativo, influenciando a afetando o setor de pesquisas do órgão. O período da Ditadura

afetou a Fiocruz, que sofreu com os desmandos do governo, pois durante esse período “[...] somente a alta cúpula, escolhida pelos militares, detinha poder autônomo, os demais setores e pesquisadores estavam sujeitos aos ditames da gestão advinda dos pleitos militares” (REIS, 2016, p. 137).

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição centenária em ciência e tecnologia, vinculada ao Ministério da Saúde, foi fundada em 25 de maio de 1900 sob a denominação de Instituto Soroterápico, sendo depois chamado de Instituto Oswaldo Cruz. Ao longo do século XX o Instituto experimentou diversas mudanças institucionais, ao passo que ajudou a construir o desenvolvimento da ciência e da saúde brasileira, até se constituir na principal instituição de pesquisa biomédica da América Latina (Ibid, p. 2).

A importância da Fiocruz justifica a preocupação do governo em estabelecer formas de controle no órgão. Assim, para entender o ataque à autonomia na Fiocruz, deve-se considerar o aparato controlador, repressor e autoritário da ditadura militar, que preocupou-se em vigiar o órgão diante da sua relevância no desenvolvimento de “[...] medicamentos [...], o controle de qualidade dos produtos consumidos pela população; a prestação de serviços assistenciais de referência em saúde, ciência e tecnologia; e informação, comunicação e educação em saúde, ciência e tecnologia (REIS, 2016, p. 132).

Houve a constituição de Assessoria também na Universidade Federal Fluminense. Inclusive, Pereira (2016, p. 191) salienta que houve uma “[...] política de destruição de documentos sigilosos”.

Ainda que o arquivo da ASI/UFF seja o maior encontrado até hoje se compararmos aos acervos das AESI universitárias, o montante encontrado na Seção de Arquivo Permanente da UFF é consideravelmente menor que o descrito na sala de arquivo, o que atesta que esses documentos foram habitualmente destruídos (vide o destruidor de papéis na sala do chefe da AESI). Há também a possibilidade, já verificada em outras situações semelhantes de que vários documentos tenham ficado em posse dos funcionários da AESI, e finalmente, de que existiriam documentos destruídos no processo de fim da ditadura (Ibid, p. 191).

Também houve a constituição de AESI na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A AESI/UFES) funcionou entre 1971 e 1983. Criada pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi responsável pela repressão à comunidade universitária, principalmente ao movimento estudantil universitário da UFES, durante o Regime Civil-militar. Uma assessoria que:

[...] coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e de professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais estudantis, proibia manifestações, proibia ou suspendia entidades estudantis, efetuava prisões, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da Universidade (ALMEIDA, 2015,

p. 4).

Segundo Fagundes (2011), a AESI/UFES iniciou seus trabalhos entre julho e agosto de 1971, considerando que o documento mais antigo é um ofício datado de 17 de agosto de 1971. A UFES passou, durante a Ditadura Civil-militar, por momentos com maior produção de documentos, vigilância e outras ações que afetaram o cotidiano da instituição. Essa onda de repressão, como é denominada por Fagundes (2011, p. 307), visava à “[...] proibição ou suspensão de entidades estudantis, abertura de inquéritos contra professores e funcionários, confisco de material e documentos, prisões, etc.

Para Fagundes (2013), a repressão na UFES teve seu ápice entre dezembro de 1972 e março de 1973, período marcado por prisões e perseguições de professores, estudantes e militantes no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Assim como em outras instituições, o momento de implantação e funcionamento da AESI na UFES coincide com o período de maior repressão nessa universidade.

O estudo sobre a existência de assessorias em outras instituições no período da Ditadura é indispensável para que se possa compreender o processo de cerceamento da liberdade, de golpe na democracia. As assessorias eram relevantes no sistema de informações; devido à “[...] falta de documentação não se comprovou o tamanho de seu poder, entretanto ficou comprovado o tamanho do medo provocado pela sua presença (FERREIRA, 2017, p. 113).

Segundo Figueiredo (2015), a pressão dos familiares de desaparecidos e de governantes da sociedade civil fez com que os militares negassem a existência de arquivos de órgãos que formaram o sistema de informação e repressão da Ditadura. Assim, as forças armadas acabaram, ao declarar a destruição dos arquivos, assumindo que infringiram a legislação arquivística nacional, pois destruíram registros públicos.

Como visto, várias assessorias foram criadas e atuaram em diversas instituições brasileiras. Elas estabeleceram, segundo Fagundes (2013), práticas cotidianas de invasão da intimidade de cidadãos, mesmo aqueles não engajados em movimentos de resistência armada. Assim, todas tinham alguns pontos em comum, como:

[...] coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, controle da nomeação para cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado “subversivo”, entre outras (FAGUNDES, 2013, p. 303).

A estrutura da rede de informações e o próprio SNI foram ampliados. A agência central criou agências regionais importantes para comunicação entre Governo Federal, Estados e Municípios. Nesse sentido, em 4 de julho de 1967, foram criadas algumas seções no SNI: “as Divisões de Segurança e Informações (DSI), que funcionariam dentro dos ministérios e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), que atuavam dentro das empresas estatais e autarquias, tais como universidades” (CLEMENTE, 2005, 186).

5.2 ideologia e hegemonia em busca de aceitabilidade

Por meio da revisão de literatura, foi analisado como a hegemonia e a ideologia foram estabelecidas, a fim de obter o controle dos “subversivos”. Para isso, recorremos a Gramsci (2012), que observa que o Estado consiste em um organismo que viabiliza condições propícias à expansão máxima do capital, obedecendo ao sistema hierárquico do capitalismo internacional e submetendo-se aos interesses do grande capital estrangeiro.

Para compreensão da influência da hegemonia no processo de busca de aceitabilidade do ideal da Ditadura, recorremos a Gramsci (1978) que aponta que a questão da hegemonia não deve ser entendida como uma subordinação de uma classe a um grupo hegemônico, transformando a ideologia de um grupo num conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade. O governo militar, na medida do possível, buscou considerar os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia seria exercida.

Um dos grandes fatores proporcionados pela História é o conhecimento do passado para compreendermos o presente. A atualidade mostra que grande parcela da população brasileira defende e afirma não ter havido Golpe, mas uma intervenção necessária para que fosse possível restabelecer a ordem. Para compreender a defesa das ações da Ditadura civil-militar no Brasil, faz-se necessário, conforme Rezende (2013), considerar que o grupo de poder buscou instaurar um processo social que visava criar condições para potencializar os valores tidos como essenciais e mantenedores da sociedade brasileira. Neste sentido, toda cultura hegemônica deveria ser assimilada pela sociedade brasileira.

Importante essa reflexão sobre o processo de assimilação da cultura, o que segundo Sousa Filho (2011), podemos chamar de endoculturação, que consiste em um processo de socialização, onde ocorre uma interiorização das convenções culturais, sociais e morais, por

meio de diversos ritos e instituições; um processo no qual o indivíduo se torna membro de uma determinada sociedade, onde ocorre “[...] não apenas a efetivação de uma destinação forçada a que o ser humano está obrigado (para se constituir como humano), mas também a via de sua constituição na alienação e na sujeição, sem que o sujeito disso se dê conta” (SOUSA FILHO, 2011, p. 211, 212).

O Regime Civil Militar pretendia estabelecer certos valores a fim de construir uma ordem social onde estes valores fossem potencializados e aceitos. É uma ação do sujeito, que recebe um argumento eivado de ideologia dominante, interpretando-o e aceitando-o. Logo, a ação do governo tendia a difundir ou impor uma ideologia a fim de obter aceitação.

Segundo Betinho (1984), uma forma de controle social muito eficiente na sociedade moderna é a informação, podendo ser manipulada para se atingir um determinado fim. Neste sentido, o objetivo do governo era estabelecer uma imagem positiva do regime, e essa imagem positiva passava pelas estratégias de comunicação, pelo uso das mídias.

E foi o que o governo militar fez: buscou nas mídias, tanto com sua propaganda oficial quanto com a imprensa, uma forma de assegurar o controle do sistema político e a administração dos focos de contestação, seja na oposição armada seja na oposição permitida pelos mecanismos institucionais do regime. O que se procura aqui é observar como se deu esse processo na grande imprensa brasileira. (LIMA, 2009, p. 2)

O controle a livros didáticos consistiu numa estratégia do governo. Isso ocorreu porque, segundo Amancio (2018, p.8), “[...] a própria utilização do livro didático é uma alienação ideológica, pois a maioria desses livros está muito distante, em seus conteúdos, da realidade e mesmo da região dos alunos que os utilizam”. Assim, o controle da edição de livros, por sua vez, favoreceu o surgimento de editoras de oposição e o controle à imprensa gerou a imprensa alternativa (MAUÉS, 2013).

O controle da imprensa é estratégico na medida em que permite o controle do que é produzido e disseminado à população. Como observa Peixoto (2007), é relevante compreender que, em diferentes conjunturas, a imprensa assimilava interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas não somente, esta se apresentou como espaço privilegiado da articulação desses projetos.

Neste sentido, a imprensa apresentou-se como força social que atuou na produção da hegemonia; uma hegemonia que para Gramsci (1995), apresenta-se como uma direção moral e intelectual da sociedade, onde a dominação é alcançada mediante o consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiu o predomínio de uma visão social do mundo e de

convívio social. Assim, importante papel teve a imprensa nesta dominação, pois esta, articulada às disputas sociais, age na defesa de um plano, o plano hegemônico.

A dominação durante a Ditadura valeu-se principalmente da imprensa, pois esta busca articular uma compreensão de temporalidade, propor diagnósticos do presente e afirmar memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, ao articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Ainda sobre o controle do Estado sobre os meios de comunicação, é dever de todo pesquisador, ao analisar um objeto, atentar para a conjuntura. “A forma de controle social talvez mais eficiente na sociedade moderna é a informação” (BETINHO, 1984, p. 37). Ainda de acordo com Betinho (1984), no caso do Brasil, o Estado tem sob seu controle uma enorme rede de informação como: TV, rádio, jornais e revistas. Uma rede articulada à rede internacional e submetida à Lei de Imprensa, à Lei de Segurança Nacional e às pressões fiscais e financeiras.

A dominação ou direção ideológica imposta pela classe dominante não deve ser considerada eterna ou inflexível, por outro lado, deve haver resistência ao discurso ideológico dominante, pois em “toda tentativa da ideologia de estabelecer sua hegemonia e obter o conformismo dos indivíduos aos seus desígnios, essas significações conhecem recusas, contestações, resistências, reinterpretações, rupturas (SOUSA FILHO, 2011, p 10). Assim, numa ideologia:

[...] o que é um produto da ação humana aparece como produto da ação de forças não humanas, objeto divino, o que é um produto cultural ganha a aparência de um dado da natureza, aquilo que é um resultado da história adquire o aspecto de algo eterno e imutável, aquilo que é contingente toma a forma de algo inevitável e necessário, o que é forma e ato adquire o sentido de substância, essência.

Para conter a pressão do movimento estudantil e o controle nas universidades, foi realizado o que Alves (1984) define de “operação limpeza”, uma grande estratégia montada nos primórdios do regime, com o objetivo de ativar as forças repressivas e proporcionar o controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais. Neste sentido, Motta (2014) salienta que essa expressão foi utilizada por agentes do Estado e apoiadores do Golpe para afastar adversários comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, do cenário público.

Para compreender o papel do Estado, nessa limpeza ideológica, recorre-se a Gramsci (2000, p. 331) que salienta que o este é um “[...] complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”.

Segundo Florêncio (2007), a ideologia, que ocorre nas relações sociais, entre as diferentes classes em contradição, permanece em um constante processo de reprodução/transformação, o que gera a possibilidade de falar das mesmas coisas conferindo-lhes sentidos diferentes, uma vez que isto é feito a partir de lugares diferentes no tempo histórico. Neste sentido, no processo de aceitabilidade, o sujeito utiliza diferentes formas de persuasão, não desprezando os conhecimentos do receptor, mas buscando atingir a aceitação de suas ideias ao dar sentido ao argumento.

Um dos argumentos principais dos defensores do Golpe e dos governos militares, segundo Rezende (2013, p. 90), “[...] é que os trabalhadores estariam sendo influenciados contra o regime por grupos clandestinos e subversivos. O grupo de poder justificava, assim, a repressão a todo o movimento considerado perigoso e nocivo à sociedade”. Neste sentido, ainda segundo Rezende (2013), os militares continuavam justificando suas medidas sob o argumento de proteger a maioria da população das investidas de uma minoria.

Durante o funcionamento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), segundo Bueno (2014), não houve diferença na participação de militares e civis, pois ambos executavam ações conforme preceitos do Poder Nacional, ou seja, ambos os segmentos estavam incumbidos do mesmo fim militar, independentemente da função social de cada instituição ou de cada indivíduo envolvido neste processo. Assim, “[...] toda população nacional deve se envolver, desta forma, com a Segurança Nacional” (BUENO, 2014, p. 52).

Por outro lado, Gaspari (2002) defende que a DSN não agiu de forma doutrinária, muito menos ideológica, reduzindo aquele órgão e não dando a importância que ele realmente merece, no contexto da ditadura. Porém, Fico (2001) salienta que o aparelho repressivo da ditadura produziu um grande volume de informações, que não devem ser consideradas sem sentido. Por outro lado, havia uma estruturação complexa e um constante intercâmbio de dados.

A vigilância constante estava implantada em todos os ministérios, além de empresas estatais dos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), de autarquias e de fundações com um propósito bem claro: vigiar e controlar atividades dos “subversivos”.

Quando os militares falavam em segurança nacional a principal ameaça respondia pelo nome de comunismo, e parcela significativa das políticas adotadas pela ditadura foi influenciada pelo anticomunismo, não apenas no terreno da segurança. No plano cultural e educacional, os agentes do regime militar se empenharam em combater o mesmo inimigo, que imaginavam particularmente perigoso em sua capacidade de seduzir os jovens e intelectuais. (MOTTA, 2008, p. 53)

As universidades eram consideradas espaços propícios para difundir doutrinas revolucionárias e recrutar pessoas para a esquerda. Assim, houve a preocupação em estabelecer constante vigilância e controle nas universidades, pois representavam, segundo Motta (2014), um importante espaço responsável pela modernização do país, bem como um campo de batalha entre valores conservadores e ideais de esquerda. Eram instituições que o regime militar, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar (MOTTA, 2014).

No âmbito das Universidades, as AESI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações. Poucos dias após a aprovação do Plano a DSI do MEC mandou ofício circular às Universidades acompanhado da documentação relativa à criação das AESI, em que recomendava nomeação do chefe responsável em prazo de 10 dias. (MOTTA, 2007, p. 35)

A vigilância ao Ensino Superior foi intensificada devido ao receio que o governo tinha do desenvolvimento do comunismo, de propostas reformistas, progressistas, humanistas, entre outras contrárias ao governo militar, pois via no espaço universitário um terreno propício ao desenvolvimento de ideias consideradas subversivas. Cabe lembrar que, de acordo com Motta (2006), o argumento anticomunista foi o fator principal defendido pelos militares para justificar a tomada do governo. Neste sentido, cabe destacar a importância da disseminação de ideias anticomunistas, ideias que embasaram o Golpe em março de 1964 e que levou o governo a intensificar a vigilância e repressão.

Afinal, o combate ao comunismo foi intensificado pela repressão e censura, confirmando que "[...] a ditadura pretendia sufocar os pensamentos, impedir a criticidade e manter o povo na ignorância da inserção daquele regime político na expansão mundial do capitalismo que ocorria na década de 1960" (SCHINEMANN, 2015, p. 49).

A aceitabilidade das ideias leva em consideração uma atitude passiva, acrítica onde o indivíduo aceita uma ideologia, mesmo que equivocada. Ao passo que o pensamento crítico pode fazer com que se evite o apoio de ideias temerárias desempenhadas pela ditadura, pois ao receber ou assimilar uma argumentação o sujeito, detentor de sabedoria e de razoabilidade, poderá pensar em suas consequências devastadoras.

Para uma reflexão sobre as ideias difundidas pela direita e massivamente assimilada pela população brasileira, recorreremos a Koch e Elias (2016, p. 24) que sustentam que:

[...] a argumentação é o resultado de uma comunicação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva.

Deste modo, Gramsci (1978) aponta que a superioridade ocorre quando uma ideologia de um grupo se torna em um conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade. Assim, ao executar a reforma, com apoio de grande parte da sociedade, surgiram condições para expansão do ensino privado que visou simplesmente transmitir conhecimentos, em detrimento da pesquisa.

Neste sentido, observamos que algumas pessoas se prestaram ao desserviço de fornecer informações à AESI contra membros da comunidade universitária, auxiliando na repressão a indivíduos e movimentos com ideias de esquerda, sendo a favor do monitoramento e controle de indivíduos “subversivos”. A atuação de alguns servidores, em defesa do sistema autoritário, por meio da AESI, reflete uma forma clara de dominação pelo consenso, o que segundo Gramsci, constitui aspectos fundamentais para o estabelecimento de um sistema hegemônico.

O trabalho da Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI/UFAL proporcionou o acúmulo de dados e informações importantes sobre membros da comunidade acadêmica, esse era um dos objetivos dessa Assessoria. O desserviço de membros da comunidade universitária corrobora com os planos do governo durante os anos de repressão nas universidades. Assim, a criação e atuação da AESI, com fulcro para a problematização de seu caráter opressor, violento e cerceador das liberdades individuais e coletivas mostram como os que não apoiavam a ditadura eram considerados uma minoria que deveria ser combatida.

Segundo Pelegrine e Baptista (2015, p. 5),

O aumento da repressão revela o inegável caráter autoritário da cultura política produzida e partilhada pelos servidores do regime, que se pautava em representações, tradições, ideias, valores e sentimentos anticomunistas e justificava as violações cometidas contra os direitos individuais dos cidadãos brasileiros, a autonomia universitária e a liberdade dos estudantes, professores e servidores - através de práticas como a tortura, o banimento, o expurgo, o afastamento, a aposentadoria forçada. Nesse suposto combate ao “inimigo vermelho”, proliferaram-se as AESIs, acirrando as práticas de vigilância e repressão no cotidiano das comunidades universitárias.

Para obter o apoio da sociedade, principalmente de membros da comunidade acadêmica, o governo valia-se da propaganda, que foi responsável pela disseminação de ideias terríveis sobre o fantasma do comunismo, onde as pessoas, por um lado, passaram a temer o que os comunistas poderiam fazer, e por outro, a ter receio de serem confundidos e punidos como um deles (OLIVEIRA, 2003).

Os argumentos dos defensores do Golpe e por conseguinte da permanência da Ditadura civil-militar no poder, devem ser levados em consideração. Argumentos pautados, principalmente na moral e críticas às ideias comunistas. Os defensores dos bons costumes, essa era uma forma intencional de disseminar ideias de direita e conseguir o apoio da sociedade brasileira. Entretanto, no período posterior ao Golpe, esses argumentos eram estabelecidos pelos detentores do grande capital, a fim de preservar uma suposta legalidade e ideais democráticos, compromissados com a preservação de seus interesses e menos aos valores pelos quais os militares justificavam o Golpe (REZENDE, 2013).

Vale salientar que, durante a Ditadura, somente os militares falavam sobre qual democracia eles estariam buscando, o que fazia parecer que existia, no plano dos valores, uma sintonia completa entre os integrantes do grupo de poder. Havia um consenso entre eles, de que os militares eram os únicos capazes de sedimentar os valores de uma suposta democracia que convinha aos seus interesses; o que não significava a inexistência de dissensos quanto a esses últimos.

O ato de argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja,

[...] de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não a tese defendida, numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção. (KOCH E ELIAS 2016, p. 34)

Analisando as pretensões dos governos militares, percebe-se que havia uma intenção em dar legitimidade ao regime civil-militar. Mas só podemos observar essa pretensão na medida em que se compreende que:

[...] a busca de adesão e reconhecimento pelo regime militar fundava-se, também, em valores que foram perspicazmente filtrados da própria sociedade. A ditadura foi relativamente bem sucedida em seus propósitos porque ela se empenhava em firmar seu suposto ideário de democracia em valores socialmente atuantes e de grande significado para os diversos segmentos sociais. (REZENDE, 2013, p. 39)

A análise sobre os argumentos dos defensores do Regime civil-militar permite asseverar que sua aceitabilidade é constituída devido à disseminação do argumento anticomunista. Assim, é necessário observar o papel da ideologia no processo de aceitabilidade. O conceito de ideologia é elaborado por diferentes autores, entretanto é Marx (1984), que dá o suporte necessário ao entendimento do contexto de aceitabilidade do ideário golpista, pois neste modelo de desgoverno a ideologia adquiriu um sentido negativo, como instrumento de dominação.

Segundo Marx e Engels (1984) a ideologia sobrepõe-se às consciências individuais, assim a questão da conscientização individual sobre o social destaca que não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. O ser social é moldado pelas formas de consciência social e coletiva. Assim sendo, o conteúdo das formas ideológicas contidas nos discursos e argumentos da ditadura apresenta-se como expressão das relações materiais dominantes; um conteúdo como representação dos que detêm os meios de produção material, intelectual e político.

O regime político que irrompeu a partir de 1964 se debateu, desde seus primeiros momentos, para atestar a legitimidade de seu poder de mando e decisão. Para isso, ele lidou com dois desafios. O primeiro foi construir os elementos que viessem a certificar, de imediato, que aquele movimento era legítimo. O segundo se caracterizou pelo empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais. (REZENDE, 2013, p. 32)

A legitimidade do governo ditatorial foi constantemente buscada, com isso, importante papel teve a disseminação de uma ideologia, a fim de obter a aceitabilidade da população brasileira. Segundo Perruci (2015), a ideologia conecta visão de mundo com normas de conduta, trazendo à tona o núcleo afetivo da ideologia ou seu aspecto passional, o que permite sua difusão de forma eficaz, pois interpela emoções profundas ao vincular valores a afeto.

A ideologia consiste, segundo Gramsci (1986, p. 16), no “[...] significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as suas manifestações da vida individuais e coletivas”. Assim, em relação aos movimentos sociais, como de estudantes e trabalhadores, o discurso da criminalização é, em verdade, uma ideologia que Gramsci denomina de consenso³⁵.

Segundo Motta (2019), os defensores do Golpe disseminaram o receio de que o Brasil caminhasse em direção ao socialismo. Em outras palavras, existia uma estratégia de divulgar o medo do comunismo, e algumas mudanças sociais incomodava a opinião conservadora. Foi justamente esse medo e insegurança que estimulou algumas pessoas a aceitarem intervenções autoritárias³⁶. Mas não somente, Gramsci (1978), dispõe que em um determinado grupo social que está subordinado a outro grupo, é comum adotar sua concepção

³⁵Para saber mais é importante a leitura de: GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

³⁶DOMENICI, Thiago. 1964: Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador. 1 de abril de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em 19/09/2019.

de mundo, mesmo que estejam em contradição. Ademais, salienta que a referida concepção de mundo imposta pelo ambiente exterior é isenta de consciência crítica e coerência, assim resulta um contraste entre o pensar e o agir de duas concepções do mundo.

De forma semelhante ocorre com a imposição ideológica das ações e argumentos da Ditadura civil-militar, onde há uma “guerra de posição” em que se visa à “conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para a sua posterior conservação” (Coutinho, 1992, p. 89).

Neste sentido, a ideologia, consiste em:

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (CHAUÍ, 1980, p.23)

Outra função da ideologia, ainda segundo Chauí (1980), é de que os valores da classe dominante são estendidos à classe dominada. Assim, a ideologia se manifesta em ambientes como escolas, propagandas, por meio da mídia, incriminando organizações e movimentos sociais contrários à ideologia dominante, pois esta possui a função de manter a dominação de uma classe sobre a outra. Para Oliveira (2003), houve resistência e a palavra de ordem era Conscientização, onde alguns grupos sociais lutaram contra essas formas de manipulação social, e empenharam-se no emprego de fórmulas alternativas de alfabetizar a população e esclarecer sobre a vida precária, exploração e manipulação ideológica a que eram submetidas.

Segundo Kushnir (2004, p. 116), os argumentos da ditadura estão pautados na moral e nos bons costumes, o que levou à legalização da censura por meio do Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Sendo assim, o governo agiu:

[...] justificando as proibições pelo resguardo da ‘moral e dos bons costumes’, como se assim se lhes anulasse a intenção política, o governo proíbe publicações, nacionais ou importadas, que ofendam esses requisitos. Ou seja, a censura aplicava-se à imprensa nacional e aos exemplares estrangeiros que aqui chegassem e que estivessem em desacordo com as normas.

O Regime civil-militar pretendia, com isso, atuar na construção de uma ordem social onde os valores deveriam ganhar proeminência absoluta. Porém, Navarro (2018, p. 128), salienta que “[...] dilemas morais decorrem da vontade de imposição de uma doutrina”. A aceitabilidade aqui indicada não pressupõe ausência de resistência. Segundo Oliveira (2003), o regime implantado em 1964 contribuiu para prática de uma pressão psicológica, exercendo

uma pressão capaz de desestruturar a personalidade induzindo as pessoas a aceitar passivamente determinadas orientações de comportamento. Assim, muitas pessoas acreditavam, se não acreditam, que não houve Ditadura no Brasil.

Refletindo sobre o momento atual do Brasil, observamos que algumas pessoas contestam o caráter devastador da ditadura. O perigo maior não é a aceitabilidade do indivíduo, justificar as ações da ditadura, esse sempre foi o objetivo do regime; o problema maior consiste em concordar e até defender as atrocidades que ocorreram. O argumento da moral defendidos pelos militares, que buscava justificar o golpe, não justifica a instauração de um sistema de repressão, com o foi a Ditadura.

Existem dilemas Morais, mas questões Éticas. Pois uma Comunidade se vincula por conta dos valores morais compartilhados entre os membros do grupo, e a moral de um grupo já oferece de antemão a resposta sobre o que é a coisa certa a se fazer. Mas em uma Sociedade – e uma democracia só pode ser fruto de uma associação de pessoas – não há a necessidade do endosso universal de valores morais, entre sócios é suficiente o respeito ético pelo que não é razoavelmente rejeitável (NAVARRO, 2018, p. 128).

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 5º, inciso XLIV dispõe: “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;” neste sentido, é imoral algumas pessoas defenderem e até fazerem apologia à ditadura instaurada em 1964. Assim, antes de apoiar ou não uma ação o indivíduo deve levar em consideração sua capacidade crítica, a fim de evitar o apoio a ideias e ações devastadoras como aquelas realizadas durante o período da ditadura no Brasil.

O sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia que a ditadura procurava elaborar estava estritamente vinculado às suas estratégias de ação nas diversas esferas, ou seja, econômica, política e psicossocial. Esta análise se empenhará, então, em apreender a atuação dos condutores do regime nestes diversos campos da vida social visando construir a sua aceitabilidade. (REZENDE, 2013, p. 2)

A presente análise buscou trazer uma reflexão sobre um período conturbado da História do Brasil, onde a democracia sofreu um golpe. Um período onde, segundo Rezende (2013), prevalecia a vontade da classe dominante, que se valia do uso da força, por meio da repressão e tortura, e mesmo assim militares, representantes do grande capital e tecnoburocratas continuavam na tentativa de justificar o regime, sob o argumento da democracia. Um argumento que conquistou a aceitabilidade de grande parte do povo brasileiro, pois mesmo no pós-regime, não foi raro ouvir que a ditadura foi branda ou não matou o suficiente.

A eficácia das estratégias de busca de aceitabilidade e adesão para a ditadura era atestada, pelos seus condutores, não apenas durante a sua vigência, mas também pós-regime. O gal. Ênio dos Santos Pinheiro afirmava em depoimento, no início da década de 90, que a Folha de S.Paulo fez uma pesquisa durante o período Médici e detectou que 85% da população considerava aquele governo ótimo e bom. (REZENDE, 2013, p. 302)

A Ditadura, sob o argumento de uma suposta democracia e valores da sociedade, buscou justificar suas ações, e com isso conquistou a adesão de muitos brasileiros. Assim, conforme Rezende (2013), o hipotético sistema de ideias e valores sobre a democracia pensado pelo General Golbery do Couto e Silva se apresentava como uma estratégia psicossocial poderosa, com o objetivo de neutralizar as opiniões contrárias ao regime, influenciando instituições da sociedade civil, como: família, escola, universidade, os meios de comunicação de massa, os sindicatos, a igreja e a empresa privada.

A criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV se apresentou como um acontecimento histórico, pois surgiu um espaço de apuração de fatos e a possibilidade de esclarecê-los. Um acontecimento, segundo Indursky (2015), que se constitui, não apenas como um acontecimento histórico, mas como acontecimento capaz de possibilitar uma nova discursividade, ao possibilitar uma narrativa, onde a ditadura possa ser vista considerando o olhar das próprias vítimas. Mesmo com muitas dificuldades, a CNV conseguiu esclarecer pontos importantes sobre a ditadura ao ter acesso a documentos e declarações de pessoas que viveram e sentiram a vigilância constante, a censura e a repressão.

O ensino superior brasileiro foi amplamente vigiado durante os anos de Ditadura civil-militar no Brasil. Tendo como referencial teórico o pensamento gramsciano, analisamos aspectos relevantes para compreensão do papel do Estado na manutenção da Ditadura, e como a hegemonia se apresentou como predomínio ideológico das classes dominantes sobre as subalternas, por meio do consenso.

Um órgão pouco analisado e que fez parte da estrutura do sistema de vigilância, censura, repressão e controle instituído pela ditadura. Uma atuação que deve ser registrada e não esquecida, pois permite compreender como o emprego de formas de vigilância e controle nas universidades e o desserviço de reitores e membros da comunidade acadêmica refletiram as ideias da classe dominante, que foram disseminadas pelo Brasil, levando inclusive algumas pessoas a defenderem a ditadura.

A AESI/UFAL foi um órgão que, por meio do amplo acesso às informações, destacou-se como forte aliado da ditadura. Essa reflexão é primordial para que possamos entender os reais motivos de se estabelecer uma ampla vigilância, censura e controle sobre os chamados subversivos. Neste sentido, Fico (2008) destaca que os EUA ofereceram apoio aos militares

antes e durante o Golpe Civil-militar. Tal apoio consistiu na busca pelo controle dos “subversivos, pois o governo ditador estava aliado ao capital internacional a fim de neutralizar as forças revolucionárias. Gramsci (2012) destaca que o Estado viabiliza condições propícias à expansão máxima do capital, obedecendo ao sistema hierárquico do capitalismo internacional e submetendo-se aos interesses do grande capital estrangeiro.

Convencer a todos que o movimento era necessário e convencer os militares de que a tomada de tais medidas seria a única saída para evitar que o Brasil fosse “tomado” pelo comunismo levou a instauração do Golpe, que foi viabilizado principalmente pela ideário anticomunista. De acordo com Motta (2006), esse foi o fator principal defendido pelos militares para justificar a tomada do governo.

Na busca por uma análise da ação do regime militar nas Universidades, especificamente na UFAL, uma pasta com alguns documentos do período pode parecer pouco. Uma pasta, que não se sabe o motivo de não ter sumido, provavelmente o responsável pela AESI não os eliminou. Analisando a documentação localizada no Arquivo Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas, podemos verificar a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI/UFAL nos anos de 1971 e 1974. A jovem Universidade foi vigiada e observada de perto por uma assessoria que simbolizou os olhos do governo, pois ao solicitar informações sobre condutas de gestores e de alunos, acabava intimidando a comunidade universitária.

A solicitação de informações visava controlar ou até mesmo afastar pessoas consideradas ameaças às ideias do governo e coibir manifestações contrárias ao sistema hegemônico. Nos ofícios redigidos pela AESI/UFAL, constou-se que esta solicitou informações sobre a participação de alunos em movimentos estudantis e informações sobre condutas contrárias ao governo.

O sistema de vigilância deveria disponibilizar ao governo central informações sobre todos que estivessem envolvidos ou expressassem pensamentos de esquerda, como também orientar os reitores como proceder em caso constatação de “subversão”. Assim, a vigilância ao ensino Superior foi intensificada devido ao receio que o governo tinha do desenvolvimento do comunismo.

Considerando que houve insistência em justificar um período de constante vigilância, de torturas e outras formas de repressão, com base em uma suposta democracia e valores, deve-se observar que o que houve durante o período da ditadura foi desumano e inaceitável. Uma ditadura que, segundo Rezende (2013), enfatizou a questão da segurança nacional, persistindo em sua tarefa de convencer a população quanto aos aspectos fundamentais do

movimento; uma ditadura que, durante duas décadas, continuava lutando para obter apoio e aceitabilidade dos demais setores sociais.

Para refletirmos como as ideias defendidas pela Ditadura civil-militar foram disseminadas e, mais ainda, defendidas por parte da sociedade civil, recorreremos a Gramsci (2012), que apresenta um conceito de hegemonia inovador, ao mostrar que os processos pelos quais uma classe pode exercer domínio sobre as outras, estabelecendo superioridade, ocorre mediante o consenso, ou seja, transformando a ideologia de um grupo num conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade.

Era esclarecedora a observação do presidente Castello Branco de que a proposta da ditadura de resgatar determinados valores possuía raízes profundas. Era em torno desses elementos tidos como inerentes à mentalidade do povo brasileiro que os governos militares elaboravam tanto o seu sistema de idéias e valores quanto as suas medidas e ações na busca incessante de aceitabilidade entre os diversos setores sociais. (REZENDE, 2013, p. 40)

Antes do Golpe e para se manterem no poder, algumas ideias foram disseminadas pelos militares, ideias essas não impostas, mas aceitas por meio do consenso por ampla parte da sociedade, ideias para convencer os vários grupos sociais e justificar o Golpe, uma solução moral.

Ainda segundo Gramsci (1976), a hegemonia não deve ser entendida como a subordinação a um grupo hegemônico, mas que se considere os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que estabeleça uma relação de compromisso, mesmo com sacrifícios econômicos. Assim, é Gramsci que, para nós, apresenta uma noção de hegemonia mais pertinente, que possibilita uma reflexão sobre as ações de membros da comunidade acadêmica, possibilitando-nos o pensamento crítico.

Para combater o pensamento crítico, o governo baixou diversos Atos Institucionais. De acordo com Muller (2007), o Ato Institucional n. 5 (AI-5) permitiu que muitos militantes acabassem se integrando em grupos guerrilheiros. Assim, o propósito do governo era bem claro, desmobilizar o movimento estudantil nacional e combater sua representatividade.

A disseminação do anticomunismo levou e leva várias pessoas a defender a Ditadura no Brasil, como algo necessário. Essa ideia foi amplamente difundida e levou ao consenso, ou seja, apesar de estar a serviço da classe dominante a Ditadura Civil-Militar não se manteve no poder apenas pela força e pela coerção, mas pelo consenso de que as ideias comunistas deveriam ser eliminadas. Conseguindo difundir essa ideia, a ditadura promoveu profundas investigações, perseguições, censura e controle de todos que, de alguma forma, defenderam ideias contrárias ao governo.

Após analisar a constituição de Assessorias em outras instituições e como o governo buscou obter apoio e aceitabilidade de diversos setores sociais, disseminando ideias e valores sobre uma suposta democracia a fim de convencer a população da necessidade de estabelecer o controle sobre toda e qualquer pessoa contrária ao governo, analisa-se, na próxima seção, a constituição e ação da AESIUFAL, a partir da categoria Controle.

5.3 A criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança da Informação – AESI/UFAL

A Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI foi instituída na comunidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas, como órgão integrante da Comunidade Setorial de Informações da Educação e Cultura. Conforme orientação do MEC, a referida assessoria foi criada com intuito de atuar numa perspectiva de vigiar, de observar, coibir manifestações contrárias ao então regime civil militar à luz de 1964³⁷.

No âmbito da Universidade Federal de Alagoas, coube à AESI a implementação de medidas de vigilância e controle de estudantes na participação em eventos estudantis, orientações quanto à negativa de posse a servidor considerado subversivo e a fiscalização e proibição de livros na biblioteca.

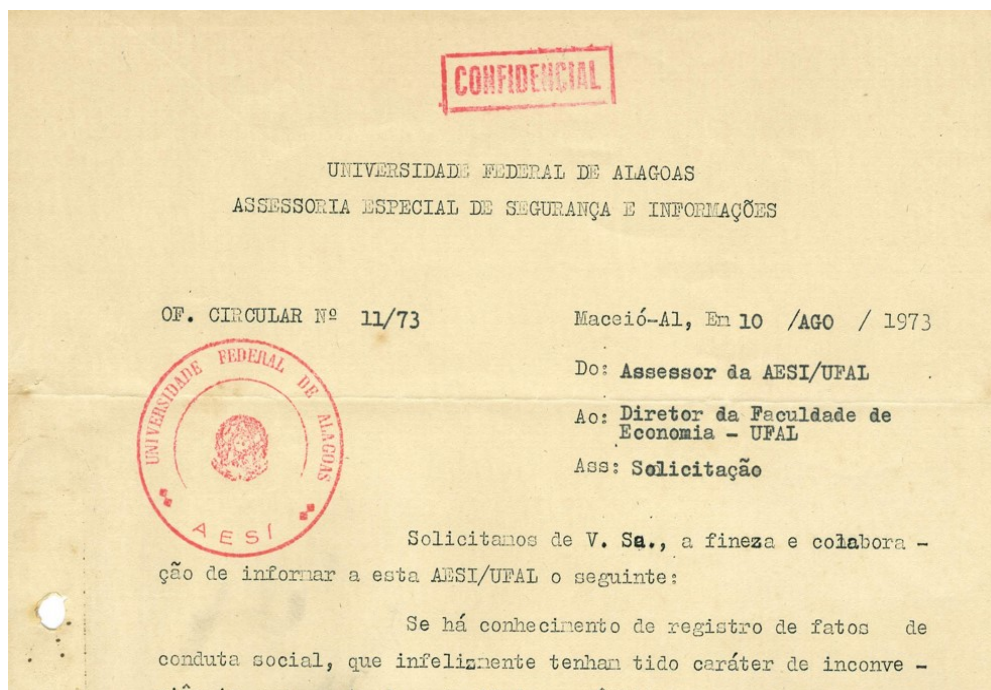
A AESI/UFAL foi criada pelo Reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971, que, considerando os Decretos nº 66.732 de 16 de junho de 1970 e 67.325-70 (que aprovou o Plano Nacional de Informações e o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações); a aprovação do Plano Setorial de Informações (pelas Portarias 10 e 11/BSB de 13 de janeiro de 1971 do Ministro da Educação e Cultura); e considerando finalmente, o disposto na Portaria 12/BSB de 13 de janeiro de 1971 do Ofício Circular 02/SI/DSIEC/71 de 25 de janeiro de 1971, resolveu, usando de suas atribuições e de sua competência, instituir a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal de Alagoas, como órgão integrante da Comunidade Setorial de Informações da Educação e Cultura, de assistência direta e imediata ao Reitor. Sem prejuízo no campo das informações, da orientação técnica e coordenação da DSIEC.

Para obter o controle da comunidade acadêmica, a AESI/UFAL enviava às direções de Faculdades e Institutos documentos solicitando informações diversas. Para evitar que outras

³⁷Doc. nº 02

peçoas, não autorizadas, tivessem acesso aos documentos, sempre seguiam com o carimbo de CONFIDENCIAL.

Figura 5 - Carimbo utilizado em documentos sigilosos



Fonte: Ofício Circular nº 11/73, acervo AESI/UFAL.

Para manter o controle e o sigilo da informação, os envolvidos na troca de informações da UFAL, observavam sempre o disposto no artigo 34 do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, que estabeleceu uma série de condições de segurança quanto ao trânsito de documentos “Ultra-secretos e Secretos”. O citado artigo definiu que o envio por meio de recibos seria destinado ao controle da remessa e custódia dos documentos ULTRA-SECRETOS e SECRETOS, mas este recibos foram muito usados pela AESI/UFAL para todo o tipo de documentos, conforme pode ser verificado na figura abaixo.

Figura 6 - Recibo utilizado para controle de documentos sigilosos

FAC. ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Em 21/07/72

De acôrdo com o Art. 34 do Regulamento para Sal-
vaguardar de Assuntos Sigilosos, acuso o recebimento:

CIRCULAR Nº 11/72/AESI/UFAL

CONFIDENCIAL

Data...../...../.....

nome do recebedor em letra legível

Assinatura do recebedor

Cargo ou função do recebedor

Fonte: Recibo de documentação sigilosa, acervo AESI/UFAL.

O referido regulamento foi criado a fim de salvaguardar assuntos sigilosos, mas os documentos da UFAL considerados confidenciais e reservados, quando julgado necessário, eram expedidos aplicando-se as medidas de segurança previstas no referido Decreto. Com carimbo de confidencial, os documentos expedidos transitavam obedecendo ao seguinte dispositivo:

Art. 34. A correspondência ULTRA-SECRETA e SECRETA será expedida e transitará obedecendo, entre outras, às seguintes condições de segurança: I - Os documentos a expedir serão encerrados em envelopes duplos; II - O envelope externo conterà apenas o nome ou função do destinatário e seu enderêço. Nêle não constará anotação que indique a classificação do conteúdo; III - No envelope interno será inscrito o nome e a função do destinatário, seu enderêço e, claramente marcada, a classificação do documento, de modo a ser vista logo que removido o envelope externo; IV - O envelope interno será lacrado após receber o documento acompanhado de um recibo; V - O recibo, destinado ao contrôle da remessa e custódia dos documentos ULTRA-SECRETOS e SECRETOS conterà necessariamente indicação sôbre o remetente, o destinatário e o número ou outro indicativo que identifique o documento. Na remessa de documentos

CONFIDENCIAIS e RESERVADOS só será usado recibo quando o remetente julgar necessário; VI - Em nenhum caso, assunto ULTRA-SECRETO será expedido pelo correio, mesmo como registrado; VII - A comunicação de assunto ULTRA-SECRETO será sempre efetuada por contato pessoal de agente credenciado; VIII - A remessa de documento SECRETO poderá ser feita por mensageiros oficialmente designados, pelo correio ou sistema de encomendas, e se fôr o caso, por mala diplomática. (BRASIL, 1967)

Neste sentido, conforme Figura 6, de acordo com o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos, diretores de Faculdades ou Institutos, que fossem acionados para informar à AESI sobre determinado assunto, ao receber a solicitação deveriam preencher um recibo, fechá-lo e remeter à Chefia da AESI/UFAL, mantendo sigilo conforme artigo 34 do referido decreto.

Ainda sobre Decreto nº 60.417/1967, em § 3º dispôs que o grau de sigilo ou classificação CONFIDENCIAL era dado aos assuntos que, embora não requeressem alto grau de segurança, seu conhecimento por pessoa não autorizada poderia ser prejudicial a um indivíduo ou entidade ou criar embaraço administrativo. Porém, a análise do conjunto de documentos nos permite inferir que o interesse não consistia apenas em evitar prejuízo a indivíduos ou embaraços administrativos, mas controlar o trâmite de documentos de vigilância, do sistema de informações e evitar que outras pessoas tivessem acesso a eles.

Todos os documentos produzidos pela AESI/UFAL, principalmente Ofícios circulares, levavam o carimbo oficial da assessoria.

Figura 7 - Carimbo oficial AESI/UFAL



Fonte: Ofício Circular nº 11/73, acervo AESI/UFAL.

Para analisar a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informação AESI/UFAL, pelo então Reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos e sua atuação no controle e repressão da comunidade universitária, deve-se estabelecer um olhar crítico que permita compreender como esses acontecimentos representaram não apenas um golpe na democracia, mas um golpe na liberdade de pensamento no âmbito da universidade.

As legislações para salvaguarda de documentos sigilosos, com a consequente utilização de mecanismos como carimbo de CONFIDENCIAL e utilização de recibos, serviram para constatar que houve preocupação com um possível vazamento de informações que pudesse comprometer o sistema. Um sistema de vigilância também foi instituído na Universidade Federal de Alagoas, ou seja, a vivência acadêmica esteve sob o olhar da Ditadura Civil-militar e que AESI representou o braço do Estado no interior da Universidade, agindo contra qualquer um que ousasse pensar contrariamente às ideias do governo, hipótese fundamentada nos resultados a serem apresentados na próxima subseção.

5.3.1. Uma assessoria para controlar

A análise da categoria Controle considerou como a constituição da Assessoria dentro da UFAL buscou cercear a liberdade dos membros da Universidade, principalmente do Movimento Estudantil (ME). Observou-se que houve: sigilo de informações, controle da comunidade universitária, triagem de funcionários para trabalhar na Universidade e de pessoas para auxiliar na disponibilização de informações à AESI/UFAL; controle na circulação de vários livros no âmbito da universidade; proibição do uso de algumas palavras em documentos oficiais e pessoais.

A pretensão de estabelecer formas de dominação sobre o Movimento Estudantil e o quadro de servidores da Universidade foi efetivado por meio da AESI, que agiu a fim de impor restrições aos indivíduos considerados subversivos, proibindo a circulação de livros, a utilização de determinados termos/palavras no ambiente acadêmico e interferindo na contratação de servidores efetivos.

A restrição do governo militar era tão grande que até o uso de certos vocábulos era proibido. Isso foi constatado quando a assessoria enviou o documento Informação nº 17/72/AESI/UFAL, expedido em 1 de dezembro de 1972, solicitando ao Diretor da Faculdade de Economia e Administração, que evitasse o uso de algumas palavras em documentos oficiais e até particulares:

*A seguir estão algumas palavras que são próprias da, que deverão ser evitadas em qualquer documento oficial, oficioso e até particular: Expropriar, expropriação, preso político, delinquente político, justicar, justicamento, guerrilheiro, revolucionário, repressão, forças repressivas, alienar, alienação, conscientizar, conscientização, liberação, liberar, proletariado, imperialismo (Doc. 8)*³⁸.

A proibição na utilização de determinados termos no âmbito da Universidade Federal de Alagoas foi acatada em parte, pois algumas palavras eram indispensáveis na produção de documento. Isso foi observado em resposta o Diretor da Faculdade de Economia e Administração enviou à assessoria Documento nº 15/73/AESI/UFAL, afirmando que:

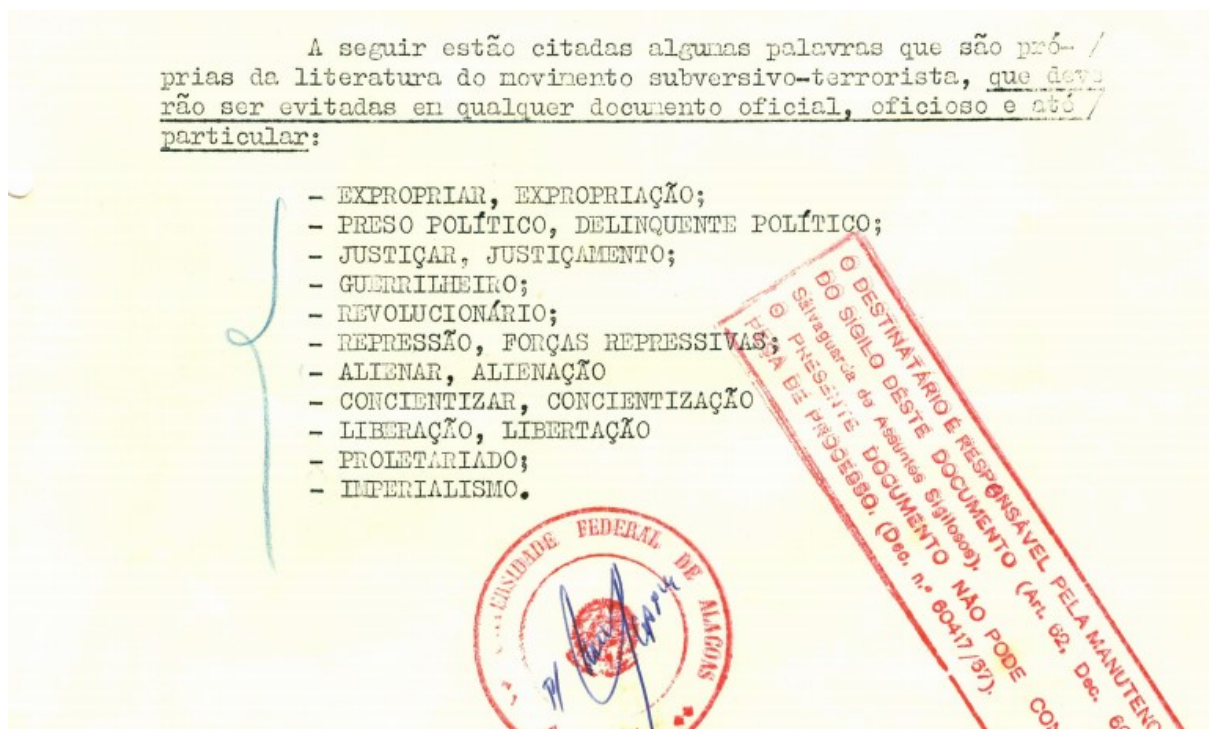
[...] dentre os termos citados, alguns não podem deixar de ser usados, pois pertencem à linguagem jurídica consagrada pela nomenclatura jurídica universal, como expropriado, no sentido de desapropriar, e alienar, no sentido de venda etc.” (Doc. 09).

Na resposta, contida do excerto acima, verificou-se contestação sobre o uso de determinados termos, que não poderiam deixar de ser utilizados por pertencerem à linguagem jurídica. Ao analisar a informação constante no documento, produzido em 10 de janeiro de 1973, pelo Diretor da Faculdade de Economia e Administração, pudemos inferir que a ação da assessoria buscou proibir a utilização de determinados termos que tivessem ou fizessem referência às ideias consideradas subversivas, controlando o uso de palavras consideradas inerentes a uma “*literatura do movimento subversivo-terrorista*”.

Havia nos documentos uma ressalva sobre a responsabilidade do destinatário com a manutenção do sigilo da informação. Os documentos enviados pela assessoria possuíam um carimbo, conforme figura 8, com a finalidade de alertar que o destinatário era responsável pela manutenção do sigilo da informação, que estava previsto no Art. 62, Dec. Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, chamado de regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos. Além disso, o carimbo também alertava sobre a impossibilidade de documentos comporem outros processos, o que demonstra a preocupação dos membros da assessoria em evitar o acesso de pessoas não autorizadas ao teor dos documentos, por isso deveriam ser tratados com sigilo.

³⁸A fim de diferenciar das citações literais, os trechos dos documentos do *corpus* serão grafados em itálico, tamanho 12 e sem recuo.

Figura 8 - Carimbo de responsabilização pelo sigilo



Fonte: Informação nº 17/1972, acervo AESI/UFAL (Doc 8).

Para análise do controle da comunidade acadêmica, principalmente do Movimento Estudantil, pela AESI/UFAL, considerou-se o Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969. A referida legislação proibiu a manifestação de professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular contra o governo. No referido Decreto-lei, cabe destacar o Art. 1º, que dispõe:

Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; I

II - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos” (BRASIL, 1969).

A busca pelo controle sobre o movimento estudantil foi verificada com base na ação da assessoria que investigou a participação de estudantes em eventos estudantis, como demonstra o documento denominado Informação nº 16/72/AESI/UFAL, emitido em 01 de dezembro de 1972, em que o Reitor e o chefe da assessoria receberam informações da DSI/MEC e enviaram às coordenações de Medicina, Odontologia, Engenharia, Economia, Educação, Direito etc., a fim de advertir sobre a representação estudantil.

Em face da importância atual do assunto em epígrafe,/ esta Divisão lembra a Vossa Magnificência o abaixo exposto: 1 – ultimamente, estudantes dos mais variados cursos vêm promovendo encontros, regionais ou nacionais: congressos, conferências, simpósios, seminários e outras formas de reuniões. 2 – Frequentemente esses encontros acabam servindo aos interesses da subversão, quando já não são por ela organizados. [...] a representação discente se exerce pelos estudantes nos órgãos colegiados e comissões instituídas de acordo como os estatutos e regimentos respectivos, quanto a assuntos de caráter universitário, cabendo ao DCE OU D.A apenas a parte assistencial, cultural ou recreativa. [...] Foram revogadas expressamente o Decreto-Lei nº 4.105/42 e a Lei 4.464/64, que dispunham, respectivamente, sobre as/ Uniões Estudantis e Nacional de Estudantes. [...] Tendo em vista o que dispõe a legislação [...] consideram-se ilegais todos os tipos de encontros estudantis, cuja promoção esteja em desacordo com espírito dessas determinações legais e de outras que regulamentam o assunto (Doc. 1).

O governo militar considerava ilegais todos os tipos de encontros estudantis que não estivessem em acordo com a legislação vigente, assim havia a intenção de controlar manifestações políticas do Movimento Estudantil – ME. A assessoria solicitou dados sobre a atuação dos Diretórios Acadêmicos das unidades, seus interesses, reivindicações e tendências políticas. Isso foi verificado em Ofício Circular 5 AESI/UFAL/1973, emitido pela assessoria em 25 de abril de 1973.

1 Qual a atuação do Diretório Acadêmico dessa Unidade,/seus interesses e reivindicações atuais e tendências políticas se houver? 2 se tem havido ou está previsto algum congresso, simpósio, encontro, etc., de estudantes? Quais as entidades promotoras e personalidades que se farão presente (Doc. 3).

Vale salientar a União Nacional de Estudantes já tinha sido posta na ilegalidade, e todos os tipos de encontros estudantis que estivessem em desacordo com a legislação, ou contra as normas do governo eram considerados legais.

Sobre essa legislação durante a Ditadura Civil-militar, verificou que esta buscou cercear a liberdade de manifestação de pensamento, pois agiram contra qualquer conduta, cuja promoção estivesse em desacordo com espírito dessas determinações legais. Buscou combater principalmente o Movimento Estudantil ao defender que a este cabia “[...] preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar (BRASIL,1967).

Continuando a análise do controle que a assessoria buscava sobre o movimento estudantil, verificou-se a vigilância aos estudantes em documento enviado em 27 de setembro de 1972, aos diretores de unidades da universidade. Por meio do Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL, a assessoria informou sobre a realização de eventos com temas contrários ao governo.

Na semana de 28/08 a 02/09 desse ano, realizou-se em / Santiago – CHILE, o X Congresso Latino-americano de Sociologia. Será realizado em Caracas-Venezuela, entre 20 e 23 de novembro próximo vindouro, o XXII Congresso Internacional de Sociologia [...]. O XXII Congresso Internacional de Sociologia, explorará / possivelmente, os temas mais marcantes do X Congresso / Latino-americano de Sociologia, de cunho nitidamente esquerdista, realizado três meses antes no Chile (Doc. 19).

A ESI/UFAL informou às coordenações dos diversos cursos da universidade sobre a realização de um congresso estudantil classificado como sendo nitidamente de cunho esquerdista, e que outro evento iria acontecer. A fim de vigiar a comunidade universitária, a assessoria solicitou, ainda com base no Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL, informações sobre as pessoas que iriam participar do XXII Congresso Internacional de Sociologia e de quem participou do Congresso no Chile.

[...] informar os dados de qualificação completo dos candidatos ao Congresso em Caracas, bem como daqueles que, porventura, tenham participado do Congresso no Chile. Informar também detalhes: financiamento da participação/interesses dos candidatos. (Doc. 7)

O controle, segundo Foucault (1975), é adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível. Neste sentido, o governo agia de forma sutil e sigilosa, por meio da AESI, a fim de torna-se vigilante, sem ser percebido.

O Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969 em seu Art. 1º, dentre outras determinações, proibia a organização ou participação em movimentos contrários à Ditadura, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados. Para vigiar e controlar a conduta de servidores do quadro da universidade, a assessoria enviou, em 10 de agosto de 1973, ofício circular nº 11/73.

Se há conhecimento de registro de fatos de conduta social, que infelizmente tenham tido caráter de inconveniência, por parte de autoridades no âmbito educacional (Doc. 18).

Para estudante caracterizado como subversivo, ou contrário à Ditadura, a penalidade era “[...] de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos” (BRASIL, 1968). A repressão era disfarçada de legalidade e ocultada pelos “dispositivos legais”, criados para controlar e reprimir o Movimento Estudantil. A solicitação da assessoria por meio de ofício circular nº 13/72/AESI/UFAL, em 05 de outubro de 1972, demonstra o interesse em saber quais punições haviam sido impostas aos alunos

1. Solicito de V. Sa., seja enviado a esta Assessoria de Segurança e Informações, o levantamento das punições impostas por essa unidade de ensino aos seus alunos no corrente ano letivo. 2. Outrossim, solicito ainda, que tal levantamento seja acompanhado da respectiva cópia da portaria, a qual cita/ o motivo da punição. 3. Informo ainda, que doravante, todas as punições impostas ao corpo docente, discente e administrativo, deverão ser enviadas imediatamente a esta AESI (Doc. 21)

Não foram localizados, durante a presente pesquisa, documentos que caracterizassem punições a docente e funcionários técnicos. Entretanto, verificou-se punição a discente, pela Direção de Economia e Administração da UFAL. A informação foi verificada no Documento Confidencial 15/73, emitido em 10 de janeiro de 1973, pela Diretoria da Faculdade de Economia e Administração da UFAL.

Informo que, a respeito dessa solicitação, apenas o aluno [...] matriculado na área III, Curso de Economia, foi punido com dez (10) dias de suspensão, conforme documento 1 e 2, anexos (Doc. 22).

Embora não tenham sido localizados os documentos anexados à resposta da direção da Faculdade de Economia e Administração, cabe observar que a resposta da direção foi a respeito da solicitação da assessoria. A legislação vigente não tolerava qualquer ação/expressão contra ideias do governo. Neste sentido, a assessoria buscou vigiar e informar sobre os recursos punitivos, estabelecendo uma repressão preventiva que, segundo Magalhães (1997), consistia na execução de vigilância e controle diário, que gerou uma comunidade de informações.

A presente análise considerou que houve na UFAL uma intenção de combater a liberdade de expressão e o pensamento crítico, por meio do controle. Além disso, considerou-se que, segundo Priori et. al. (2012), uma estrutura legislativa bem arquitetada sustentou o regime, servindo para silenciar os grupos contrários às ideias do governo, os subversivos.

O estudo possibilitou verificar que houve um conjunto de dispositivos para combater a subversão e a indisciplina estudantil da universidade; coube à assessoria o papel de orientar quanto à utilização dessas ferramentas e meios de repressão e opressão ao movimento estudantil. Isso foi possível verificar no Ofício nº 15/72, enviado pelo chefe da AESI/UFAL com uma lista de dispositivos que poderiam ser utilizados para reprimir o Movimento estudantil.

Reportando-nos à indisciplina por parte de uma turma do 1º ano ciclo profissional da Faculdade de Engenharia desta universidade, da qual todas as unidades têm conhecimento, estamos/ enviando à V. Sa., para conhecimento os dispositivos legais que podem coibir a subversão e a indisciplina estudantil, conforme o caso: Estatuto e/ou Regimento; Lei Nº 5250/67 (Lei da Imprensa); Decreto-Lei nº 288/67; Lei 5.540/68; Parecer nº 62/69, do CPE; Decreto-Lei nº 464/69; Parecer nº 371/70, do CPE; Decreto-Lei nº 477/69 (com sua regulamentação); Decreto-Lei nº 898/69 (LSN) (Doc. 15).

Dentre os dispositivos citados, destacou-se: o Art. 11. do *Decreto-Lei nº 288/67*, que proibia a representação estudantil de praticar qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, além de proibir o apoio às faltas coletivas aos trabalhos escolares:

É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares (Doc. 14).

O Decreto-Lei nº 477/69, proibiu manifestações de caráter político e atividades consideradas subversivas em universidades, prevendo a expulsão de estudantes e demissões de professores e funcionários; a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Com relação à lista de dispositivos enviados pela AESI, que poderiam ser utilizados para reprimir o Movimento estudantil, a direção da Faculdade de Economia e Administração da UFAL demonstrou estar de acordo com a legislação imposta pela Ditadura, a fim de controlar o movimento estudantil. Isso foi verificado quando a mesma emitiu, em 07 de maio de 1973, resposta à Circular nº 15/72, de 24 de outubro de 1972.

Tomei ciência das indicações de textos feitos pela circular em referência, os quais deverão ser aplicados em casos de indisciplina de estudantes. (Doc. 23)

Segundo Guazelli e Torres (2014, p. 1) havia um “[...] arcabouço legal utilizado para reprimir aqueles que se opunham ao regime”. A pesquisa permitiu analisar a participação da assessoria e do dirigente da instituição, na busca por uma comunidade passiva, não política. Isso foi constatado quando o então Reitor Nabuco Lopes emitiu memorando de nº 01/1972 à Direção da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, orientando que houvesse o contato constante com membros do Diretório Acadêmico da referida Faculdade, a fim de evitar a adoção de medidas enérgicas. No referido documento consta solicitação de cooperação.

Solicito sua cooperação no sentido de manter o Diretório Acadêmico dessa Unidade em contato constante [...] para num processo educativo elevado, despertar aquele órgão para as finalidades previstas no art. 1º do Dec.Lei 228/67 [...] se isso for adequadamente desenvolvido, evitará dissabores para Administração, que se verá, nos casos de manifestações perturbadoras coletivas ou desrespeitosas / através da imprensa, forçada a conter a onda utilizando os recursos punitivos da Lei (Doc 10).

Conforme observado em trecho extraído do referido memorando, para prevenir uma conduta contrária às ideias do governo, o reitor alertava para a necessidade de manter contato

constante com a direção do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia e Administração. Vale salientar que o Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, em seu Art. 11, alínea d, previa que era vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como a incitação, promoção ou o apoio às faltas coletivas aos trabalhos escolares (BRASIL, 1967).

Nessa reflexão sobre a conduta de autoridades universitárias da UFAL, que limitavam o Movimento Estudantil, em consonância com os governos militares, é importante observar que, com a entrada em vigor do Decreto-lei 228/67, houve restrição ao debate político. Para controlar o movimento estudantil e obter passividade dos estudantes, dentre outros dispositivos do referido Decreto-lei 228/67, destacou-se o Art. 1º:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições; b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; e) assistir os estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas. (BRASIL, 1967)

A fim de atender ao disposto no Decreto-lei 228/67, alínea c, que definiu como finalidade dos órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar, o Reitor Nabuco Lopes emitiu o memorando de nº 01/1972, à Direção da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, informando que, caso os considerados perturbadores irrecuperáveis não observassem a legislação vigente e interpretassem sua atitude como demagogia, seria forçado a adotar medidas enérgicas.

É, pois, minha firme intenção promover o mais possível, com as forças afetivas e de maturidade emocional, a comunidade universitária [...] Só quando esgotados tais recursos ou seja minha atitude, aos poucos, interpretada como debilidade ou demagogia pelos perturbadores irrecuperáveis é que me sentirei compelido a adotar medidas enérgicas [...]
(Doc. 13)

Essa conduta do Reitor da UFAL, Professor Nabuco Lopes, caracterizou cooperação para com o Regime. Cooperação esta, efetivada quando o mesmo salientou que, caso não

houvesse a submissão de estudantes ao processo educativo elevado da coordenação, seriam considerados perturbadores e com isso, reprimidos com ações enérgicas.

As manifestações perturbadoras caracterizam-se como atos e reuniões em desacordo com a legislação vigente, que proibiu manifestações políticas. Essa perseguição ocorreu em um momento em que a classe dos estudantes, com toda a sua liderança, foi “[...] caçada e perseguida, acuada pela ditadura” (FONSECA, 2008, p 27).

O Decreto-Lei Nº 228/1967 em seu Art. 11 § 3º destacava que, em caso de omissão das autoridades, cabia ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades, o que permite inferir que se os dirigentes de Instituições Federais de Ensino que não fiscalizassem ou controlassem o Movimento Estudantil sofreriam repressão pelo Ministro da Educação e Cultura.

Essas posturas foram indispensáveis para manter a busca pelo controle dos estudantes, uma busca por uma comunidade universitária apolítica. Na medida em que o sistema de informações era aprimorado, melhor era a capacidade da assessoria de espionar; o controle de todos os opositores era o objetivo principal.

A assessoria, ao coletar informações sigilosas, buscava o desinteresse dos estudantes pela política, ao menos que não contestassem a política vigente. Constatou-se a busca por um movimento estudantil que não tivesse envolvimento político. A direção da Faculdade de Economia e Administração emitiu em, 07 de maio de 1973, Documento nº 109/73 afirmando que o movimento estudantil daquela unidade não vinha demonstrando interesse pelo debate político.

o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, [...] não vem se mostrando interessado pela política estudantil, desde o começo do presente ano letivo, a não ser a atuação manifesta nos últimos Jogos Universitários” (Doc. 10)

A direção da unidade de Economia e Administração afirmou que o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO” não se interessava pela política estudantil, mas os dados mostram que havia alunos insatisfeitos com algumas irregularidades no âmbito da UFAL; irregularidades que estavam acarretando em prejuízos quanto à formação técnico-profissional dos estudantes. Essa afirmação pôde ser verificada quando a assessoria enviou uma cópia de Nota Oficial da Gazeta de Alagoas datada, de 03 de setembro de 1972, às Direções de diversas unidades da universidade, informando que alguns alunos estavam insatisfeitos com algumas irregularidades que estavam ocorrendo no âmbito da UFAL.

As Entidades abaixo discriminadas tornam público e exigem providências para as irregularidades que estão ocorrendo na Cadeira de Resistência dos Materiais-Grafostática do 1º ano de Engenharia Civil (Ciclo Profissional), acarretando sérios prejuízos aos alunos quanto à sua formação técnico-profissional e indo de encontro aos princípios básicos da pedagogia moderna que regem a filosofia educacional, ao tempo que se solidarizam com as justas reivindicações dos mesmos. (Doc. 24).

Segundo Libâneo (2005, p. 3), a Pedagogia Moderna deve conceber uma formação geral para todos. “Quem se dispuser ao agir pedagógico, estará ciente de que não se pode suprimir da pedagogia o fato de que ela lida com valores, com objetivos políticos, morais, ideológicos”. O fato de não incentivar o pensamento crítico, fazendo descobrir que não apenas pode falar, mas, também, que seu pensamento crítico é capaz de transformar o mundo, não significa que os alunos não estavam insatisfeitos com a postura de membros da comunidade universitária.

Na Nota Oficial da Gazeta de Alagoas consta que os estudantes alegaram que o ensino ia de encontro aos princípios básicos da pedagogia moderna que, por sua vez, possui peculiaridades “[...] formulando distintos entendimentos sobre as formas de conhecimento, função da ciência, conceito de liberdade, etc., sem, todavia, renunciar à idéia de criação de uma sociedade racional” (LIBÂNEO, 2005. p. 7). A afirmação que o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, da Faculdade de Administração e Economia da UFAL não se interessava pela política estudantil, não refletiu o pensamento de todos os estudantes, uma vez que alguns externaram a insatisfação com algumas irregularidades que estavam ocorrendo no Curso de Engenharia Civil.

Observou-se que a assessoria buscou controlar a divulgação de irregularidades, devendo os membros do sistema de informações informar quais alunos foram responsáveis pela publicação de tais informações, uma vez que ao movimento estudantil era vedado. Era proibido que alunos veiculassem assuntos de insatisfações no âmbito da UFAL, o que pôde ser verificado em Memorando Circular nº 01/72/AESI/UFAL, expedido em 03 de setembro de 1972.

a) Qual a origem de tal publicação. b) Se identificada, deve o responsável, ser advertido que não é aceitável publicação em nome de órgãos representativos, sem aquiescência da direção da unidade. c) Reunir o diretório da sua Faculdade, para que o órgão/ não se iniscua em assuntos da competência de outras unidades, fugindo aos objetivos do Art. 1º do Dec. 228/67. [...] e) Informar quais os alunos responsáveis por tal publicação (Doc. 25).

Neste sentido, constatou-se que houve uma preocupação em desmobilizar o movimento estudantil e manter os estudantes “[...] sem participar, sem opinar, sem criticar, sem discutir e sem informar-se sobre questões econômicas e políticas (OLIVEIRA, 2003, p. 30). Entretanto, houve insatisfação dos alunos, deixando clara a posição da gestão da universidade durante a Ditadura, uma posição oposta à pedagogia moderna. A legislação da Ditadura, principalmente o Dec. 228/67, buscou limitar a atuação do movimento estudantil, ao passo que controlou o ensino. Esse controle ocorreu quando o ensino, segundo os alunos que publicaram a nota na Gazeta de Alagoas, foi de encontro aos princípios básicos da pedagogia que regem a filosofia educacional.

Outro ponto importante na presente análise, refere-se à busca por colaboradores que estivessem aptos a trabalhar no sistema de informações. A assessoria buscou estabelecer o controle da comunidade acadêmica, mas não agia isoladamente. Para isso, buscou colaboradores que estivessem aptos a trabalhar no sistema, resguardando o sigilo e sendo responsáveis pela coleta e guarda de informações. Isso foi verificado quando assessoria encaminhou, em 12 de outubro de 1972, aos diretores de unidades, Ofício circular nº 14 de 1972/AESI/UFAL.

Indicar um funcionário do corpo docente ou administrativo que possa assessorá-lo no manuseio de tais documentos. Tal indicação deverá ser feita o quanto antes,/ desde que, o funcionário indicado recebera posteriormente instruções/ especiais à segurança Nacional, tal indicação deverá ser feita sem conhecimento prévio da pessoa indicada, ficando a confirmação mediante confirmação dessa assessoria (Doc. 6).

O Chefe da AESI solicitou a indicação de pessoas de confiança, sem que estas soubessem da intenção de recrutamento para atuarem no sistema de informação, o que confirma a intenção de manter sigilo no controle da comunidade universitária. Para manter o sigilo, as pessoas indicadas não saberiam o porquê da indicação, sendo de responsabilidade da AESI os contatos futuros. Entretanto, não foi localizado documento com as indicações.

O processo de seleção de pessoas para trabalhar no sistema ocorreu como uma forma de controle da assessoria, a fim de recrutar funcionários com potencial para colaborar, mediante treinamento, no recebimento e guarda de informações sigilosas. Ou seja, o funcionário que trabalhava no controle da comunidade universitária, deveria ser capacitado para manusear documentos de natureza sigilosa, auxiliando na execução da segurança nacional.

Uma assessoria que recebeu elogios do governo militar à época, no tocante à sua

atuação. Segundo Motta (2008, p. 39), “[...] em 30/05/1972, [...] o diretor da DSI/MEC enviou circular em que elogia as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com mais eficiência que as outras”.

A análise da presente categoria também permitiu verificar que a AESI/UFAL buscou agir na seleção para contratação de pessoal para o quadro de ensino da universidade. A assessoria solicitou ao Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFAL informações sobre os candidatos às vagas de ensino. Isso foi verificado em ofício 63/74, expedido em 11 de junho de 1974.

Solicito a V. Sa. providencias no sentido de encaminhar a essa assessoria, filiação, data e local de nascimento dos candidatos inscritos na seleção para Auxiliares de Ensino do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração desse Centro. (Doc. 17).

A fim de continuar a análise do controle da Assessoria sobre a seleção de pessoas, verificou-se que esta foi crucial para impedir uma pessoa de assumir o cargo de auxiliar de ensino, mesmo tendo sido aprovada em processo seletivo. Importante lembrar que demissões por questões políticas ocorreram durante a Ditadura e quando uma pessoa era demitida, mesmo que comprovada aptidão para o cargo por meio de aprovação em concurso, era declarada a impossibilidade de tomar posse.

A influência da assessoria no controle do acesso ao quadro de ensino foi observada em despacho do Procurador Geral da UFAL, em 27 de dezembro de 1972, quando orientou o reitor da universidade para que não procedesse à contratação de servidor demitido pelo chamado governo revolucionário.

Na espécie, trata-se de candidato aprovado na seleção para auxiliar de Ensino de uma das unidades da UFAL e que, segundo a Assessoria Especial de Segurança e Informações, foi demitido do Serviço Público Federal, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, em 30/09/64, publicado no D.O de 01/10/64, com fundamento no § 1º do artigo 7º do Ato Institucional de Nº 1, de 09 de abril de 1964 (Doc. 20)

O Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964, especificamente seu Art. 7º - § 1º, assim dispõe:

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por

decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (BRASIL, 1964).

Notou-se como a assessoria estava atenta aos processos de seleção de candidatos que almejavam o ingresso no quadro docente da universidade. A AESI/UFAL agiu no controle das contratações, ratificando sua importância no sistema de informações. Mesmo que a nomeação dependesse de decisão do reitor, esta evitou que uma pessoa demitida por ato do governo militar, tivesse a contratação efetivada na UFAL. Isso foi verificado ainda no despacho do Procurador Geral da UFAL, em 27 de dezembro de 1972, quando houve a preocupação na contratação de pessoas, para área de ensino, de pessoa subversiva, afastando o que chamou de resíduos da subversão.

O escopo do Governo Federal Revolucionário é o de, com maior segurança, isolar a área de ensino e pesquisa dos resíduos da subversão e corrupção que, dantes, encontrou campo propício à proliferação. Obviamente, por estes motivos, entendo desaconselhável, de momento, o ingresso na Universidade Federal de Alagoas. No entanto, Vossa Magnificência, superiormente, decidirá. (Doc. 20)

No *corpus* da presente pesquisa não foram localizados dados de prisões, expulsões de discentes ou servidores. Entretanto, é importante destacar a atuação da AESI/UFAL na seleção de funcionários. Por meio do Documento nº 109/73, de 07 de maio de 1973, ao ter ciência da demissão e após despacho do Reitor da UFAL, o Diretor da Faculdade de Economia e Administração afirmou que estava aguardando oportunidade para:

Complementando as informações solicitadas, esclareço que [...] estou aguardando oportunidade para dar ciência, em caráter confidencial, ao interessado, sobre a impossibilidade de sua Admissão como Auxiliar de Ensino (Doc. 12).

Além disso, houve a preocupação com a formação dos profissionais que faziam parte do quadro docente da universidade. Em Ofício circular nº 3 de 1973, de 13 de abril de 1973, enviado aos diretores de unidades Acadêmicas, a Assessoria realizou uma solicitação, no sentido de:

[...] verificar junto ao corpo docente dessa unidade a existência de professor portador de diploma expedido pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, lecionando nesse estabelecimento de ensino (Doc 2).

A RUDN foi fundada pelo governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em fevereiro de 1960. Foi chamada, em 1961, de Patricia Lumumba devido à morte de uma figura política e pública, causada pela conspiração de uma organização das forças de reação. Como a estava localizada na União Soviética e seu principal objetivo foi promover aos jovens da Ásia, África e América Latina uma formação de base comunista, infere-se que a solicitação da AESI/UFAL ocorreu para verificar potenciais subversivos, a fim de vigiar e controlar suas condutas.

A pesquisa sobre o controle nas universidades é importante, pois permite, mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos referentes aos antigos órgãos de informação criados durante a Ditadura Civil-militar, observar a preocupação do governo em estabelecer uma vigilância no interior das instituições de ensino superior. Isso foi verificado quando a assessoria enviou uma relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça (Doc. 5). Essa relação de livros foi encaminhada no sentido de controlar o uso de exemplares pela comunidade universitária. Houve restrição e coube à Assessoria a função de evitar a circulação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça. A lista totalizando 45 (quarenta e cinco) livros foi verificada no Ofício circular nº 11 de 1972 enviado aos Diretores de Economia e Administração da UFAL:

[...] esta assessoria está encaminhando uma cópia da relação das publicações proibidas pelo Ministério da Justiça e solicita [...] remeter a esta AESI, os exemplares que por ventura existam na biblioteca dessa unidade” (Doc. 4).

Figura 9 - Relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça

| RELAÇÃO DOS LIVROS PROIBIDOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA | | | |
|---|---------------------------|------------------------|----------------|
| TÍTULO | AUTOR | ESPECIE | DIÁRIO OFICIAL |
| PALENCIA DAS ELIYES | ADELAIDE CARRARO | PORTARIA 215/3 | 12/10/65 |
| O CASAMENTO | KELSON RODRIGUES | PORTARIA 344/3 | 13/10/66 |
| REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO | REGES BERRAY | PORTARIA 329/3 | 20/09/67 |
| TORTURA E TORTURADOS | MARCIO MOREIRA ALVES | PORTARIA 109/3 | 31/05/67 |
| MINHA VIDA NOS AMORES | HENRY SPENCER | DESPACHO | 03/06/69 |
| FILOSOFIA DA ALVOVA ou ESCOLA DE LIBERTINAGEM | MARQUES DE SADE | DESPACHO | 03/06/69 |
| ESCULTURA DE BARRO | - | DESPACHO | 02/07/70 |
| O PÁTIO DE COBERTURA DAS RENDAS | - | DESPACHO | 02/07/70 |
| O MUNDO EROTICO DE ISADORA DUCAN | - | DESPACHO-PORTARIA 38-B | 10/03/70 |
| ERÓTICA BIBLIOTECA | ADRIANO-DA GAMA KURY | DESPACHO | 17/05/70 |
| UM ALDEIA DA CHINA POPULAR | JAN NYRDAL | DESPACHO | 29/05/70 |
| LUCHA ARMADA/FUERZA ARMADA | VO NGUYEN GIAP | DESPACHO | 29/06/70 |
| OBRAS ESCOVIDAS | HAO TSE TUNG | DESPACHO | 29/06/70 |
| CITAÇÕES DO PRESIDENTE MAO TSE TUNG | - | DESPACHO | 29/06/70 |
| LA GUERRA POPULAR EM EL BRASIL | NOV.C/INTERNACIONAL | DESPACHO | 29/06/70 |
| OS CONDENADOS DA TERRA | FRANZ FANCON | DESPACHO | 02/07/70 |
| O MEU AMIGO CHE | RICARDO ROJO | DESPACHO | 02/07/70 |
| TEXTOS DE ERNESTO CHE GUECARRA | EDITORA SAGA S/A | DESPACHO | 02/07/70 |
| HISTORIA MILITAR DO BRASIL | KELSON V. SOBRÉ | DESPACHO | 02/07/70 |
| OPÇÕES DA REVOLUÇÃO NA AMERICA LATINA | MIGUEL URBANO | DESPACHO | 02/07/70 |
| O PODER JOVEN | ARTUR FORNER | DESPACHO | 02/07/70 |
| SOCIALISMO IN CUBA | LEO HUBERMAN/PAUL H. SWAY | DESPACHO | 02/07/70 |
| MI EXPERIENCIA CUBANA | ESQUIEL M.STRADA | DESPACHO | 02/07/70 |



continua-

| Continuação | | | |
|---|-----------------------------|---------------|----------|
| GUERRA DEL FUERRO-EJERCITO DEL FUERRO | NGUYEN GIAP | DESPACHO | 02/07/70 |
| RESOLUCION POLITICA DEL PARTIDO COMUNISTA DE COLOMBIA | MOVIMENTO COM INTERNACIONAL | DESPACHO | 02/07/70 |
| GUERRA DE GUERRILLAS EN VIETNAM | HOANG VAN THAI | DESPACHO | 02/07/70 |
| GUERRA DE GUERRILLAS | - | - | - |
| SOCIALISMO Y EL HOMBRE EN CUBA | ERNESTO CHE GUEVARA | DESPACHO | 02/07/70 |
| ESTRATEGIA DE LA GUERRILLA URBANA | ABRAHAM GULLIEN | DESPACHO | 02/07/70 |
| APUNTES SOBRE UNA EXPERIENCIA GUERRILLERA | HECTOR REJAN | DESPACHO | 02/07/70 |
| EL DERECHO A REBELAR-SE | VICENTE ROVETTA | DESPACHO | 02/07/70 |
| SEXO IMPRUFOSO | BERNARDO ELIAS LAHO | PORTARIA 112B | 06/08/70 |
| JOGO DO AMOR | PORTARIA 22/3 | - | /10/70 |
| MEMÓRIAS DE UM VARIÃO CASTRADO | RODOLFO QUARESMIA FILHO | DESPACHO | 02/12/70 |
| A CHINESINHA | BRIGITTE ELJOU | DESPACHO | 02/12/70 |
| COBACABANA EM TRAJES INTIMOS | DEDEROT FREITAS | DESPACHO | 23/03/71 |
| ELAS O ESPERAM | OSCAR VIEIRA GARCIA | DESPACHO | 26/02/71 |
| A HORA INESPERADA | CHRISTOPHER | DESPACHO | 26/03/71 |
| A MULHER SENSUAL | JOAN GARRITY | DESPACHO | 25/05/71 |
| LEI É LEI E ESTÁ SABADO | NALARENO TOURINHO | DESPACHO | 21/06/71 |
| POÉSIS | JOÃO CARLOS S. TRILHEIRA | DESPACHO | 24/06/71 |
| A MULHER SEM FRONTIIRAS | ALICE AKEN | DESPACHO | 21/07/71 |
| CARNE E SANGUE | JOÃO FRANCISCO DE LIMA | DESPACHO | 22/07/71 |
| NEIN KAMPF | ADOLFO HITLER | DESPACHO | 22/07/71 |
| AS DUAS FACES DE UMA SECRETARIA | PIERRE LAMONT | DESPACHO | - |
| LA CIGANCE MILITAIRES AU BRÉSIL | ED FRANÇOIS MASTERO | DESPACHO | 09/11/71 |
| O HOMEM SENSUAL | - | - | 09/11/71 |
| UM HOMEM E UMA MULHER | ED. ARTENOVO LEDA | - | - |
| O CASAL SENSUAL | ED. HEMUS LIVRARIA ED LEDA | - | - |



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Dentre os livros proibidos constam: *A Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray e *A história da Revolução* de Nelson Werneck Sodré. Debray foi um filósofo, jornalista e professor francês, que concluiu seu doutorado na *École Normale Supérieure*³⁹. O mesmo foi seguidor do marxista Louis Althusser e amigo de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, nos anos 1960, tendo o acompanhado na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 (SILVA, 2016).

Já a publicação da obra de Nelson Werneck Sodré ocorrera sob o impacto do golpe de 1964, apresentando um discurso historiográfico com a intenção de conquistar aliados para as suas posições nacionalistas, inclusive militares. De acordo com Rodrigues (2013), ao discutir a missão das Forças Armadas, Sodré deixou bem claro que estas deveriam assegurar ao país as condições democráticas e a livre expansão econômica nacional.

Houve o controle na circulação de livros que tinham ideias contrárias ao governo porque, segundo Silva (2016), as esquerdas radicais baseavam suas práticas revolucionárias em obras como *Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray.

Em resposta ao referido ofício circular, sobre os livros proibidos de pelo Ministério da Justiça, foi encaminhado, pelo Diretor da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, o ofício nº 225/72, emitido em 22 de agosto de 1972.

Em relação à circular n. 11/72, de 21 de julho do corrente ano, informo que, após cuidadosa busca na biblioteca desta Faculdade, não foi encontrada nenhuma das obras indicadas na relação anexada àquela circular, e consideradas proibidas pelo Ministério da Justiça (Doc. 16).

Até meados da década de 1970 houve controle de obras políticas que questionassem ideias e práticas do governo. Não bastava tomar o poder; a fim de permanecer no governo, os militares buscavam o controle e proibição da circulação de determinados livros, a fim de instituir um ensino de acordo com as necessidades do governo. Esse controle se efetivava de várias formas, controlar o uso de livros nas Universidades, era uma delas.

Refletindo sobre a ação da AESI no âmbito da UFAL, verificou-se que o aparelho disciplinar e controlador do Estado, por meio dessa Assessoria, foi capaz de vigiar e controlar a comunidade universitária (FOUCAULT, 1975).

³⁹ A *École Normale Supérieure* foi fundada em Paris, na França, durante a Revolução Francesa de 1794, sendo uma referência mundial em ensino e pesquisa.

A circulação de livros foi limitada porque, segundo Ginzburg (2006), é neles que o pesquisador recupera parte da história; é na literatura que certas ideologias reaparecem. Apesar da constante vigilância ao ensino superior e de direitos terem sido cerceados, deve-se considerar o papel de cada um no processo democrático, de liberdade e desenvolvimento do pensamento crítico. Deve-se combater todo ato contra a democracia, a favor da Ditadura; não basta apenas educação, “[...] educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1979, p.84).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação, significou um grande passo para esclarecer alguns pontos obscuros sobre questões ligadas aos antigos órgãos de vigilância, opressão e censura instituídos no período da ditadura. A partir daí, vários documentos passaram a ser recolhidos e catalogados, possibilitando acesso aos documentos antes proibidos.

O período em análise ensejou um golpe na democracia brasileira. Neste sentido, uma postura que garanta a democracia deve ser defendida por toda a população, uma postura sempre em defesa de direitos e questionando determinados atos contra a democracia, atos que venham a excluir parte da sociedade. Afinal, foi nesse período, após o Golpe de 64, que surgiu um sistema complexo de vigilância, repressão e controle de qualquer pessoa que ousasse pensar contrário às ideias do governo. A Ditadura no Brasil se estendeu por mais 20 (vinte) anos e durante esse período a democracia sofreu duros golpes, dando espaço a um sistema de controle das classes consideradas subversivas.

A responsabilidade do Estado em garantir a plena democracia, instigando a participação popular na política, como o cumprimento da legislação eleitoral e a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, é um requisito imprescindível para que se tenha uma sociedade livre, justa e igualitária.

A participação e ação de civis e militares foram imprescindíveis para a permanência dos militares no poder. Assim, a historiografia recente mostra que diversos setores como: proprietários rurais, burguesia industrial, classes médias, setor conservador, foram indispensáveis à efetivação do Golpe Civil-militar ocorrido em 1964 e a consequente permanência no poder. Não se pretende diminuir a responsabilidade de militares pelos atos praticados contra os direitos humanos, mas de observar a responsabilidade de parte da sociedade civil em manter o regime.

O governo militar criou um sistema que serviu tanto para a coleta e análise de informações como para reprimir e controlar ideias consideradas contrárias ao governo. Neste sentido, o sistema de controle e repressão que começou pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) foi responsável por estratégias e ações, instituído como o núcleo central de uma rede de informações e atuando na sociedade brasileira em diversos setores administrativos, inclusive na UFAL.

O controle nas Universidades gerou graves consequências para o movimento estudantil e para a comunidade acadêmica. Cercearam a liberdade, a UNE entrou na clandestinidade e a preocupação com a disseminação de ideias contrárias ao governo gerou uma batalha longa de mais de 20 anos. Gerou um modelo de vigilância constante no âmbito das universidades, a fim de vigiar e controlar a comunidade universitária.

A Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI foi instituída na Universidade Federal de Alagoas pelo então Reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos, por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971. A pesquisa foi importante na medida em que descortinou ações e objetivos da referida assessoria, que agiu como um órgão de vigilância, orientação, monitoramento, censura, de informação e contrainformação. Sua atuação esteve alinhada à ditadura, agindo de forma subordinada aos interesses do governo e auxiliando na manutenção da Ditadura. Para obter êxito, muitas vezes a AESI/UFAL orientava quanto à utilização de ferramentas e meios de repressão e opressão ao movimento estudantil, agindo contra o pensamento crítico e a liberdade de expressão.

A preocupação do governo central em manter formas de controle dentro das Universidades resultou na criação de ferramentas que lhes permitissem a investigação daqueles considerados subversivos. Assim, criaram as Assessorias Especiais de Segurança e Informações, que fizeram parte de um sistema de vigilância e orientaram Reitores, e demais envolvidos, nas tomadas de decisões com base em dados coletados, dados esses que auxiliaram a gestão da Universidade a agir contra a disseminação de ideias comunistas.

Durante a Ditadura, os direitos foram cerceados, implementando mecanismos para controlar a comunidade acadêmica. Considera-se que a democracia sofreu um golpe, pois em um sistema democrático deve-se considerar a capacidade que educador e educando devem ter a fim de pensar criticamente a realidade.

A análise de alguns pontos referentes ao modo de agir da assessoria e de membros da comunidade universitária, na UFAL, foi realizada como base na técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) que permitiu criar a categoria Controle, após a pré-análise do *corpus*.

A presente pesquisa, ao analisar o Controle exercido pela assessoria na UFAL, constatou que suas ações representaram o interesse do governo, instituindo instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível (FOUCAULT, 1975). Também constatou que a política de Estado foi executada por meio de uma estrutura legislativa capaz de silenciar grupos de oposição e assim sustentar o regime (PRIORI et. al., 2012). Além de ratificar que

houve uma preocupação em desmobilizar o movimento estudantil, segundo Oliveira (2003), as ações do governo buscaram manter os estudantes sem participar, opinar, criticar e sem poder se informar sobre questões econômicas e políticas.

A AESI, como todo o Sistema Nacional de Informação, foi criada pelo poder central para executar tarefas de vigilância, censura, monitoramento e controle das ações e condutas de todas as pessoas consideradas subversivas.

A Assessoria Especial de Segurança da Informação – AESI/UFAL foi um órgão de que atuou na comunidade acadêmica como instrumento de controle da difusão do conhecimento. Seu objetivo principal foi atuar no campo do ensino, mas atuou também em procedimentos investigativos, silenciando e desarticulando forças contrárias ao regime dentro da universidade.

Essa ação da Assessoria no interior da UFAL retrata o interesse do governo em cercear as liberdades, proibindo a participação e a livre manifestação do pensamento. Em oposição às formas de dominação instituídas pela Ditadura, deve-se considerar a importância de uma educação libertadora. Tal modelo considera a meta de superar a contradição opressor/oprimido, não a simples inversão dos papéis. Neste sentido, “se a finalidade dos oprimidos é chegar a ser plenamente humanos, não a alcançarão contentando-se em inverter os termos da contradição, mudando somente os polos” (FREIRE, 1980, p. 59).

O período da Ditadura Civil-militar é um campo de análises, discussões e divergências de opiniões quanto à caracterização de uma ditadura, de cerceamento das liberdades, de grandes atentados à instituição democrática. Ocorre que algumas pessoas defendem a ditadura sem verificar suas motivações políticas, a fim de amenizar a violência imposta às pessoas contrárias às ideias no governo.

A pesquisa possibilitou constatar que havia vários dispositivos com o objetivo de controlar e reprimir a comunidade acadêmica da UFAL, ao passo que permitiu verificar a ação da assessoria como órgão de informação e controle. O objetivo, desde o início da pesquisa, foi analisar como a Universidade Federal de Alagoas esteve sob os olhos da Ditadura. Embora não tenham sido encontrados dados sobre vítimas da Ditadura na UFAL, não se deve desistir da busca por documentos que expliquem, por exemplo, o que ocorreu com os estudantes que dão nome à Praça da Paz, no Campus A. C. Simões, memorial construído em Alagoas em homenagem às vítimas da Ditadura, inaugurado em 29 de novembro de 2010, como parte do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Assim, verificamos que a educação esteve sob o olhar da Ditadura Civil-militar e que o acompanhamento, por parte do governo central, era de longe em termo de distância territorial, mas de perto quando suas ações eram representadas por uma Assessoria que refletia os interesses do próprio governo. O período em estudo continua repleto de controvérsias, mas o acesso, mesmo que recente aos documentos referentes aos antigos órgãos de informação, criados pelo governo durante a Ditadura civil-militar, proporciona importantes estudos e produções acadêmicas sobre o assunto.

A elaboração do presente trabalho contribuiu para o aprendizado do fazer pesquisa científica na educação superior. Embora tenha havido dificuldades, como tempo para pesquisa e limitações pela quantidade de documentos encontrados, destaca-se a relevância da presente pesquisa na construção do conhecimento. Houve limitação na quantidade de documentos, que resultou na impossibilidade de verificar as ações da AESI em todas as unidades acadêmicas da UFAL, entretanto, o estudo foi fundamental na busca pelo esclarecimento de fatos ocorridos na universidade durante o período da Ditadura, período esse considerado um campo de análises, discussões e divergências de opiniões quanto à caracterização de uma ditadura, de cerceamento das liberdades, de grandes atentados à instituição democrática.

Neste sentido, pesquisas sobre as ações da Ditadura são importantes, principalmente para reflexões sobre o momento atual, em que pessoas defendem o autoritarismo e querem a volta do regime militar. Essa defesa do autoritarismo tornou-se uma realidade política no Brasil, gerando manifestações nas ruas com pedidos de “intervenção militar”.

A força militar deve servir para garantir a democracia. Os militares são treinados para utilizarem armamento de guerra, em situações que exigem o uso da força, e a presidência da república deve ser conduzida respeitando fatores primordiais em uma democracia, a liberdade de expressão e crítica ao governo. Deve-se conhecer a história antes de pedir a volta de um regime antidemocrático e cerceador das liberdades.

É evidente que em uma democracia deve haver a livre manifestação do pensamento, e a história deve servir para formar o cidadão e esclarecer sobre fatos, como os ocorridos durante a Ditadura; deve também proporcionar uma instrução, a fim de combater toda e qualquer ignorância das pessoas que defendem e participam de manifestações pró-ditadura, que pedem o retorno dos militares, agindo contra as liberdades democráticas.

Face ao exposto, este estudo serviu para compreender como o sistema democrático foi negligenciado, dando lugar a duras medidas de controle da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas. A tomada do poder, que era para ser de forma breve, deu lugar a um sistema ditatorial, que durou mais de 20 anos.

As questões da pesquisa foram respondidas, outras emergiram durante as reflexões, entretanto, não tiveram a mesma análise aprofundada porque ultrapassavam o escopo do trabalho, mas poderão ser aprofundadas em novos estudos. Houve um predomínio de documentos emitidos pela assessoria, solicitando informações e orientações, e de respostas do Diretor da Faculdade de Economia e Administração, pois apenas duas pastas foram localizadas, demonstrando a necessidade de se buscar mais fontes, mais dados sobre a temática, o que poderá ocorrer em outros arquivos da UFAL, pois outras caixas com documentos deste período poderão ser encontradas. Novos estudos sobre a Ditadura e o sistema de informações instituídos no Brasil são indispensáveis, ainda mais neste momento em que a Democracia sofre diários e inimagináveis ataques por parte de civis e de eleitos pelo voto popular. Buscou-se mostrar que é possível, por meio da pesquisa, problematizar a história e ir de encontro a argumentos que defendem a volta da Ditadura.

7. REFERÊNCIAS

AMANCIO, Lindinalva Rafain. **Prática como Componente Curricular PCC Ditadura Militar e Nova República**. Sidrolândia/MS: UNIP, 2018.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Entrevista concedida ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**. *Democracia Viva*, 44, p. 20-31, julho, 2010.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. *In: SEMANA DE HUMANIDADES*, 19., 2011, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2011. p. 1-10. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARRAES, Marcos Alexandre de Melo Santiago. **Tramas do Olhar: Americanismo, Guerra Fria e a emergência de um novo regime visual no Brasil entre 1945- 1964**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160760>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL. **Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal do Pará**. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/assessoria-de-seguranca-e-informacoes-da-universidade-federal-do-para>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

AZEVEDO, J. F. (org.) **Universidade Federal de Alagoas: documentos históricos**. Maceió: UFAL, 1982.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2011.

BOLDOCCHI, Gabriel. **A Volks e os anos de chumbo**. 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/volks-e-os-anos-de-chumbo/>. Acesso em: 09 jan. 2019.

BRASIL. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. **Decreto nº 62.803, de 3 de Junho de 1968**. Aprova o regulamento das Divisões

de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62803-3-junho-1968-404006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei nº 3.867, de 25 de janeiro.** Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3867.htm. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **Decreto-lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>. Acesso em: 22 dez. 2020.

_____. **Portaria Nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3287894/pg-4-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-12-1971>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Ministério Público Federal. Crimes da ditadura militar.** Brasília: MPF, 2017.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva, LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. A autonomia universitária no contexto dos dispositivos legais. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 58, p. 116-125, jun. 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-497269949.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** 2012. 526 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_da_autonomia_a_resistencia_democratica_movimento_estudantil_ensino_superior_e_a_sociedade_em_sergipe_1950-1985.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DELIGDISCH, Marta Elizabeth. A Autonomia Universitária Didático-Científica e o indispensável atendimento aos anseios sociais. 2004. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTAO UNIVERSITARIA NA AMERICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 1-16. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35768/Marta%20Elizabeth%20Deligdisch%20-%20A%20autonomia%20Universit%C3%A1ria.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.

Acesso em: 02 jul. 2020.

DOMENICI, Thiago. **1964: Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador**. 1 de abril de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em 19 set. 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

EHRlich, Michel. **Educação, Ditadura e Ideal Modernizante: um estudo sob a revista educação (1971-1984)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura e Bacharelado em História do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2017/12/Monografia.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. Disponível em:

<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013295/0>. Acesso em: 20 mai. 2020.

_____. Foi Sempre Assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória, Espírito Santo: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011, p. 11-34. (Coleção Rumos da História).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Dec. 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 set. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o Trabalho com documentos de Política Educacional**. Disponível em:

http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apontamentos.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

FERREIRA, Vânia Farias. Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar :

memórias divergentes de uma trajetória. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em:

http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4187/1/V%C3%A2nia_Farias_Ferreira_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

FERREIRA JR, A. BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em: 19 jun. 2020.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

_____. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Guilherme. **A perseguição a editores e livreiros na ditadura**. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/_ed791_a_perseguiacao_a_editores_e_livreiros_na_ditadura/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.

GERMANO, J. W. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985) 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 297p.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. Ensino de chumbo: memórias, temores e silêncios na FAFIG (1970-1973). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 5, jan./jun., 2009. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/207>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1966.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em:

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_Regime_de_Historicidade_(1).pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2004. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **As teorias pedagógicas modernas resignificadas pelo debate contemporâneo na educação**. 2005. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 30 abr. de 2020.

LIMA, Érico Oliveira de Araújo. Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2019, Fortaleza. **Anais[...]** Fortaleza: [S.n.], 2009. p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Ideologia%20e%20ditadura%20militar.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **O Que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24611/1/2011_tese_saalimafilho.pdf. Acesso em 17 set. 2019.

Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina, Paraná, EDUEL, 1998.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 16 abr. 2020.

MARQUES, Mara Rúbia Alves (orgs.). **LDB: balanços e perspectivas**. São Paulo: Alínea, 2008.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, vol.17 supl.3, p. 4-6, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001 Acesso em: 05 nov. 2019.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1985**, São Paulo: Publisher, 2013.

MELO, Demian Bezerra de. O consenso em regimes ditatoriais: considerações a partir de Gramsci. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 28., 2015, **Anais [...]** Florianópolis: [S.n.], 2015. p. 1-9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945026_d8b28fe0cdc0b16b1d11485f4baa531a.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em 02 jul. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, Niterói, v. 20, p.1-21, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042014000100215&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAVARRO, Rafael. Pode haver democracia sem liberdade? **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 119-139, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/17516>. Acesso em: 19 fev. 2020.

OLIVEIRA, Cristiane Costa Bicunha de. **Ditadura no Brasil: da Violência a Coerção Social**. Lins: Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen de. **Comissão Nacional da Verdade: a busca pela concretização da justiça de transição no Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [S.l.], 2018. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/gabriela_oliveira.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, Luana Pedrita Fernandes de. Um olhar freireano sobre a docência no momento em que nos tornamos docentes de Matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: 2013. p. 1-12. Disponível em: <https://cutt.ly/BavbcJk>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo.I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PASSO, Camila. **Ditadura militar para jamais esquecer**. 2018. Disponível em: <https://www.oliberal.com/tropo/ditadura-militar-para-jamais-esquecer-1.32246>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PEREIRA, Ludmilla Gama. “**Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)**”. 2016. 301f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Historia-Ludmila-Gama-Pereira.PDF>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PRIORI, Ângelo. *et. al.* **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. In: _____. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

_____. **História do Paraná: séculos XIX e XX [online]**. Maringá: Eduem, 2012. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. pp. 199-213. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>. Acesso em 06 fev. 2020.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Trinta anos de Autonomia Universitária: resultados diversos, efeitos contraditórios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p.946-961, out./dez., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302018000400946&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 mar. 2020.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862010000100008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Ditadura civil-militar**. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

_____. O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <https://beckerhistoria.files.wordpress.com/2016/05/o-sol-sem-peneira.pdf>. Acesso em 15 mai. 2020.

REIS, Tiago Siqueira. Fiocruz entre o Público e o Privado. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, vol. 2, n. 3, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26544>. Acesso em 02 mar. 2020.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

RODRIGUES, Alexandre Manuel Esteves. Nelson Werneck Sodré e a História Militar Do Brasil. **Intellèctus**, [S.I.], v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27543>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROCHA, Elane Luís. **Reforma da Educação Superior**. In. SILVA, Maria Vieira;

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, [S.I.], v.8, n. 2, p. 4-17, ago/dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em 05 nov. 2019.

SANTOS, Everton Silva; CASTIGLIONI, Tamires Gomes da Silva. **A justiça de transição no caso Gomes Lund e outros: um estudo sobre a guerrilha do Araguaia para a busca da verdade**. 2019. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/download/8890/6066>. Acesso em: 07 fev. 2020.

SCHINEMANN, Claudinéia. **O Movimento Estudantil Secundarista de Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_claudineia_schinemann.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/237074075_Autonomia_Universitaria_e_a_Constituicao_de_1988/links/5beef2494585150b2bbc5b79/Autonomia-Universitaria-e-a-Constituicao-de-1988.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Por Ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória da Junta de Coordinación Revolucionária**. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1808.pdf>. Acesso em 11 mai. 2020.

SILVA, Nilton Pedro da. **ESTADO E REGIÃO: Contribuição ao Estudo da "Modernização Autoritária" do Nordeste Brasileiro.** 1994. 246 f. Tese (Doutoramento em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285361>. Acesso em 17 set. 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS.** *Qualitas Revista Eletrônica*, Campina Grande, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVA, Daniel Neves. **"Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil";** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

SILVEIRA, Marco Antonio. et al. **A UFOP E A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR. RELATÓRIO FINAL GT. UFOP, Ouro Preto, 2017.** Algo a Temer: A linhagem repressora. Disponível em: <https://medium.com/revista-apuro/t-quem-sai-aos-seus-n%C3%A3o-degenera-c4e1567db6a>. Acesso em 27 ago. 2019.

Silveira, Rosa Maria Godoy. **"Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)".** Revista de História, vol. 0, no 117, dezembro de 1984, p. 187. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61356>. Acesso em: 14 set. 2019.

SOUSA, Fernando Ponte de, SILVA, Michel Goulart da (organizadores). **Ditadura, repressão e conservadorismo.** Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUZA FILHO, Alípio. **Ideologia e Transgressão.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a03.pdf>. Acesso em 14 set. 2019.

STEPHAN, Claudia. **Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969).** 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/50544/31591>. Acesso em: 29 jan. 2020.

TELES, Tayson Ribeiro. Reminiscências do regime militar brasileiro e os contemporâneos ecos por uma "intervenção militar constitucional": Pontos de tensão e (im)possibilidades. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, Franca, v. 14, n. 2, p. 369-395, dez./2019. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/616>. Acesso em: 15 mai. 2020.

VERÇOSA, E. G. **Universidade Federal de Alagoas: o livro dos 50 anos.** Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. org.). **História da Educação Superior em Alagoas de suas origens ao século XXI.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em

estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, [S.I.]. ano 1, n. 2, p. 177-201, 2003.
Disponível em:
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>.
Acesso em: 17 abr. 2020.

8 APÊNDICE

Quadro 7 - Organização para a análise da categoria controle

| Onde se encontra | Dado | Teoria | Inferência |
|---|--|--|--|
| Art. 11. do Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. | É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. | Proibidas as manifestações, atos e reuniões; com a repressão livre para efetuar prisões sem a necessidade de mandado judicial; o Brasil começa a viver um dos períodos mais tristes e terríveis da sua história, com prisões em massa, torturas, exílios, humilhações e perseguições. Neste momento o movimento estudantil se interrompe, com toda a sua liderança caçada e perseguida, acuada pela ditadura” (FONSECA, 2008, p 27). | Além do decreto-lei nº 228/1967, os militares a fim de conter o movimento estudantil, editaram, em 26 de fevereiro de 1969, o Decreto Lei nº477, que criou penalidades como demissões e expulsões de professores, estudantes e funcionários. A legislação da Ditadura possibilitou a execução de penalidades a fim de conter manifestações em todas as classes de professores, estudantes e funcionários. Buscando cercear a liberdade, a Ditadura perseguiu e caçou as lideranças estudantis, controlando a manifestação do pensamento. |
| Art. 11 § 3º do DECRETO-LEI Nº 228, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. | Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades. | | Os dirigentes de Instituições Federais de Ensino que não fiscalizassem ou controlassem o Movimento Estudantil sofreriam repressão pelo Ministro da Educação e Cultura. |
| Ofício Circular nº 11/72 AESU/UFAL de 21 de julho de 1972. | “esta assessoria está encaminhando uma cópia da relação das publicações proibidas pelo Ministério da Justiça e solicita [...] remeter a esta AESI, os exemplares que por ventura existam na biblioteca dessa unidade | O Controle, segundo Foucault (1975), é adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição tornar-se invisível. | A AESI/UFAL ao encaminhar uma cópia da relação de publicações proibidas pelo Ministério da Justiça representou um instrumento do governo a fim de controlar e vigiar a comunidade universitária. A proibição da circulação de livros denota o interesse em controlar, |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | mas sem revelar-se à comunidade acadêmica. |
| Ofício circular nº 14 de 1972. AESI/UFAL | | “Elas atuavam no momento de contratação de pessoal, principalmente para o corpo docente” (MOTTA, 2008 p. 46) | a Assessoria foi crucial para impedir uma pessoa de tomar posse, mesmo tendo sido aprovada em concurso público. A demissão de um indivíduo por questões políticas ocorreu na ditadura e quando uma pessoa era demitida, mesmo comprovada aptidão para o cargo por meio de aprovação em concurso, poderia ser declarada a impossibilitado de tomar posse |
| Ofício circular nº 3 de 1973. AESI/UFAL | “[...] verificar junto ao corpo docente dessa unidade a existência de professor portador de diploma expedido pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumunda, lecionando nesse estabelecimento de ensino | | |
| Documento nº 109/73 de 07 de maio de 1973. | “Complementando as informações solicitadas, esclareço que [...] estou aguardando oportunidade para dar ciência, em caráter confidencial, ao interessado, sobre a impossibilidade de sua Admissão como Auxiliar de Ensino”. | | O processo de contratação de pessoal para compor o quadro docente da UFAL foi influenciado pela Assessoria Especial de Segurança e Informações. Isso ocorreu quando um servidor aprovado em concurso foi impossibilitado de exercer o cargo de Auxiliar de Ensino. O que demonstra uma ação sigilosa e confidencial do sistema de informações, ação esta exercida de forma que a comunidade acadêmica não ficasse sabendo da triagem executada. |
| Memorando Circular nº 01/72 – AESI/UFAL | “Solicito sua cooperação no sentido de manter o Diretório Acadêmico dessa Unidade em contato constante [...] para num processo educativo elevado, | “[...] nas universidades, a repressão foi temperada por jogos de acomodação e conciliação, cujo entendimento é indispensável para que se | Sobre a conduta do Reitor Nabuco, podemos inferir que sua cooperação para com o Regime, foi realizada com buscando a submissão da |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>despertar aquele órgão para as finalidades previstas no art. 1º do Dec.Lei 228/67 [...] É, pois, minha firme intenção promover o mais possível, com as forças afetivas e de maturidade emocional, a comunidade universitária [...] Só quando esgotados tais recursos ou seja minha atitude, aos poucos, interpretada como debilidade ou demagogia pelos perturbadores irrecuperáveis é que me sentirei compelido a adotar medidas enérgicas[...].”</p> | <p>explique de forma adequada o processo autoritário, no seu desenrolar e em sua conclusão peculiar (MOTTA, 2014, p. 24)</p> <p>“Certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos” (MOTTA, 2014, p. 22)</p> | <p>Comunidade Acadêmica por meio do discurso de conciliação e acomodação, ou seja, caso a comunidade se submetesse ao Regime, haveria moderação. Entretanto, caso desconsiderassem o pedido, seriam passíveis de punição e repressão. Assim, o dirigente da instituição, quando não atendido pelos considerados subversivos, adotaria medidas mais enérgicas, o que demonstra uma tendência à conciliação e acomodação a fim de evitar conflitos.</p> |
| <p>Ofício circular nº 11/73 – AESI/UFAL de 10 de agosto de 1973.</p> | <p>Se há conhecimento de registro de fatos de conduta social, que infelizmente tenham tido caráter de inconveniência, por parte de autoridades no âmbito educacional.</p> | | <p>Além da preocupação com discentes a AESI/UFAL buscava reprimir servidores da instituição com conduta social considerada inconveniente.</p> |
| <p>Memorando Circular nº 01/72 – AESI/UFAL</p> | <p>“[...] se isso for adequadamente desenvolvido, evitará dissabores para Administração, que se verá, nos casos de manifestações perturbadoras coletivas ou desrespeitosas / através da imprensa, forçada a conter a onda utilizando os recursos punitivos da Lei.</p> | <p>“[...] visados pelas agências de repressão que conseguiam escapar de perseguições deveriam comportar-se com discrição, evitando ataques públicos contra a ditadura” (MOTTA, 2014, p. 24).</p> <p>“a repressão e o terror, como política de Estado, por meio de uma estrutura legislativa bem arquitetada sustentou o regime, servindo para silenciar os grupos contrários às idéias do governo, os subversivos.</p> | <p>As ações e o compromisso de dirigentes das universidades eram indispensáveis para evitar o desenvolvimento de perseguições pela imprensa, devendo os mesmos agir de forma a evitar ataques públicos. Além disso, uma legislação foi arquitetada para silenciar os grupos contrários às idéias do governo.</p> |
| | <p>“[...] Administração, que se verá, nos casos de manifestações perturbadoras [...] forçada a conter a onda utilizando os recursos punitivos da Lei.</p> | <p>Havia também uma Repressão preventiva, que consistia na execução de vigilância e controle diário, o que gerou uma comunidade de informações (MAGALHÃES, 1997)</p> | |

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>Art. 1º, alínea C do Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967.</p> | <p>“[...] preservar as tradições estudantis, a proibidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar</p> | <p>“a repressão e o terror, como política de Estado, foram estabelecidos por meio de uma estrutura legislativa bem arquitetada, que sustentou o regime e serviu com ferramenta, a fim de silenciar os grupos contrários às idéias do governo. (PRIORI et. al., 2012)</p> | <p>A legislação da Ditadura, ao defender que aos órgãos de representação estudantis deveriam preservar as tradições estudantis, a proibidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia, buscou cercar a liberdade. Assim, houve uma legislação arquitetada que sustentou o regime e serviu como ferramenta para de silenciar os grupos contrários às idéias do governo.</p> |
| <p>Documento nº 109/73 de 07 de maio de 1973.</p> | <p>“o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, desta Faculdade, não vem se mostrando interessado pela política estudantil, desde o começo do presente ano letivo, a não ser a atuação manifesta nos últimos Jogos Universitários”.</p> | <p>[...] é papel do professor ajudar o aluno a romper “a cultura do silêncio”, fazê-lo descobrir que não apenas pode falar, mas, também, que seu discurso crítico sobre o mundo, é uma forma de refazê-lo, de transformar o mundo. (OLIVEIRA, 2013, p. 11) As entidades nesse momento eram todas comandadas por pelegos - estudantes dóceis, acríticos, que aceitavam as coisas como aconteciam PASSOS (2018). Quem se dispuser ao agir pedagógico, estará ciente de que não se pode suprimir da pedagogia o fato de que ela lida com valores, com objetivos políticos, morais, ideológicos (LIBÂNEO, 2005, p. 3)</p> | <p>O Movimento estudantil foi combatido. A afirmação que o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, Da Faculdade de Administração e Economia da UFAL não se interessava pela política estudantil, não refletiu o pensamento de todos os estudantes. O fato de não haver incentivo aos alunos para romper “a cultura do silêncio”, fazendo descobrir que não apenas pode falar, mas, também, que seu pensamento crítico é capaz de transforma o mundo, não significa que os alunos não estavam insatisfeitos com a postura de membros da comunidade universitária. Havia o interesse em obter indivíduos acríticos, alinhadas aos interesses do governo, ou seja, que não contestassem suas ações.</p> |
| <p>Ofício nº 15/72 de 24 de outubro de 1972</p> | <p>Reportando-nos à indisciplina por parte de uma turma do 1º ano ciclo profissional da Faculdade</p> | <p>Havia um “[...] arcabouço legal utilizado para reprimir aqueles que se opunham ao regime”</p> | <p>a repressão era disfarçada de legalidade e ocultada pelos “dispositivos legais” criados para controlar e</p> |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>de Engenharia desta universidade, da qual todas as unidades têm conhecimento, estamos/ enviando à V. Sa., para conhecimento os dispositivos legais que podem coibir a subversão e a indisciplina estudantil, conforme o caso: Estatuto e/ou Regimento; Lei Nº 5250/67 (Lei da Imprensa); Decreto-Lei nº 288/67; Lei 5.540/68; Parecer nº 62/69, do CPE; Decreto-Lei nº 464/69; Parecer nº 371/70, do CPE; Decreto-Lei nº 477/69 (com sua regulamentação); Decreto-Lei nº 898/69 (LSN) (Doc. 14).</p> | <p>(GUAZELLI e TORRES, 2014, p. 1).</p> | <p>reprimir o Movimento Estudantil.</p> |
| | <p>É, pois, minha firme intenção promover o mais possível, com as forças afetivas e de maturidade emocional, a comunidade universitária [...] Só quando esgotados tais recursos ou seja minha atitude , aos poucos, interpretada como debilidade ou demagogia pelos perturbadores irrecuperáveis é que me sentirei compelido a adotar medidas enérgicas[...]</p> | <p>As manifestações perturbadoras caracterizam-se como atos e reuniões em desacordo com a legislação em voga, que proibiu manifestações políticas. Essa perseguição ocorreu em um momento em que a classe dos estudantes, com toda a sua liderança, foi “caçada e perseguida, acuada pela ditadura” (FONSECA, 2008, p 27).</p> | <p>Essa conduta do Reitor da UFAL, Professor Nabuco Lopes, caracterizou cooperação para com o Regime. Cooperação esta, efetivada quando o mesmo salientou que, caso não houvesse a submissão de estudantes ao processo educativo elevado da coordenação, seriam considerados perturbadores e com isso, reprimidos com ações enérgicas.</p> |
| | <p>o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, [...] não vem se mostrando interessado pela política estudantil, desde o começo do presente ano letivo, a não ser a atuação manifesta nos últimos Jogos Universitários”</p> | <p>Houve a “preocupação em desmobilizar o movimento estudantil, mantendo-os “sem participar, sem opinar, sem criticar, sem discutir e sem informar-se sobre questões econômicas e políticas” (OLIVEIRA, 2003, p. 30)</p> | <p>A assessoria, ao coletar informações sigilosas, buscava o desinteresse dos estudantes pela política, ao menos que não contestassem a política vigente. Constatou-se a busca por um movimento estudantil que não tivesse envolvimento político. A direção da Faculdade de Economia e Administração emitiu em, 07 de maio de 1973, Documento nº 109/73 afirmando que o movimento estudantil daquela unidade não</p> |

| | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|
| | | | vinha demonstrando interesse pelo debate político. |
| | As Entidades abaixo discriminadas tornam público e exigem providências para as irregularidades que estão ocorrendo na Cadeira de Resistência dos Materiais-Grafestática do 1º ano de Engenharia Civil (Ciclo Profissional), acarretando sérios prejuízos aos alunos quanto à sua formação técnico-profissional e indo de encontro aos princípios básicos da pedagogia moderna que regem a filosofia educacional, ao tempo que se solidarizam com as justas reivindicações dos mesmos | Segundo Libâneo (2005, p. 3), a Pedagogia Moderna deve conceber uma formação geral para todos. “Quem se dispuser ao agir pedagógico, estará ciente de que não se pode suprimir da pedagogia o fato de que ela lida com valores, com objetivos políticos, morais, ideológicos”. | A direção da unidade de Economia e Administração afirmou que o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO” não se interessava pela política estudantil, mas os dados mostram que havia alunos insatisfeitos com algumas irregularidades no âmbito da UFAL; irregularidades que estavam acarretando em prejuízos quanto à formação técnico-profissional dos estudantes. Essa afirmação pôde ser verificada quando a assessoria enviou uma cópia de Nota Oficial da Gazeta de Alagoas datada, de 03 de setembro de 1972, às Direções de diversas unidades da universidade, informando que alguns alunos estavam insatisfeitos com algumas irregularidades que estavam ocorrendo no âmbito da UFAL. |
| Memorando Circular nº 01/72;AESI/UFAL | a) Qual a origem de tal publicação. b) Se identificada, deve o responsável, ser advertido que não é aceitável publicação em nome de órgão representativos, sem aquiescência da direção da unidade. c) Reunir o diretório da sua Faculdade, para que o órgão/ não se iniscua em assuntos da competência de outras unidades, fugindo aos objetivos do Art. 1º do Dec. 228/67. [...] e) Informar quais os alunos responsáveis por tal publicação | | A afirmação que o Diretório Acadêmico “POMPEU SARMENTO”, da Faculdade de Administração e Economia da UFAL não se interessava pela política estudantil, não refletiu o pensamento de todos os estudantes, uma vez que alguns externaram a insatisfação com algumas irregularidades que estavam ocorrendo no Curso de Engenharia Civil. |
| Ofício circular nº 14 de | Indicar um funcionário do corpo docente ou | | O Chefe da AESI solicitou a indicação de |

| | | | |
|--|---|--|--|
| 1972/AESI/UFAL | administrativo que possa assessora-lo no manuseio de tais documentos. Tal indicação deverá ser feita o quanto antes,/ desde que, o funcionário indicado recebera posteriormente instruções/ especiais à segurança Nacional, tal indicação deverá ser feita sem conhecimento prévio da pessoa indicada, ficando a confirmação mediante confirmação dessa assessoria | | pessoas de confiança, sem que estas soubessem da intenção de recrutamento para atuarem no sistema de informação, o que confirma a intenção de manter sigilo no controle da comunidade universitária. Para manter o sigilo, as pessoas indicadas não saberiam o porquê da indicação, sendo de responsabilidade da AESI os contatos futuros. |
| Ofício 63/74, expedido de 11 de junho de 1974. | Solicito a V. Sa. providencias no sentido de encaminhar a essa assessoria, filiação, data e local de nascimento dos candidatos inscritos na seleção para Auxiliares de Ensino do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração desse Centro. | | O processo de seleção de pessoas para trabalhar no sistema ocorreu como uma forma de controle da assessoria, a fim de recrutar funcionários com potencial para colaborar, mediante treinamento, no recebimento e guarda de informações sigilosas. Ou seja, o funcionário que trabalhava no controle da comunidade universitária, deveria ser capacitado para manusear documentos de natureza sigilosa, auxiliando na execução da segurança nacional. |
| Despacho do Procurador Geral | Na espécie, trata-se de candidato aprovado na seleção para auxiliar de Ensino de uma das unidades da UFAL e que, segundo a Assessoria Especial de Segurança e Informações, foi demitido do Serviço Público Federal, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, em 30/09/64, publicado no D.O de 01/10/64, com fundamento no § 1º do artigo 7º do Ato Institucional de Nº 1, de 09 de abril de 1964 | | Notou-se como a assessoria estava atenta aos processos de seleção de candidatos que almejavam o ingresso no quadro docente da universidade. A AESI/UFAL agiu no controle das contratações, ratificando sua importância no sistema de informações. |
| Despacho do Procurador Geral | O escopo do Governo Federal Revolucionário é o de, com maior segurança, isolar a área de ensino e | | O despacho do Procurador Geral da UFAL, de 27 de dezembro de 1972, mostra |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | <p>pesquisa dos resíduos da subversão e corrupção que, dantes, encontrou campo propício à proliferação. Obviamente, por estes motivos, entendo desaconselhável, de momento, o ingresso na Universidade Federal de Alagoas. No entanto, Vossa Magnificência, superiormente, decidirá.</p> | | <p>que houve a preocupação na contratação de pessoas, para área de ensino, evitando pessoa subversiva, afastando o que chamou de resíduos da subversão.</p> |
| | <p>[...] esta assessoria está encaminhando uma cópia da relação das publicações proibidas pelo Ministério da Justiça e solicita [...] remeter a esta AESI, os exemplares que por ventura existam na biblioteca dessa unidade.</p> | | <p>A ação da assessoria também buscou o controle sobre o uso de livros pela comunidade universitária. Houve restrição e coube à Assessoria a função de evitar a circulação dos exemplares proibidos pelo Ministério da Justiça.</p> |

Fonte: Elaboração do autor, 2020.